

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**O PALÁCIO DE RUNA: HISTÓRIA, ARTE E
PROGRAMA DE MUSEALIZAÇÃO**

MARIA DE FÁTIMA DA PAZ FERNANDES

Tese orientada pelo Professor Doutor Vítor Serrão e pelo Especialista Dr. Miguel Cabral de Moncada, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro.

2017

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.*

*Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.*

*Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.*

*Por isso melhor se guarda o vôo de um pássaro
Do que um pássaro sem vôos.*

*Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declara e declama um poema:*

Para guardá-lo:

Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:

Guarde o que quer que guarda um poema:

Por isso o lance do poema:

Por guardar-se o que se quer guardar.

(Antônio Cícero

*Guardar - Poemas escolhidos, Rio de Janeiro,
Editora Record, 1996, p. 337)*

INDICE

Agradecimentos	4
Resumo	7
Abstract	9
Introdução	11
Objetivos de estudo	18
Metodologia	17
Estado da arte	21
CAPITULO 1. HISTORIAL.	25
1.1. A Princesa D. Maria Francisca Benedita, fundadora do Palácio de Runa, (vide Fig. 1, 2 e 3).	25
1.2. O Reinado de D. Maria I (1734-1816).	31
1.3. O arquiteto José da Costa e Silva.	33
1.4. A história de um monumento neoclássico.	39
1.5. A Instituição e o seu enquadramento histórico.	43
1.6. A primeira equipa de colaboradores do Real Hospital dos Militares Inválidos de Runa.	46
1.7. Categoria de proteção do Edifício.	47
CAPITULO 2. COLEÇÕES.	49
2.1. História de uma coleção.	49
2.2. Constituição do espólio.	50
2.3. Catálogo das esculturas.	51
2.4. Catálogo das pinturas.	56
2.5. Catálogo da ourivesaria/prataria.	69
2.6. Descrição da custódia conforme consta no testamento da princesa D. Maria Francisca Benedita.	82
2.7. Ressalva quanto à medida da custódia de Runa.	83

2.8. Fases de musealização.	83
2.9. Funções museológicas.	84
CAPITULO 3. PROGRAMA DE MUSEALIZAÇÃO.	87
3.1. Alteração da estrutura orgânica.	87
3.2. Programa organizacional de musealização.	89
3.3. Criação de um gabinete de museologia no CAS de Runa.	91
3.4. Recursos humanos.	94
3.5. O que o Palácio de Runa tem para oferecer.	95
3.6. Como promover e divulgar o Palácio de Runa.	95
Considerações finais	97
Lista de siglas	99
Bibliografia e fontes	100
Índice documental	105
Índice de figuras	106
Anexo documental	107
Anexo de imagens	119

AGRADECIMENTOS

A decisão de tirar este mestrado nesta área específica, para além de tudo o que seja relacionado com ARTE, ser um dos meus interesses pessoais, tudo remonta a Julho de 2015, aquando da entrega de um relatório de uma auditoria feita ao inventário dos bens museológicos existentes no Centro de Apoio Social de Runa, haver indicação de que o colaborador que possuísse funções de responsabilidade ao nível dos bens museológicos, deveriam disponibilizar formação específica.

Assim o fiz, pois achava que o espólio que tinha em mãos era demasiado importante em termos históricos e culturais e sabia que desde a existência do mesmo naquele Palácio, nunca tinha sido tratado por alguém com conhecimentos ao nível da gestão museológica, prevenção e investigação, para que o mesmo seja, e deva ser reconhecido e valorizado como tal.

Desta forma, cumpre-me manifestar a minha gratidão às pessoas que contribuíram para a concretização desta etapa académica:

Em primeiro lugar ao marido José Estrela, pelo sempre e incondicional apoio, compreensão e companheirismo em todas as fases desta etapa.

Ao meu pai e há minha irmã, pela satisfação demonstrada e por estarem sempre ao meu lado.

À Maria João Folques, pelo apoio e compreensão pelo lado amigo, e manifesto interesse e preocupação pela parte profissional e especialmente a ela devo esta decisão.

Ao Coronel Ribeiro, responsável pela entrega da pasta referente ao inventário do património museológico do CAS de Runa, pelo acompanhamento, satisfação demonstrada e pela amizade.

Ao Coronel José Fazendeiro pela insistência na formação especializada na área museológica.

À Vanessa Antunes pela indicação do mestrado, aquando de uma visita à pintura existente no Palácio de Runa e pela constante disponibilidade, apoio e ajuda sempre que solicitada.

Ao Major Resende, pelo acompanhamento em todas as fases, pela satisfação demonstrada e pela amizade.

Ao General Flambó, diretor da Direção de História e Cultura Militar, onde disponibilizou e abriu as portas para o que precisasse, nomeadamente no Arquivo Histórico Militar e aqui agradeço também ao responsável pelo mesmo serviço.

Ao Coronel Amado Rodrigues pela partilha de conhecimentos da área museológica, pelo apoio e incentivo.

Ao colega de mestrado Tiago Rodrigues pelo acolhimento desde o início na faculdade, pela disponibilidade e auxílio sempre que lhe era solicitado, pela ajuda e encaminhamento aos professores das áreas para a solução de dúvidas relacionadas com a área profissional, pelo interesse manifestado no espólio museológico do Palácio de Runa, pelos artigos relacionados e publicados no Jornal Badaladas de Torres Vedras, e pela amizade.

À colega de mestrado Raquel Carteiro, pelo acolhimento, pelo acompanhamento, pela amizade, pelas horas intermináveis de apoio ao telefone, motivação e troca de opiniões.

Às primas, Maria da Luz, Elisabete e Maria José, pela eterna motivação, apoio e sincera amizade.

Às amigas, Carminda e Nidia pela motivação, apoio e verdadeira amizade.

Um especial e grande bem-haja aos meus orientadores, Professor Doutor Vítor Serrão e Doutor Miguel Cabral Moncada, que desde o primeiro ano mostraram interesse no espólio museológico do Palácio de Runa, o qual visitaram no dia 16 de Abril de 2016, e nas várias horas que decorreu a visita, as várias informações relevantes na identificação de algumas peças de arte, assim como de referências

bibliográficas que muito ajudaram no trabalho a ser feito na instituição e na elaboração deste trabalho.

Nestes últimos dois anos, estiveram sempre disponíveis para dúvidas, quer a nível profissional, quer a nível académico, reconhecendo o privilégio de os ter tido como orientadores.

Grata pelo estímulo, rigor científico e metodológico e incondicional motivação, apoio e acompanhamento em todas as fases desta investigação.

RESUMO

O tema escolhido na dissertação que apresentamos, sob o título *Palácio de Runa: História, arte e programa de musealização*, tem como objetivo dar a conhecer o monumental edifício que foi construído para ser um Hospital para os Inválidos Militares de Guerra e, em simultâneo, uma área palaciana para residência da sua fundadora, a Princesa D. Maria Francisca Benedita (1746-1829), que foi, sucessivamente, infanta de Portugal (1746-1777), princesa da Beira (1777), princesa do Brasil (1777-1788) e princesa viúva do Brasil (1788-1829).

Relatamos a vida e obra da fundadora que teve a generosidade de, à sua custa, fundar o Hospital, perpetuando dessa forma a memória do seu falecido marido, o Príncipe D. José, e Príncipe do Brasil (1761-1788).

Iremos descrever, ainda, o contexto histórico e cultural em que decorre o reinado de D. Maria I (1734-1816), sua irmã e sogra, uma rainha que lhe aprovou e concedeu autorização imediata para a edificação deste distinto edifício.

Pretendemos, também, demonstrar a vida e obra do arquiteto José da Costa e Silva (1747-1819), autor do projeto do edifício, considerado como o primeiro dos modernos arquitetos neoclássicos portugueses.

Evidenciamos o enquadramento histórico da instituição, a origem e o historial da coleção do acervo museológico que se conservou no edifício, como foi constituído, bem como as suas perdas, e a fase de musealização.

Relevamos o acervo museológico existente no Palácio deixado pela fundadora e que tem as seguintes categorias: escultura, pintura, ourivesaria, prataria, mobiliário, têxteis, cerâmica, cristal/vidro, instrumentos musicais e livros. Deste acervo, iremos destacar a escultura, a pintura e a prataria através da apresentação dos respetivos catálogos descritivos, que constituem o segundo capítulo do presente estudo.

E, por fim, apresentamos um programa organizacional de musealização, os benefícios a ter em conta com uma alteração da estrutura orgânica da instituição, e as hipóteses de expansão no âmbito do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P., demonstrando que o mesmo é detentor de um património riquíssimo

e de grande interesse histórico, artístico, cultural e turístico que precisava de ser devidamente estudado.

O estudo que apresentamos vai permitir à instituição desenvolver atividades organizacionais que visem criar metodologias e competências para o funcionamento apropriado de um património museológico. Partimos da ideia de que só quando é devidamente estudado, analisado e identificado é que as obras de arte estão aptas a transmitir os seus valores e, por conseguinte, a criar um programa turístico-cultural eficaz. A grande importância artística das antigas coleções palatinas de Runa justifica plenamente esse esforço de valorização.

Palavras-chave: D. Maria Francisca Benedita/Princesa do Brasil, Hospital de Inválidos Militares de Runa, património museológico, gestão e prevenção, investigação e valorização.

ABSTRACT

*This dissertation develops a study, under the title *Palace of Runa: History, art and museum program*, which aims to make known the Monumental Building that was built to be a Hospital for Military Invalids War and simultaneously a palace area for the residence of its founder, D. Maria Francisca Benedita (1746-1829), who was successively Infanta of Portugal (1746-1777), princess of Beira (1777), princess of Brazil (1777-1788) and princess widow of Brazil (1788-1829).*

The dissertation analyses the life and work of the foundress, who had the generosity of at her expense to found the Hospital, thus perpetuating the memory of her late husband, Prince D. José and Prince of Brazil (1761-1788).

This analysis focuses also on the description of the reign of D. Maria I (1734-1816), her sister and mother-in-law, the queen, who approved and granted her immediate authorization for the edification of the distinguished building.

It is also intended to demonstrate the life and work of the architect José da Costa e Silva (1747-1819), author of the building project, considered as the first of the modern Portuguese neoclassical architects.

It focuses historical context of the institution and the origin of the history of the collection of the museum collection in the building, as it was created, well like your losses, and the museum phase.

It highlights the museum collection existing in the Palace left by the founder and which has the following categories: sculpture, painting, goldsmithery, silverware, furniture, textiles, ceramics, glass / glass, musical instruments and books. From this collection, being point out the sculpture, painting and the silverware through its presentation of the respective catalogs described that constitute he second chapter of the present study.

.

And final but not least, it is presented an organizational program of the museum, the benefits which have to be taken into account with a change in the institutional structure of the institution and the hypotheses of expansion within the scope of the Institute of Social Action of the Army Forces, IP, demonstrating that it is the holder of a very rich heritage and of great historical, artistic, cultural and tourist interest, that needed to be properly studied.

This thesis study will allow the institution to develop organizational activities and aiming to create methodologies and competences, in order to present properly the museum heritage. As from the idea that it is only when properly studied, analyzed and identified that arts' works are capable of transmitting their values and, therefore, creating an effective tourism-cultural program. The great artistic importance of the Runa's old palatine collections fully justifies this effort of valorization.

Key words: D. Maria Francisca Benedita / Princess of Brasil, Runa Military Invalid Hospital, museum heritage, management and prevention, research and valorization.

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho, desenvolvido no âmbito da dissertação de Mestrado, dar a conhecer o Palácio de Runa, que foi construído para ser um Hospital para Militares Inválidos de Guerra e, conseqüentemente no mesmo, uma área palaciana para residência da fundadora, onde a igreja ocupa o centro da fachada principal.

O Hospital de Inválidos Militares de Runa é um edifício de estilo neoclássico, classificado como *Imóvel de Interesse Público*, através do Decreto n.º 47 508, DG, I Série, n.º 20, de 24-01-1967. Segundo Jorge Custódio, citando o grande historiador Alexandre Herculano, que acompanhou o tempo da construção, “*um monumento de uma nova época e de uma nova sociedade*”, já que, no seu parecer de liberal conseqüente, “*um grande edifício, fosse qual fosse o destino que o seu fundador lhe quisesse dar, é sempre e de muitos modos um livro de História*”¹.

A sua fundadora, D. Maria Francisca Benedita (1746-1829) foi, sucessivamente infanta de Portugal (1746-1777), princesa da Beira (1777), princesa do Brasil (1777-1788) e princesa viúva do Brasil (1788-1829). Obra benemérita, revela aspetos da personalidade filantrópica da Princesa, como aliás refere o mesmo Herculano: “*parece que em Portugal há um certo fado de que tudo o que tem um character religioso e ao mesmo tempo philantropico seja obra mulheril. À rainha D. Leonor devemos o hospital de Lisboa; a conservação dos asylos de primeira infancia a uma associação de senhoras; o hospicio de Runa, à princeza D. Maria Benedicta*”².

Nascida em Lisboa, a 25 de julho de 1746, era a quarta e derradeira filha dos então príncipes do Brasil, futuros reis, D. José (1714-1777) e D. Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781). Era neta paterna de D. João V (1689-1750) e de D. Maria Ana de Áustria (1683-1754) e materna de Filipe V (1683-1746) e de sua segunda mulher, Isabel Farnesio (1692-1766), reis de Espanha.

¹ HERCULANO, Alexandre, «*Hospital Militar de Runa*», O Panorama, Lisboa, vol. II, nº 72, 1838, pp. 293-294.

² IDEM, *ibidem*.

Teve como irmãs, a futura rainha D. Maria I – Maria Francisca Isabel (1734-1816) e as infantas D. Maria Ana Francisca (1736-1813) e D. Maria Francisca Doroteia (1739-1771).

A sua biografia é por demais conhecida, mas é importante destacar o essencial do seu percurso³. Tinha já completado 30 anos quando no dia 21 de Fevereiro de 1777, se casou com o seu sobrinho, o príncipe da Beira, o D. José de Bragança, filho primogénito de D. Maria I, sua irmã, ainda princesa do Brasil, e de seu marido e tio, o infante D. Pedro III, de quem era 15 anos mais velha.

Desde a mais tenra infância que o príncipe D. José sentia decidida e terna simpatia pela sua tia, e o sentimento da Princesa Maria Francisca Benedita pelo seu sobrinho era recíproco, o que mais tarde se transformou - dizem as fontes - em intenso amor. O rei D. José julgou de muita vantagem este enlace e três dias antes de falecer, realizou-se o casamento do herdeiro presuntivo da coroa com a sua tia materna, D. Maria Francisca Benedita, que por esse facto ficou a Princesa da Beira.

O príncipe D José, desde muito jovem que era considerado muito talentoso e instruído, além de muito versado e deveras entusiasta pelos assuntos militares. O povo estimava-o pelo seu carácter nobre e pelas suas boas qualidades. Infelizmente, onze anos depois de uma vida pacífica e muito afetuosa, o príncipe adoeceu gravemente com um ataque de bexigas / varíola, que o vitimou a 11 de Setembro de 1788, deixando inconsolável a sua esposa e tia, e causando geral consternação, porque todos os portugueses depositavam as esperanças naquele seu futuro e estimado rei. Com este fatal acontecimento perdeu a princesa D. Maria Francisca Benedita ao mesmo tempo o trono e um marido tão digno do profundo amor que lhe consagrava.

A partir de 1788, a "Princesa Viúva do Brasil", como era conhecida, vive recolhida na corte por ter ficado muito abalada e desgostosa, mas ao mesmo tempo tornando-se numa figura muito respeitada por todos.

³ Cf., por exemplo, BRAGA, Paulo Drumond, «*A Princesa na Sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*», Lisboa, Colibri, 2007.

A vida isolada a que depois da morte do seu marido se dedicou, surgiu-lhe o caridoso pensamento de “*fundar um monumento de caridade e philanthropia, que servisse de memória eterna a suas raras qualidades, e considerando que seu Augusto esposo tinha uma verdadeira estima pelos militares, e que nenhum asylo havia em Portugal para esta briosa classe, decidiu mandar fazer à sua custa um edifício para n’elle recolher, e sustentar aos que, depois de bem terem servido a pátria, se impossibilitassem no mesmo serviço, e não tivessem meios decentes para a sua sobrevivência*”⁴. Desta sua nobre atitude e dedicação aos outros, nomeadamente aos mais carenciados, conseguiu erguer em Portugal um monumento inovador para a época, um hospital / hospício para acolher os militares inválidos que ao serviço do Estado tivessem ficado incapacitados, e por esse motivo não tivessem forma física e psíquica em adquirir os seus meios de subsistência, permitindo assim, que esta classe encontrasse o apoio médico e medicamentoso, agasalho, conforto e toda a proteção.

Segundo a própria, achava ter rendimentos demasiado elevados para as suas necessidades e quis que esse excesso se convertesse todo em utilidade da pátria, e nesse sentido decidiu empregar os seus bens na construção de um monumento de caridade e filantropia verdadeiramente inovador para a época, propósito ao qual se dedicou o resto da vida.

O reinado de D. Maria I, descrito naturalmente de uma forma sucinta⁵, pretende fazer uma alusão a algumas alterações e medidas adotadas no seu governo, tendo concordado e sido concedida, no que diz respeito à autorização para a obra da irmã, autorização imediata, no entanto, ainda lhe ofereceu para o efeito o edifício da Luz, o que a Princesa Maria Francisca Benedita não aceitou, por querer uma obra de raiz inteiramente sua.

O projeto do majestoso edifício esteve a cargo do arquiteto José da Costa e Silva (1747-1819). Trata-se de um grande nome da História da Arte portuguesa. É

⁴ Vd. ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Sousa, «*Descrição do Real Asylo de Inválidos Militares em Runa*», Lisboa, Lallement Frères, 1882, p. 8.

⁵ Vd., entre outros estudos sobre este reinado, SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «*História de Portugal*», Volume VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Editorial Verbo, 1992.

considerado, desde o primeiro estudo essencial de Ayres de Carvalho ⁶, o primeiro dos modernos arquitetos neoclássicos portugueses. Por determinação do rei D. José, partiu com vinte e dois anos para Bolonha, para estudar arquitetura civil na Academia Clementina (1769-1779), na companhia do Doutor João Ângelo Brunelli, com quem em Portugal iniciara a sua formação, e que era conhecido como um dos matemáticos e astrónomos mais reputados do seu tempo. Regressa a Lisboa em 1780 com títulos e diplomas e uma coleção de desenhos e tratados de arquitetura, provenientes das viagens que realizou e de um ensino escolar, onde o gosto estético foi rececionado com o novo código artístico que circulava internacionalmente.

“D. Maria I, em 1781, funda uma nova Aula de Desenho, sendo Costa e Silva “provido na Cadeira d’Architectura”. Foi este o melhor e mais seguro meio para transmitir de viva voz aos portugueses os ensinamentos colhidos na Academia Clementina do seu mestre Carlo Bianconi” ⁷.

A mais recente base de fixação da obra e personalidade de Costa e Silva deve-se a José de Monterroso Teixeira ⁸, que dedica aliás uma série de considerações sobre a construção do palácio de Runa, clarificando vários aspetos da obra. Trata-se da obra mais aprimorada deste arquiteto neoclássico, ligado ao estaleiro da Ajuda e a muitas outras encomendas régias e aristocráticas.

Assim, as obras iniciaram-se em 18 de junho de 1792 e contaram com a participação de mais de 300 trabalhadores de todas as classes.

Em Novembro de 1807, quando a família Real se desloca para o Brasil, já as obras do edifício se encontravam muito adiantadas, no entanto, a Princesa Maria Francisca Benedita teve sempre a preocupação de as mesmas não serem

⁶ Cf. CARVALHO, Ayres de, «Os três arquitectos da Ajuda: do "Rocaille" ao neoclássico; Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761-1817)», Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.

⁷ IDEM, *ibidem*, p. 94.

⁸ TEIXEIRA, José de Monterroso, «José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclássicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitectónica», Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2012.

interrompidas, enviando várias vezes do Rio de Janeiro, quantias avultadas para a sua continuação.

Com o regresso da família Real a Portugal em 1821, foram tomadas todas as diligências para que o edifício fosse finalmente acabado, o que se veio a verificar, tendo sido inaugurado a 25 de Julho de 1827, no 81º aniversário da sua fundadora, tendo o mesmo custado mais de 600 contos de reis, quantia muito avultada para a época.

Como primeiro governador do Real Hospital dos Inválidos Militares de Runa, foi nomeado pela Princesa, o Brigadeiro Fernando Luís Pereira de Miranda Palha, elevado cargo que exerceu durante vinte e três anos, com pequenas interrupções, tendo sido sepultado no cemitério que pertence ao edifício, facto que nos dias de hoje, ainda é possível confirmar.

Apresentamos a descrição das várias mudanças pelas quais a instituição passou, entre sucessos e misérias, até aos dias de hoje.

Expomos a origem da história da coleção do acervo museológico constante no edifício, como foi constituído, bem como as suas perdas, e a fase de musealização. Pelos inventários pode-se ter uma ideia da dimensão de peças que, no turbilhão das alterações que o palácio foi sofrendo, inexoravelmente se perderam, ou foram deslocadas e se encontram por identificar.

Salientamos e relevamos, nesta fase de conhecimentos, o acervo museológico que subsistiu e existe no Palácio deixado pela fundadora, o qual é riquíssimo e pode ser admirado no local, tendo como categorias: a escultura, pintura, ourivesaria, prataria, mobiliário, têxteis, cerâmica, cristal/vidro, instrumentos musicais e livros, onde pretendemos destacar a escultura a pintura e a ourivesaria/prataria.

E, por fim, apresentamos um programa organizacional de musealização, os benefícios a ter conta com uma alteração da estrutura orgânica da instituição, e as hipóteses de expansão no âmbito do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P., demonstrando que o mesmo é detentor de um património de grande interesse histórico, artístico, cultural e turístico.

OBJETIVOS DE ESTUDO

O que pretendemos com o trabalho de investigação a realizar na dissertação é a salvaguarda do património artístico, cultural e histórico existente no Centro de Apoio Social de Runa, salientado a necessidade de uma gestão de prevenção e salvaguarda, conservação, investigação, valorização e divulgação.

A responsabilidade de preservação do património cultural é uma consciência de cidadania que será necessária para a estruturação e prossecução da memória dos patrimónios, a qual deverá fazer parte da missão dos responsáveis por este tipo de património.

Reavivar memórias ocultas e destacar as suas mais-valias descuradas é pois o propósito que consagramos com o testemunho que irá ser apresentado na dissertação do mestrado, identificando as necessidades para propormos alternativas, com a certeza porém de que o acervo riquíssimo deixado pela Princesa D. Maria Francisca Benedita, jamais poderá ser esquecido.

Salientamos a fase de musealização, a época em que o acervo museológico foi reunido, sob a orientação do Senhor Arquitecto Manuel Carlos Ferrão de Oliveira, com a colaboração de funcionários e de militares a desempenhar funções na instituição em Runa. Este nobre trabalho decorreu entre 198[?] e 1992, e no qual os vários locais escolhidos para a exposição das peças assim como as estantes, foram meticulosamente pensadas para exporem o acervo existente e estarem reunidos num espaço que permite ser visitado pelo público em geral, o que foi inaugurado em 25 de julho de 1992.

Deste trabalho foram feitas 406 fichas, cujo registo fotográfico apenas foi concluído em 28 de outubro de 2006. Neste documento podemos verificar que consta pouca informação sobre o objeto, não tendo sido feito um inventário segundo as normas museológicas e o respetivo trabalho de investigação, não correspondendo por isso às fichas de inventário padronizadas e ajustadas às categorias do acervo museológico da instituição.

Mostramos a importância do património museológico, realçando o facto de ter como característica rara, estar o espólio todo junto no local e que deve ser estudado.

Pretendemos destacar a escultura, a prataria e a pintura, dando como exemplo de trabalho estas áreas específicas, apresentando e exemplificando os métodos e procedimentos a ter em conta para a prevenção e salvaguarda das mesmas.

Propomo-nos também, apresentar um estudo que possa permitir à instituição, desenvolver atividades organizacionais que visem criar e fixar metodologias e competências para o funcionamento apropriado de um património museológico.

METODOLOGIA

A metodologia por nós utilizada para a realização da dissertação foi a pesquisa de informação sobre a Princesa D. Maria Francisca Benedita, a edificação do monumental edifício, a bibliografia do arquiteto José da Costa e Silva, não esquecendo os momentos históricos relevantes relacionados e, por fim, a consulta de legislação e o site da Direção Geral do Património Cultural, que nos auxiliou e elucidou, servindo de referência ao que iremos propor no que diz respeito à gestão de uma área museológica inserida num edifício histórico do estado, mas que tem como objetivo central, a ação social, sendo um lar de terceira e quarta idade para os beneficiários das Forças Armadas.

Na Biblioteca do Palácio da Ajuda, estivemos no local a pesquisar na base de dados e verificamos que existe muita informação que podemos complementar e acrescentar conhecimento, através de pagamentos e encomendas feitas pela Princesa Benedita, nomeadamente no que diz respeito à prataria, joias e louças.

Ao enquadramento histórico e alterações ao longo dos anos pelas quais a Instituição passou, no site da Torre do Tombo, no Arquivo Salazar ⁹, encontramos documentos referentes ao edifício, os quais iremos estudar e comparar com outros documentos existentes.

No entanto, tendo em conta que o Edifício de Runa esteve sob a dependência do Ministério do Exército até há relativamente poucos anos atrás, no Arquivo Histórico Militar da Direção de História e Cultura Militar, fomos encontrar documentos que irão estabelecer realidades e acrescentar factos ao que nos propusemos.

Não podemos deixar de referenciar que tendo em conta o objetivo da dissertação, o facto de, no primeiro ano do mestrado ter havido várias visitas de estudo, permitiu também ter conhecimento dos vários modelos de gestão museológica, (público e privado), das dificuldades pelas quais as instituições se deparam e dos casos de sucesso.

⁹ Vd. PT/TT/AOS/D-E/17/2/15, Cota atual Arquivo Salazar, FI-17^a, cx. 224, capilha 15.

Estas visitas possibilitaram ainda, a oportunidade de contactar e ficar com os contactos de pessoas ligadas a este meio, que nos foi útil para o esclarecimento / aconselhamento / ajuda do que nos é permitido fazer e estudar para a melhoria dos processos na área da gestão que apresentamos.

Para nos enquadrarmos na época, procedemos à leitura de um livro integrado no género romance histórico, o *Império à Deriva* de Patrick Wilcken ¹⁰, que recorre a fontes primárias e a testemunhos consistentes da época para nos relatar, com liberdades literárias, a transferência da corte e do governo português para o Brasil, o qual deu início a um período único de governo imperial a partir dos trópicos e que durou treze anos. O autor dá vida a este período extraordinário, com testemunhos contemporâneos em que claramente viajamos para um único momento na História em que a realeza europeia viveu numa colónia.

A importância que as joias tinham para a Princesa Benedita é manifesta nos seus adornos e objetos de decoração, como é o caso do espólio da prataria deixado na igreja do Santíssimo Sacramento do seu Edifício de Runa, onde nos deixou uma de elevado destaque com as suas numerosas e variadas gemas de primeira água e pedras preciosas, como é o caso da custódia.

Pesquisas incansáveis através da internet, quer ao nível da história, de legislação e dos repositórios de dissertações de mestrados e de doutoramentos, onde foi possível ler e verificar em termos de temáticas o que já tinha sido feito, tomando consciência com este tipo de documento de investigação.

Procedemos, ainda, a visitas aos outros edifícios classificados que pertencem ao IASFA, I.P., para ter melhor conhecimento dos mesmos e definir com maior clareza o enquadramento daquilo que podemos propor no trabalho no âmbito do estudo integrado do Património histórico, artístico, museológico e de valorização cultural.

¹⁰ Vd. WILCKEN, Patrick, «*Império à Deriva, A corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*», Civilização Editora, 2004.

Também realizámos, naturalmente, consultas de documentos / notícias / livros na Biblioteca Municipal de Torres Vedras, onde encontrámos notícias diversas sobre o edifício de Runa bem como um importante catálogo da Memória das Comemorações do Bicentenário do Nascimento da Princesa D. Maria Francisca Benedita, Catálogo de uma Exposição realizada e organizada pela Câmara de Torres Vedras ¹¹.

Relativamente à história do acervo museológico, conversamos com funcionários da Instituição que trabalham alguns há já 40 anos, assim como com outros que já saíram e que estão reformados e que nos auxiliaram na procura de alguns objetos que não estão nos locais de exposição, mas que sabemos que existiam através do testamento da princesa, onde os quais poderão estar noutros locais do edifício, sem que se saiba que os mesmos pertencem ao acervo museológico e que deverão fazer parte do inventário museológico. Também obtivemos esclarecimentos quanto à forma como foram feitas as limpezas às peças, que julgamos ser informações importantes para a prevenção, proteção e salvaguarda daquele acervo.

¹¹ Vd. «*Memória das Comemorações do Bi-Centenário do Nascimento da Princesa D. Maria Francisca Benedita e Catálogo da Exposição Biblio-Iconográfica na Biblioteca Municipal de Torres Vedras*» Torres Vedras, Biblioteca Municipal, 1947.

ESTADO DA ARTE

O Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P. (IASFA, I.P.), é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, prossegue atribuições do Ministério da Defesa Nacional, sob superintendência e tutela do respetivo ministro, e que tem por missão garantir e promover a ação social complementar dos seus beneficiários e gerir o sistema de assistência na doença aos militares das Forças Armadas ¹².

O Palácio de Runa, classificado como *Imóvel de Interesse Público*, antigo Hospital de Inválidos Militares de Runa, hoje Centro de Apoio Social de Runa (CASR) do IASFA, I.P., é detentor de um património histórico, artístico e cultural que foi deixado em testamento pela fundadora do monumental edifício, a Princesa D. Maria Francisca Benedita ¹³.

Ao arquiteto José da Costa e Silva, encontramos uma investigação no âmbito de uma tese de doutoramento ¹⁴, em que é possível verificarmos todo o seu percurso de vida, histórico e profissional.

Documento onde nos permite aferir os estatutos para o Hospital Real de Inválidos Militares, que Sua Alteza a Sereníssima Princesa Dona Maria Francisca Benedita mandou fundar, conforme o que lhe foi permitido pelo Real Decreto de 25 de Junho de 1802, e alvará do dia 27 do mesmo mês e ano, na sua quinta denominada de Alcobaça, junto ao lugar de Runa, termo da vila de Torres Vedras¹⁵.

O Brigadeiro Fernando Luís Pereira de Miranda Palha que foi o primeiro governador do Real Hospital dos Inválidos Militares de Runa, cargo que exerceu durante vinte e três anos, publicou uma breve narração sobre o Real Asilo de Inválidos Militares,

¹² Descrição constante no nº 1 e 2 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 193/2002 de 23 de agosto.

¹³ Vd. Auto do testamento de 1831 - PT/TT/GAV/7/16/3/10.

¹⁴ Vd. Teixeira, José de Monterroso (2012) «*José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica*». Tese de Doutoramento em História. Universidade Autónoma de Lisboa.

¹⁵ Vd. PT/AHM/DIV/3/16/02/09/08, 1 livro com 11fls, 1 caderno com 21 fls,1827.

onde escreve acerca do Hospital, como foi fundado e por quem, a forma de administração e as dificuldades pelas quais já se fazia sentir na época ¹⁶.

A veracidade da titularidade dos bens da Princesa respeitante ao local onde foi edificado o Monumento, nomeadamente a data da escritura da compra do terreno, denominada Quinta de Alcobaça, a quem pertencia e o valor do mesmo, é por nós verificado através da documentação existente no Arquivo Histórico Militar ¹⁷ (vide doc.1 e doc. 2).

Em 1833, por na época se viver um clima de instabilidade e desordens, e por uma questão de segurança, ordenou o Duque do Cadaval que fosse feita uma relação da prataria e preciosidades existentes no Palácio, e que as mesmas fossem retiradas e levadas para Óbidos, conforme prova o documento encontrado ¹⁸ (vide doc. 3).

É possível verificarmos que já em 1838 as dificuldades em manter os militares inválidos no Hospital de Runa se tornava uma preocupação por parte dos representantes da instituição, embora sempre com elogios no trato que as pessoas que trabalhavam no asilo tinham para com aqueles militares, de forma a minorar o sofrimento dos que se tinham imobilizado nas guerras, assim como o elogio à magnitude do monumental edifício, conforme é notícia publicada na revista “O Panorama” ¹⁹ (vide doc. 6).

É notória a preocupação com o espólio deixado pela Princesa ao longo dos anos, havendo o cuidado por parte dos responsáveis da instituição, de proceder ao inventário e avaliação dos objetos mais valiosos, neste caso concreto à prataria, por profissionais credenciados, que na presença de alguns militares elaboraram os documentos, Gregório João Pinto, contraste e avaliador do Banco de Portugal, e

¹⁶ Vd. PALHA, Fernando Pereira de Miranda, «Breve narração acerca do Real Asylo de Inválidos Militares, estabelecido em Runa», Lisboa, Typographia da Sociedade Propaganda dos Conhecimentos Úteis, 1842.

¹⁷ Vd. PT/AHM/DIV/3/16/02/08/1, 1790.

¹⁸ Vd. PT/AHM/DIV/3/16/02/09/18, 1833.

¹⁹ Vd. Revista «O Panorama», N^o 72 de 15 de setembro de 1838, revista dirigida por Alexandre Herculano, onde redigiu um interessante texto, já aliás referido na introdução desta tese, sobre o então denominado Asilo de Runa.

Raimundo José Pinto, ourives e avaliador, tal como provam os dois documentos que datam de sete de março de 1851 ²⁰. (vide doc. 5).

Posteriormente, regista-se um importante documento de 1895 que se relaciona com os bens pertencentes ao Hospital de Inválidos de Runa, de que nos dá um precioso inventário, inédito, com avaliação dos objetos recenseados, assim como o regulamento e estatutos do hospital ²¹. Esta fonte abriu importantes pistas sobre as existências no palácio em fins do século XIX.

Ao estudo da biografia da Princesa D. Maria Francisca Benedita, dedicou-se o já citado historiador Paulo Drumond Braga, que com a sua intensa pesquisa nos dá a conhecer, num livro de 2007, a vida da Princesa e o convívio que teve com seis gerações ²².

Em 2008, a Mestre em História de Arte, Alice Lázaro apresenta em livro ²³, novamente, uma resenha biográfica da Princesa D. Maria Francisca Benedita, e o modo como foi estruturado o testamento, dando-nos a conhecer os bens que possuía, incluindo os autos de execução do testamento e o inventário dos seus bens.

No dia 11 de outubro de 2016, a empresa Arterestauro esteve com uma equipa de cinco elementos no Centro de Apoio Social de Runa gratuitamente a fazer o diagnóstico relativamente ao estado de degradação e às necessidades prementes e necessárias quanto a intervenções de conservação e restauro do património histórico-cultural existente, apresentando o respetivo relatório discriminativo.

Nesse sentido, foi enviado o respetivo relatório em 10 de novembro de 2016 com a estimativa de custos parcelares relativos às intervenções de conservação e restauro do património integrado e móvel, de modo a proceder a uma projeção de calendário de ações de acordo com as prioridades e exequibilidades da instituição.

²⁰ Vd. PT/AHM/DIV/3/16/02/10/72, 1851, Inventários; Arsenal do Exército; Runa, 10 fls. manuscritas.

²¹ Vd. PT/AHM/DIV/3/16/02/11/132, 1895, Regulamentos; Runa, Estatutos, 1 caderno com 19 fls. manuscritas.

²² Vd. BRAGA, Paulo Drumond, «*A Princesa na Sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*», Colibri, 2007.

²³ Vd. LÁZARO, Maria Alice de Oliveira, «*O Testamento da Princesa do Brasil: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*», Tribuna, 2008.

O documento respeita os pressupostos previstos e exigidos às intervenções de conservação e restauro de património classificado, de acordo com a Lei 55/2001 de 15 de fevereiro e a Lei 107/2001 de 8 de setembro, assim como pelo Decreto-Lei de 140/2009 de 15 de junho.

No dia 15 de fevereiro de 2017, foi efetuado no local graciosamente pelo Dr. Miguel Cabral Moncada, o estudo da contrastaria da prataria, existente na coleção visitável do Centro de Apoio Social de Runa / Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.

CAPITULO 1 - HISTORIAL

1.1. A Princesa D. Maria Francisca Benedita, fundadora do Palácio de Runa, (vide Fig. 1, 2 e 3).

A sua fundadora, D. Maria Francisca Benedita (1746-1829) foi, sucessivamente infanta (1746-1777), princesa da Beira (1777), princesa do Brasil (1777-1788) e princesa viúva do Brasil (1788-1829).

Era a quarta e derradeira filha dos então príncipes do Brasil, futuros reis, D. José (1714-1777) e D. Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781). Era neta paterna de D. João V (1689-1750) e de D. Maria Ana de Áustria (1683-1754) e materna de Filipe V (1683-1746) e de sua segunda mulher, Isabel Farnesio (1692-1766), reis de Espanha.

Teve como irmãos, a D. Maria Francisca Isabel, futura rainha D. Maria I (1734-1816) e as infantas D. Maria Ana Francisca (1736-1813) e D. Maria Francisca Doroteia (1739-1771).

Nascida em Lisboa, a 25 de julho de 1746 no Paço da Ribeira, tendo sido batizada com apenas dezasseis dias de vida, com toda a pompa e circunstância que o título e a época o exigiam na Sé Patriarcal de Lisboa, no dia 10 de agosto de 1746, pelo cardeal patriarca D. Tomás de Almeida, tendo como padrinho o Papa Bento XIV (1675-1758), representado pelo infante D. Pedro, tio da infanta, a qual recebeu os nomes de **Maria Francisca Benedita Ana Isabel Josefa Antónia Lourença Inácia Teresa Gertrudes Rita Joana Rosa**, o qual foi anunciado no Paço da Ajuda em 18 de agosto de 1746.

Aprendia com muita facilidade, tanto as línguas como as ciências e as artes liberais, falava fluente o inglês, espanhol, francês e italiano. O rei D. José apreciava muito a música, tendo sido ele quem organizou o teatro real no paço da Ribeira, para o qual mandou vir os melhores cantores de Itália. O célebre maestro napolitano David Peres foi contratado para vir ensinar as infantas, tornando-se D. Maria Francisca

Benedita a sua discípula mais dedicada. Tinha grande amor e vocação para a música, amor que sempre conservou, porque já na avançada idade de 80 anos ainda gostava de tocar piano, cantar e recitar poesias.

David Peres escreveu uma ópera, *Alessandro Nela Indie*, expressamente para se cantar no dia 31 de Março de 1755, para solenizar o aniversário da rainha D. Mariana Vitória. Poucos meses depois deu-se a lamentável catástrofe do primeiro de Novembro, que reduziu a ruínas o teatro e o paço da Ribeira. Deram-se então algumas récitas no teatro de Salvaterra, e no do Palácio da Ajuda, que se construía de madeira a toda a pressa para alojamento da família real. Além das óperas líricas, que se cantavam, também se deram no paço oratórias e serenatas, tanto no tempo do rei D. José, como no reinado de D. Maria I, tomando parte nessas festas as infantas, em que sempre sobressaía D. Maria Francisca Benedita, pela sua voz melodiosa e sentido canto.

D. Maria Francisca Benedita era muito formosa, inteligente, genuína e de uma grande gentileza, embora de estatura baixa era uma mulher que não passava despercebida sendo por isso apreciada pela sua beleza, onde sobressaíam os seus olhos negros e expressivos, os cabelos longos e louros e o rosto redondo com feições delicadas e finas, tendo sido considerada como a mais bela da corte²⁴.

Bastante culta, é também conhecida como a princesa artista, possuindo também grande vocação para a pintura, tendo como professores de pintura e desenho Domingos Conrado Rosa, Domingos António de Sequeira e Joaquim Carneiro da Silva. Da formação obtida e gosto pela pintura, podemos destacar algumas obras, um Coração de Jesus em Chamas, uma Nossa Senhora da Conceição e um retábulo existente na Basílica da Estrela, pintado com a irmã Infanta D. Maria Ana²⁵.

Tinha já completado 30 anos de idade, quando em 1777 se desposou com o seu sobrinho, o príncipe da Beira, o D. José de Bragança, filho primogénito de D. Maria I, sua irmã, ainda princesa do Brasil, e de seu marido e tio, o infante D. Pedro III,

²⁴ Vd. BRAGA, Paulo Drumond, «*A Princesa na Sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*», Colibri, 2007, p. 19.

²⁵ Vd. SOARES, Ernesto e LIMA, Henrique C. Ferreira, «*Dicionário da Iconografia Portuguesa*», Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 5 volumes, 1947-1960, vol. II, p. 364.

de quem era 15 anos mais velha e a quem sobrevive, pois este morre em agosto de 1788 vítima de varíola, com apenas 27 anos.

O príncipe, herdeiro presuntivo da coroa, tinha apenas 16 anos, mas já nesta idade era considerado muito talentoso e instruído, muito versado e deveras entusiasta pelos assuntos militares. O povo estimava-o pelo seu caráter nobre e pelas suas boas qualidades. Desde a mais tenra infância que o príncipe D. José sentia decidida e terna simpatia pela sua tia, que mais tarde se transformou em intenso amor. D. Maria Francisca Benedita também estimava muito o seu sobrinho, e a política não contrariou estas afeições, o rei D. José julgou de muita vantagem este enlace e três dias antes de falecer, em 21 de Fevereiro de 1777, realizou-se o casamento do herdeiro presuntivo da coroa com a sua tia materna, D. Maria Francisca Benedita, que por este facto ficou a Princesa da Beira.

Por morte de D. José, e subindo ao trono D. Maria I, receberam os recém-casados o título de príncipes do Brasil.

Infelizmente, 11 anos depois de uma vida pacífica e muito afetuosa, o príncipe adoeceu gravemente com um ataque de bexigas / varíola, que o vitimou a 11 de Setembro de 1788, deixando inconsolável a sua mulher e tia, e causando geral consternação, porque todos os portugueses depositavam as esperanças naquele seu futuro e estimado rei.

Com este fatal acontecimento perdeu a princesa D. Maria Francisca Benedita ao mesmo tempo o trono e um marido tão digno do profundo amor que lhe consagrava.

A partir de 1788, a "Princesa Viúva do Brasil", como era conhecida, vive recolhida na corte por ter ficado muito abalada e desgostosa, mas ao mesmo tempo tornando-se numa figura muito respeitada por todos.

Porém, a vida solitária a que se dedicou com a grande perda que teve, não abalou a sua generosidade, característica que desde muito cedo lhe é evidente e particular, como o podemos demonstrar através das esmolas aos soldados da Guarda Real nos Paços da Ajuda e das Necessidades ²⁶, à pensão e às despesas com uma

²⁶ Vd. Lisboa, B.A., 54-VIII-39, (16v).

menina sua protegida, D. Mariana Rufina Pinto que se encontrava no Convento da Visitação de Lisboa ²⁷, e despesas com as esmolas que dava todos os meses ²⁸.

Quanto aos seus interesses, podemos constatar alguns, como é o caso do gosto pela pintura, o qual é manifesto através das despesas que fez com tintas para pintar ²⁹, assim como várias encomendas com molduras e mobiliário ³⁰, vários serviços de loiça provenientes da cidade de Cantão na China, chá pérola, leques, etc ³¹, além de lhe serem conhecidos também, o seu dom para tocar instrumentos musicais, cantar, recitar e ler. Para a confeção do seu vestuário, contou com os principais costureiros da época, nomeadamente o Lambert José Beax ³², os adornos preciosos que usava eram dignos de uma grande apreciadora de jóias e que obviamente seriam os adequados à sua posição no Reino (vide Fig. 5), sendo por isso detentora de uma grande e vasta coleção de *“peças para ornamento da cabeça (flores), das orelhas (brincos), do pescoço (colares, fios), dos braços (pulseiras) e das mãos (anéis), sem esquecer peças para o vestuário (borlas, pingentes, presilhas e ramos) confeccionados com águas marinhas, aljôfares, ametistas, diamantes, esmeraldas, ouro, pérolas, rubis, safiras e topázios”* ³³.

A preocupação que tinha com o cuidar da conservação do seu património é claramente perceptível através das despesas com arranjos de roupas e mobiliário e as verificadas com os consertos de relógios ³⁴.

Na vida isolada a que depois da morte do marido se dedicou, surgiu-lhe o caridoso pensamento de *“fundar um monumento de caridade e philanthropia, que servisse de memória eterna a suas raras qualidades, e considerando que seu Augusto esposo tinha uma verdadeira estima pelos militares, e que nenhum asylo havia em Portugal para esta briosa classe, decidiu mandar fazer à sua custa um edifício para n’elle recolher, e sustentar aos que, depois de bem terem servido a pátria, se impossibilitassem no mesmo serviço, e não tivessem meios decentes para a sua*

²⁷ Vd. Lisboa, B.A., 54-VIII-39, (17h).

²⁸ Vd. Lisboa, B.A., 54-VIII-39, (1b).

²⁹ Vd. Lisboa, B.A., 54-VIII-39, (4t).

³⁰ Vd. Lisboa, B.A., 54-VIII-39, (17n).

³¹ Vd. Lisboa, B.A., 54-VIII-48, (7d).

³² Vd. Lisboa, B.A., 54-VIII-50, (303).

³³ Cf. BRAGA, Paulo Drumond, «A Princesa na Sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)», p. 62.

³⁴ Vd. Lisboa, B.A., 54-VIII-42, (2a).

sobrevivência”³⁵. Desta sua nobre atitude e dedicação aos outros, nomeadamente aos mais carenciados, conseguiu erguer em Portugal um monumento inovador para a época, um hospital/hospício para acolher os inválidos militares que ao serviço do Estado ficassem incapacitados, e por esse motivo não tivessem forma física e psíquica em adquirir os seus meios de subsistência, permitindo assim, que esta classe encontrasse apoio médico e medicamentoso, agasalho, conforto e toda a proteção.

A princesa D. Maria Francisca Benedita “*quando enviuvou em 1788 mereceu da rainha sua irmã um gesto de especial atenção tendo-lhe aumentado a dotação de 20 mil cruzados para 50 mil, (...). Assim, com algum desafogo, as obras puderam começar em 18 de junho de 1792, o que revela a celeridade da resposta de Costa e Silva, absorvido com o projeto do Erário e provavelmente já contactado para a encomenda do Teatro de São Carlos*”³⁶.

Quando a família Real emigrou para o Brasil, em Novembro de 1807, já as obras estavam muito adiantadas e para dar cumprimento ao prosseguimento das obras, a Princesa enviou várias vezes do Rio de Janeiro dinheiro suficiente para o andamento das obras do Hospital (vide doc. 10).

Seguiu-se a guerra com os franceses, que terminou em 1814, e ainda mais 7 anos se conservou a família real no Rio de Janeiro, pois só em 1821, depois de ter ali chegado a notícia da Revolução do Porto em 24 de Agosto de 1820, é que D. João VI resolveu voltar para a Europa. Durante este largo período os rendimentos da princesa, assim como os de toda a família real, haviam diminuído consideravelmente por causa dos franceses.

A princesa D. Maria Francisca Benedita reservou “*metade do mesmo Edifício para Palácio de sua habitação, e outra metade para Quarteis dos Empregados e Inválidos, de sorte que bem pode certificar-se ser este Estabelecimento hum dos*

³⁵ Vd. ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Sousa, «*Descrição do Real Asylo de Inválidos Militares em Runa*», p. 8.

³⁶ Cf. TEIXEIRA, José de Monterroso (2012) «*José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica*». Tese de Doutoramento em História, p. 261.

mais belos, e magestosos edifícios de Portugal”³⁷, no entanto poderia o “*Asylo admitir, e bem sustentar mais de 120 inválidos, com os precisos Empregados*”³⁸. Enquanto duraram as obras a princesa deslocou-se algumas vezes a Runa, dirigindo e ativando os trabalhos, recebendo ali a visita de D. João VI, numa ocasião em que o monarca regressava das Caldas da Rainha. Convivia com as pessoas que moravam nas vizinhanças do asilo, dando largas esmolas aos pobres que a ela recorriam.

Em 1829 preparava-se para viver alguns meses em Runa, quando adoeceu gravemente, falecendo pouco tempo depois, a 18 de Agosto, com 83 anos de idade, não chegando a ver completo o zimbório da igreja.

No seu testamento de 1827, instituiu como herdeiro universal o Hospital dos Inválidos Militares de Runa, sendo quase todos os bens de raiz e ações que possuía, bem como tudo quanto estava dentro do edifício e capela, incluindo a bela e riquíssima custódia, um primor artístico. O resto da herança foi distribuído em legados pios e por todas as pessoas da família real, sendo a mais contemplada a infanta D. Isabel Maria, como regente que era na época em que fora feito o testamento.

A legislação liberal que suprimiu os rendimentos das comendas e o não pagamento dos juros da chamada dívida mansa, afetou consideravelmente a receita do asilo. O rei D. Miguel havia confirmado o testamento, fazendo passar a administração das rendas para um Conselho Administrativo, ficando todo o estabelecimento sob a intendência do Ministério da Guerra, em cumprimento da vontade da doadora.

Em virtude dos legados recebidos da princesa, ficou o asilo de Runa com um rendimento anual de 8.800\$000 reais, provenientes dos seguintes valores: “*A commenda de S. Thiago de Beduido; huma Apólice com vencimento de 5 por cento, do capital de 26.800\$000 reais; hum Título de Dívida Publica, sem vencimento, do capital de 11.999\$960 reais; duas Acções da Companhia dos Vinhos do Douro 800\$000 reais; e as Quintas de Runa, Enchara do Bispo, e d’ Amora, (...) além*

³⁷ Cf. PALHA, Fernando Pereira de Miranda, «*Breve narração acerca do Real Asylo de Inválidos Militares, estabelecido em Runa*», Lisboa, Typographia da Sociedade Propaganda dos Conhecimentos Úteis, 1842, p. 4.

³⁸ IDEM, *ibidem*.

deste dote ficarão bastantes e ricas alfaias pertencentes à Capella do Asylo, e algumas dividas activas, de cuja liquidação se tem tratado, e continua a tratar” ³⁹.

1.2. O reinado de D. Maria I (1734-1816).

Nascida em 17 de dezembro de 1734, foi a primeira rainha reinante e recebeu o título de “Princesa da Beira”. Possuía a mesma cultura e educação que a sua irmã, a Princesa D. Maria Francisca Benedita, no entanto não foi preparada nem educada para reinar, não só por não ter essa propensão como pelo facto de não ter sido orientada para tal, não lhe tendo sido inculcido o interesse e o conhecimento dos negócios públicos.

O seu reinado foi marcado por uma política de retaliação por um lado e de radical alteração da política em curso, por outro.

No entanto, podemos referenciar algumas alterações, como a constituição de um novo governo, substituindo Pombal por D. Pedro José de Noronha, promulgou uma série de leis e alvarás,⁴⁰ e “*pôs-se em ordem o despacho do Conselho de Guerra, a fim de bem se administrar a justiça para a disciplina das tropas*” ⁴¹.

Foi também no tempo de D. Maria I que se reformou o Conselho da Guerra, reorganizando e atualizando os militares e as questões relacionadas, criando novos critérios e também a criação de lugares até aqui inexistentes, como é o caso dos cirurgiões da Armada Real, tendo também como objetivo fulcral, melhorar e aumentar os efetivos do Exército, impondo-se uma preparação ao nível académico, dotando os militares de conhecimentos ao nível da engenharia, da infantaria, da artilharia e da cavalaria ⁴².

³⁹ Cf. PALHA, Fernando Pereira de Miranda, «*Breve narração acerca do Real Asylo de Inválidos Militares, estabelecido em Runa*», p. 4.

⁴⁰ Vd. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «*História de Portugal*», Volume VI, *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, Editorial Verbo, pp. 294-297.

⁴¹ IDEM, *ibidem*, p. 298.

⁴² IDEM, *ibidem*, pp. 312-313.

Constitui assim, uma época marcada pela luta dos princípios da liberdade e igualdade, a qual entre “1778 e 1803, assiste-se a uma série de fundações nos campos da cultura e do ensino”⁴³.

Deve-se também a este governo uma seriação de medidas no que diz respeito a novos trajetos e estradas entre os principais lugares do país, de forma a facilitar o transporte de pessoas e mercadorias. A nova rede de estradas permitia percorrer as distâncias num curto espaço de tempo e com maior benefício para os correios⁴⁴.

Foi também neste reinado que a “*arquitectura de então desenvolveu o espírito neoclassicista que vinha do tempo de D. José, mas conservando ainda muitos pontos da ornamentação e decoração barroquistas. Embora a escultura tivesse o seu nome cimeiro em Machado de Castro e a pintura se impusesse, sem rasgos aliás de celebridade, com Pedro Alexandrino de Carvalho (1730-1810), foi o movimento arquitectónico que dominou Portugal no último quartel de Setecentos. (...) Ao italiano Fabri deve-se o novo risco do Palácio da Ajuda, onde trabalhou o português José da Costa e Silva, autor da planta de S. Carlos (1792-1793), que se inspirou no modelo do Teatro de Ópera de Nápoles*”⁴⁵.

Estando também marcado esta época pela reconstrução de várias igrejas, que estavam em ruínas desde o terramoto de 1755, e também o início de outras novas igrejas e santuários.

Perdoou aos criminosos do Estado que lhe pareceram dignos desse ato. Aceitou o pedido de escusa do marquês de Pombal de todos os seus cargos mas manteve-lhe os seus honorários de secretário de Estado.

Procurou o entendimento com a Espanha, o que deu origem aos Tratados de Santo Ildefonso, de Outubro de 1777, tratado preliminar de delimitação das zonas portuguesa e espanhola na América do Sul, e do Prado, assinado em Março de 1778.

A atividade legislativa é notável, sobretudo no que diz respeito à gestão económica. Puseram-se restrições ao monopólio da Companhia do Vinho do Porto. Foi

⁴³ Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «*História de Portugal*», Volume VI, p. 438.

⁴⁴ IDEM, *ibidem*, pp. 365-367.

⁴⁵ IDEM, *ibidem*, p. 458.

suprimida a Companhia do Grão-Pará e Maranhão; criada a Junta da Administração de todas as fábricas deste Reino e as Águas Livres.

Impulsionou novas manufaturas e assinou um tratado de amizade, navegação e comércio com a Rússia. A exportação do vinho do Porto desenvolveu-se largamente.

Também ainda no seu reinado, foi dado um impulso à cultura tendo-se procedido à criação de numerosas instituições, onde podemos destacar a Real Academia das Ciências de Lisboa, a Aula Pública de Debúcho e Desenho no Porto, e a Aula Régia de Desenho de Lisboa. Fundou a Academia Real de Marinha e a Real Biblioteca Pública de Lisboa.

Criou Hospitais no Brasil e na metrópole e criou a lotaria para alargar os serviços da Misericórdia de Lisboa.

É de relevar ainda, como uma das suas medidas mais importantes, a fundação da Real Casa Pia de Lisboa, obra de Pina Manique.

1.3. O arquiteto José da Costa e Silva (vide Fig. 4).

Os planos de arquitetura do majestoso edifício (vide Fig. 5 e 6) estiveram a cargo, como se disse, do arquiteto José da Costa e Silva (1747-1819), que nasceu a 25 de julho na Vila de Povos, próximo de Lisboa.

Por determinação do rei D. José, com vinte e dois anos partiu para Bolonha, para estudar arquitetura civil na Academia Clementina (1769-1779), na companhia do Doutor João Ângelo Brunelli, com quem em Portugal iniciara a sua formação, e que era conhecido como um dos matemáticos e astrónomos mais reputados do seu tempo.

Costa e Silva, em Itália, inicia os estudos com o mestre Pietro Francelli, professor célebre da Academia Clementina de Bellas Artes, designado de ornatista, cenógrafo e pintor, e quando este se transfere para Veneza, escolhe para o orientar Carlo Bianconi (1732-1804), considerado um grande desenhador, arquiteto civil e

pintor de história, também escultor e gravador, autor de dois guias patrimoniais de cidades importantes, como seja, o de Bolonha de 1766, e o de Milão em 1783 ⁴⁶. A par com os estudos arquitetónicos, aprofunda com mestres bolonheses de reconhecido mérito, conhecimentos de geometria, aritmética, perspetiva, mecânica e hidrostática. Na Academia Clementina de Bolonha obteve diversos prémios e, em 1775, apenas com 28 anos de idade, foi nomeado, por unanimidade, Académico de Honra.

Já como arquiteto viaja por Génova, Veneza, Florença, Roma, Vicenza, toma contacto com as ruínas de Nápoles, conhece o palácio de Caserta da autoria de Vanvitelli, concluído em 1752. Ainda em Itália apresenta “*a planta, o alçado e corte de um grandioso palácio bem mais gracioso que o Asilo de Runa com o qual tem algumas afinidades*” ⁴⁷, sendo a sua grande prova com que veio a obter o galardão de Académico de S. Lucas, o que lhe permitiu ser considerado Sócio de Mérito daquela prestigiosa escola.

Regressa a Lisboa em 1780 com títulos e diplomas e uma coleção de desenhos e tratados de arquitetura, provenientes das viagens que realizou e de um ensino escolar, onde o seu gosto estético rececionou o novo código artístico que circulava internacionalmente.

*“Com a morte de D. José (1777) e o afastamento de Pombal, abrem-se os presídios, a velha nobreza e o clero reconquistam posições e a nova rainha dá melhores possibilidades aos artistas. D. Maria I, em 1781, funda uma nova Aula de Desenho, sendo Costa e Silva “provido na Cadeira d’Architectura”. Foi este o melhor e mais seguro meio para transmitir de viva voz aos portugueses os ensinamentos colhidos na Academia Clementina do seu mestre Carlo Bianconi”*⁴⁸.

⁴⁶ Vd. TEIXEIRA, José de Monterroso, «José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica». Tese de Doutoramento em História, p. 73.

⁴⁷ Cf. CARVALHO, Ayres de, «Os três architectos da Ajuda: do "Rocaille" ao neoclássico; Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761-1817)», p. 81.

⁴⁸ Cf. CARVALHO, Ayres de, «Os três architectos da Ajuda: do "Rocaille" ao neoclássico; Manuel Caetano de Sousa (1742 - 1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761 -1817)», p. 94.

O protagonismo que vem a alcançar, revela-se na atribuição dos grandes empreendimentos que foi distinguido e que definiram a dinâmica artística da época. A emergência da arquitetura de incidência pública, de entoação iluminista, marcada nas obras do Erário Régio (1789), do Real Teatro de São Carlos (que em 1792 levou apenas sete meses a ser construído), do Hospital Militar de Inválidos de Runa, (1792) e da Academia do Comércio e de Marinha do Porto (1803), exprimem a nova linguagem neoclássica e inscrevem a modernidade e o novo compromisso do espaço urbano.

“Se a Basílica da Estrela foi erigida em cumprimento de um voto da princesa real, D. Maria, para ter um filho (D. José, 1761-1788), O Hospital de Inválidos Militares foi construído pela Princesa do Brasil, D. Maria Francisca Benedita, para perpetuar a memória de seu marido e sobrinho, o mesmo príncipe do Brasil D. José” ⁴⁹.

Costa e Silva ao receber a encomenda da ambiciosa construção de um modelo arquitetónico utilitário sob desígnio filantrópico da Princesa D. Maria Francisca Benedita, vai expressar os contornos emocionais e a piedade subjacente ao patrocínio da mesma, cujo programa previa o alojamento para 100 militares inválidos, uma área palaciana, pensada como residência da princesa, e ao centro do complexo arquitetónico, uma igreja também de grandes dimensões, (vide Fig.7).

“Com o grandioso edifício dos Inválidos Militares, Costa e Silva simplifica a sua arquitectura abstraindo de pormenores saborosos e requintados para cair numa simplicidade monástica e rectilínea, de que apenas a igreja de planta central terá uma nota ridente e colorida com os seus mármore de várias tonalidades. A composição escultórica de Francisco Leal Garcia, pendurada no alto da abóboda da capela-mor, pejada de nuvens e serafins, um anjo “pegando na nuvem” ou o “anjo de mãos erguidas”, conforme a saborosa descrição do próprio escultor, que se fazia pagar por cada palmo que modelava ou esculpia, é tudo branco e sensaborião, inexpressivo e frio como as figuras de jazigo. Mas as imagens que

⁴⁹ IDEM, *ibidem*, p. 96.

provavelmente vieram de Génova e se perdem na grandeza da igreja, são tão mesquinhas na sua pequenez que foi preciso encontrar-lhe um exagerado pedestal para que não destoassem dos delgados e esguios nichos com uma Senhora da Conceição e um S. José com o Menino ao colo. Como sempre e por modéstia de verbas os torreões que poderiam quebrar a monotonia da fachada apenas ficaram riscados até à cimalha real e o zimbório que sem dúvida Costa e Silva imaginou grandioso e elegante, mais parece a cobertura de um moinho...”⁵⁰.

Face às muitas solicitações para o exercício das suas funções, Costa e Silva nos primeiros anos do século XIX, são de grandes preocupações estéticas e de muito trabalho, pois para além do “*Erário que continuava a crescer nos seus alicerces e da Ajuda que Costa e Silva e o seu “companheiro Fabri” (como o intitula) procuravam adaptar aos planos iniciados por Manuel Caetano, a obra do Asilo dos Inválidos Militares, em Runa, era visitada e medida de três em três meses. De Mafra, Sintra e Queluz solicitavam os seus serviços, para o Porto enviava os seus projectos e ia de abalada até Vila Viçosa para remodelar e embelezar a Capela do Paço Ducal ao gosto do príncipe regente*”⁵¹.

Teve ainda, os projetos das residências de aparato para as elites aristocráticas, (Pombal, Marialva, Quintela, Anadia, Pina Manique, ou ainda o palácio do Ramalhão (1802) para a princesa D. Carlota Joaquina) tendo como princípios, para os mesmos, modelos contemporâneos.

A encomenda para o novo projeto do palácio da Ajuda (1802) juntamente com Francisco Xavier Fabri, ilustra também a incorporação do neoclassicismo.

Numa época conturbada e difícil e a recuperar da turbulência provocada pelas invasões francesas, vem a transferir-se para o Rio de Janeiro em 1812, como o

⁵⁰ Cf. CARVALHO, Ayres – «Os três arquitectos da Ajuda: do "Rocaille" ao neoclássico; Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761-1817)», p. 96.

⁵¹ IDEM, *ibidem*, p. 99.

“Arquiteto Geral de todas as obras publicas e particulares da Sua Real Casa”, a convite de D. João VI, ao qual não hesita em aceitar.

Já em terras brasileiras, no novo mundo como era conhecido, deverá ser-lhe depositado o contributo para a introdução do alternativo discurso do neoclassicismo (como é o caso da harmonia e o equilíbrio exibidos pelo palácio do barão do Rio Seco, no largo do Teatro da Ópera de São João) “e preparar a cidade para a receção alargada desse gosto, numa atmosfera cultural e artística, com alguns avanços já concretizados, pela sua práxis, sendo de citar também o Obelisco de Homenagem ao Príncipe-Regente em Salvador da Baía e o equilibrado túmulo do infante D. Pedro Carlos de Espanha e Portugal, que concebeu em 1813, montado na capela da Ordem Terceira, da igreja de São Francisco da Penitência, no largo da Carioca”⁵².

Costa e Silva reuniu uma excecional biblioteca e uma extraordinária coleção de desenhos, sobretudo de maneiristas italianos, coleções de estampas, desenhos à mão, camafeus, desenhos e riscos de arquitetura, seus e de outros arquitetos e engenheiros militares, que se encontram na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, “documentos que deram entrada na Real Biblioteca aos 11 de Setembro de 1818”⁵³ e que certificam a dimensão humanista de um arquiteto que, de modo rigoroso e consistente, foi permeável à apropriação do neoclassicismo, cujo modelo procurou disseminar em Portugal e no Brasil⁵⁴.

Foi por nós conferido que é possível, através de uma pesquisa ao site da Biblioteca Nacional do Brasil, verificar a existência de documentos relacionados com o Hospital de Inválidos Militares de Runa, embora os mesmos não se encontrem

⁵² Cf. TEIXEIRA, José de Monterroso (2012) «José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica». Tese de Doutoramento em História, p.100.

⁵³ Cf. CARVALHO, Ayres – «Os três architectos da Ajuda: do "Rocaille" ao neoclássico; Manuel Caetano de Sousa (1742 - 1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761 -1817)», 1979, p. 112.

⁵⁴ Vd. TEIXEIRA, José de Monterroso (2012) «José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica». Tese de Doutoramento em História, pp.611-612.

digitalizados, mas que nos elucidam dos cuidados e preocupações que mesmo longe de Portugal existiam, dos quais poderemos anunciar a título de exemplo os seguintes:

- Certidão de medição da obra do officio de carpinteiro feita na empreitada pelo mestre José Ferreira Duarte no Hospital de Inválidos - Lisboa: [s.n.], 01/01/1809. Manuscritos - I-03,30,003 nº003

- Descrição da planta do Asilo de Inválidos Militares - S.l.: s.n., 1792?].

- Inventário de material e despesa na obra do Hospital de Inválidos, por determinação da princesa Maria Francisca Benedita - Lisboa: [s.n.], 1801, 1805.

- Resumo de toda a despesa que se tem feito na obra do Hospital de Inválidos Lisboa: [s.n.], 30/12/1805.

- Certidão de medição da obra do ofício de carpinteiro feita na empreitada pelo mestre José Ferreira Duarte no Hospital de Inválidos - Lisboa: [s.n.], 01/01/1809.

Costa e Silva vem a falecer no Rio de Janeiro no dia 21 de Março de 1819, tendo sido enterrado na Igreja de São Francisco de Paula, cuja talha dos retábulos da nave é do mestre Valentim da Fonseca (1745-1813), um inventivo artista mulato, a quem o neoclassicismo terá seduzido, o que é patente em algumas das suas obras⁵⁵.

Após a sua morte “é intitulado como “*Lente d’Architectura na Real Academia de Lisboa, e Architecto Geral de todas as Obras públicas e particulares da Minha Real Casa*”. Mas através dos documentos legados por Costa e Silva à Real Biblioteca do Rio de Janeiro ainda encontramos algumas provas da preferência dada pelo rei D. João VI ao seu fiel e amigo servidor”⁵⁶.

⁵⁵ Vd. TEIXEIRA, José de Monterroso (2012) «*José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitetónica*». Tese de Doutoramento em História, p. 613.

⁵⁶ Cf. CARVALHO, Ayres – «*Os três architectos da Ajuda: do "Rocaille" ao neoclássico; Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761 - 1817)*», p. 112.

1.4. História de um Monumento neoclássico.

Quando a Princesa D. Maria Francisca Benedita decidiu dar início a “*esta grande obra comunicou seu plano a sua Augusta Irmaã a Rainha, pedindo-lhe a competente aprovação, a qual não só lhe foi dada, mas até Sua Magestade lhe offereceo o edificio da Luz, onde esteve o Colégio Militar, para alli estabelecer o seu Asylo, cujo oferecimento não aceitou, por querer que a obra fosse toda, e puramente sua. Sendo por tanto aconselhada, que junto a Runa, termo da villa de Torres Vedras, se pretendia vender a quinta denominada d’Alcobaça, e que n’ella poderia fundar este Estabelecimento, mandou imediatamente compra-la*”⁵⁷.

O espaço para o efeito, a Quinta de Alcobaça em Runa, termo de Torres Vedras, foi efetivamente comprada e a escritura assinada a 11 de Agosto de 1790, a qual pertencia a João de Carvalho de Lucena e à sua filha Delfina Elizaria de Carvalho, moradores na Rua Direita do Salitre em Lisboa, tendo custado a quantia de 7.240\$000 reis, tendo tomado posse do espaço em 16 de Agosto, a qual foi confirmada através da publicação do Decreto de 25 de Julho de 1802 e respetivo alvará de 27 de Julho de 1802⁵⁸.

Concedida a respetiva autorização régia para a construção, as obras iniciaram-se em 18 de Junho de 1792 e contaram com a participação de mais de 300 operários de todas as classes.

A preocupação com o acompanhamento das obras, pode ser verificado e confirmado através de alguns exemplos de atestados e despesas que encontramos na Biblioteca da Ajuda.

Em 30 de Outubro de 1802 um atestado passado por José Costa e Silva, de como tendo ido ver a obra, achou que o empreiteiro Francisco António, tinha cumprido o

⁵⁷ Cf. PALHA, Fernando Pereira de Miranda – «*Breve narração acerca do Real Asylo de Inválidos Militares, estabelecido em Runa*». Lisboa: Typographia da Sociedade Propaganda dos Conhecimentos Úteis, 1842, p. 3.

⁵⁸ IDEM, *ibidem*, p. 3.

contrato e podia por isso receber a consignação do quartel que Sua Alteza lhe adiantava para continuação da obra ⁵⁹.

Em 30 de Abril de 1803, um recibo, assinado por Francisco José de Oliveira, da quantia de 101.200 reais, entregues por Joaquina Maria da Conceição, referente ao seu ordenado pela administração da obra do Hospital dos Inválidos em Runa⁶⁰.

Aquando da partida da Família Real para o Brasil em 1807, já estaria grande parte do edifício feito, e embora estivéssemos numa época com registos de um conturbado período político, a adiantada obra não seria interrompida, uma vez que a Princesa teve sempre a preocupação de assegurar o envio regular de dinheiro, da colónia para o pagamento dos trabalhos. (Conforme os Docs. 7, 8, 9, 10 e 11, retirados de um livro existente no HIMR, tendo como título “Lembranças” e que seria um caderno/diário da Princesa D. Maria Francisca Benedita, onde apontava as suas despesas).

O edifício, de gosto neoclássico (vide Fig. 7), desenvolve-se em quatro alas, enquadrando ao centro a igreja.

Observamos uma planta retangular, com noventa e nove metros de frente, sessenta e um nos alçados laterais e treze de altura na fachada, sendo constituído por quatro alas de edifício comportando trezentas divisões, trezentas e sessenta e cinco janelas e sete portas de comunicação com o exterior. Sobressai da fachada a sua entrada principal, quebrando as características sóbrias e lineares do edificado e a igreja do Santíssimo Sacramento, que ocupa o centro da fachada principal. As fachadas de três andares são monótonas mas bem ritmadas e a frontaria da igreja, sem escultura, moderniza discretamente o esquema pombalino, tomando um semblante mais palaciano que religioso.

A entrada principal é feita ao centro da fachada oeste encimada por um frontão triangular sobre o qual se encontra a cruz que indica a entrada da igreja, estando colocada no centro do conjunto arquitetónico, tendo acesso por galilé espaçosa. Apresenta planta de cruz latina com topos arredondados e nave curta, as paredes são forradas por painéis de mármore policromos (fingidos na cúpula), extraídos

⁵⁹ Vd. Lisboa, Biblioteca da Ajuda, cota: B.A., 54-X-17, (22e).

⁶⁰ Vd. Lisboa, Biblioteca da Ajuda, cota: B.A., 54-X-17, (84).

das pedreiras do Figueiredo, Pero Negro e Furadouro e também de outras imediações da região. Salienta-se, nos nichos, as esculturas de mármore de carrara ao estilo neoclássico.

No interior destaca-se o faustoso programa decorativo e pode-se observar, no cruzeiro por baixo do zimbório, o trono com quatro faces e nas bases de duas delas os dois altares que possui nos chanfros das paredes fronteiras, as quatro quinas do trono e, nos nichos apropriados, as grandes estátuas feitas em mármore de Carrara, representando a Santíssima Virgem, S. José, S. Tiago e Santo António. Ao fundo sobre a cimalha está localizado o grupo da Glória, escultura primorosa também em mármore.

Em volta do templo, correspondendo ao andar nobre, além da tribuna real, existem mais quinze tribunas, sendo por intermédio das janelas dessas tribunas e por mais oito janelas do zimbório, que a capela recebe a luz do exterior.

Na tribuna real existem três janelas para a igreja e três portas para a parte da rua, e fica localizada por cima da entrada do edifício. Ao lado desta sala, estão outras duas, fronteiras às escadarias de pedra que comunicam o terceiro com o primeiro piso.

Tem o edifício três andares e ainda um grande sótão. No primeiro piso, que tem todo em volta um corredor, o seu teto é em abóboda circular. Neste piso estavam localizados o *“gabinete de leitura e sala de bilhar, quartel de almoxarife, do sargento-ajudante, commandante do destacamento, cosinha geral, quatro grandes casernas para alojamento de praças inválidas e destacamento, oficinas, fonte de Maria, deposito de madeiras, refeitório, despensa e farmácia; no segundo pavimento são os quartéis do secretario, tesoureiro, cirurgiões e enfermarias; No terceiro pavimento, (andar nobre) ha, á frente, o quartel do commandante, a grande sala que serve de tribuna real da capella, secretaria, quartos destinados para hospedes que pernoitem no asylo e quartel do official inválido; no lado sul a parte deshabitada do antigo pallacio”* ⁶¹, que era o local destinado à residência da fundadora, e onde era possível admirar o seu mobiliário e a sua riquíssima louça

⁶¹ Cf. ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Sousa, «*Descrição do Real Asylo de Inválidos Militares em Runa*», p. 12.

da Índia, do Japão, Inglesa e Francesa. Estes aposentos eram dignos de serem observados, não só pela decoração como pela pintura das suas paredes e também pelo belíssimo oratório. Nos lados, nascente e norte encontravam-se os aposentos dos capelães, de um oficial inválido, praças graduadas e arrecadações.

Todos os quartos e casernas que ficavam no interior do edifício recebiam luz das janelas que davam para os dois grandes pátios internos arborizados, com dimensões consideravelmente grandes.

A largura das paredes do edifício medem entre 120 cm e 160 cm respetivamente, o que torna o ambiente interno do mesmo muito frio, tanto de inverno como de verão.

O edifício era visitado por monarcas, pessoas reais e por muitos indivíduos de diversas classes da sociedade e também por alguns estrangeiros dada a sua grandeza, e esperava-se que fosse mais visitado quando a linha do caminho-de-ferro entre Lisboa e Torres Vedras estivesse concluída.

Este seria pois o transporte utilizado para o lugar de Runa, sabendo-se já na época que a estação ficaria nas proximidades, acabando por ficar mesmo em frente da entrada para o edifício. Esta estação remonta a 1887 quando a energia a vapor era a força do progresso. Era também a época liberal do Fontismo que transformou os transportes de norte a sul de Portugal. A mesma encontra-se num vale (o Vale de Runa) que pertenceu às Linhas Defensivas de Torres Vedras e onde ocorreu, a 1 de novembro de 1810, um confronto entre os soldados franceses de Napoleão Bonaparte e as tropas da Leal Legião Lusitana.

1.5. A Instituição e o seu enquadramento histórico.

Hospital Real de Inválidos Militares de Runa – 1827-1834

Asilo de Inválidos Militares de Runa – 1834-1965

Lar de Veteranos Militares – 1965 – 1995

Centro de Apoio Social de Runa - 1995 até à data

O Hospital de Inválidos Militares de Runa foi inaugurado a 25 de julho de 1827, no 81º aniversário da sua fundadora por decisão da própria “*e andava na véspera tão ansiosa por ver realizar seus desejos, que a alegria a fez quasi succumbir, mas não obstante presidio e dirigio todos os actos daquele grande, e solenne dia, sendo Ella quem no Refeitório, com a maior satisfação e caridade, servio os Invalidos, apresentado-lhes os primeiros pratos com comer; o que praticou depois o seu Mordomo-mor, o Marquez de Lavradio, e todos os mais creados de S. A. Real. A Serenissima Fundadora havia já organizado o governo, e administração do Real Asylo, e entregou desde logo ao Governador o judicioso Regulamento que o devia reger, debaixo da sua autoridade, e direcção*”⁶².

Acolheu naquele dia 16 militares inválidos, dos quais 1 tenente de artilharia, 3 sargentos e 12 cabos e soldados e as palavras que então lhes dirigiu encontram-se gravadas em letras douradas sobre uma lápide em mármore no átrio central do edifício:

- ***“Estimo ter podido concluir o hospital que mandei construir para descansardes dos vossos honrosos trabalhos; em recompensa, só vos peço a paz e o temor a Deus”.***

⁶² Cf. PALHA, Fernando Pereira de Miranda – «Breve narração acerca do Real Asylo de Inválidos Militares, estabelecido em Runa», p. 4.

Encontra-se também na fachada principal do edifício duas lápides, uma que assinala, aos vindouros, a generosidade da benemérita Senhora, que se encontra do lado esquerdo com a seguinte inscrição:

*“À Sereníssima Princesa do Brazil
A S. D. Maria Francisca Benedicta
Viúva do Sereníssimo Príncipe o S. D. José
De Saudoza Memoria
Filha do S. Rey D. José o I^o
Liberal e Piedoza
Com os Beneméritos da Pátria
Fundou este sumptuoso Edifício
A bem dos Soldados Inválidos”*

Do lado direito do edifício, outra lápide que indica o início da obra com a seguinte inscrição:

*“Principiou-se aos 18 de Junho de 1792
Anno 16 do Reinado
Da S. D. Maria I, Rainha Fidelíssima
Augusta irmã de S. Alteza Real”*

A 18 de Agosto de 1829, quando morreu a Princesa Maria Francisca Benedita, o Hospital Real de Inválidos constituiu-se o seu universal herdeiro. No entanto, com a extinção das encomendas e dos dízimos, o Real Hospital passou a defrontar-se com dificuldades de financiamento.

Em **1834**, devido a dificuldades de manutenção, o Hospital foi integrado no Ministério da Guerra e passou a ser denominado de **Asilo de Inválidos Militares de Runa**.

Alexandre Herculano, num artigo publicado em 15 de Setembro de 1838 na revista “O Panorama” referiu que *“dentro em pouco os inválidos que lá existem terão de*

ir mendigar o pão, que a pátria tem obrigação de lhes dar, havendo eles ganhado o direito a recebe-lo com o seu sangue, e com os perigos e fadigas da guerra, que só sabem avaliar aqueles que os têm passado”, (vide Doc. 6).

Em **1959**, o Asilo foi integrado nos **Serviços Sociais das Forças Armadas** e, em 1965, adquiriu a designação de **Lar de Veteranos Militares**, nome pelo qual ainda é conhecido na região.

Neste período o seu novo regulamento já previa a ampliação da ação social, abrangendo não apenas os militares que se tinham incapacitado em serviço, mas também, aqueles que por invalidez ou velhice carecessem de apoio.

Em **1995**, foi criado o **Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P.**, passando o Asilo a ser designado por **Centro de Apoio Social de Runa**.

Teve as seguintes dependências:

- Entre 1834-1950 do Ministério da Guerra;
- Entre 1950-1974 do Ministério do Exército;
- Entre 1974-1982 do Chefe do Estado-Maior do Exército;
- Desde 1982 até à atualidade sob a jurisdição e tutela do Ministério da Defesa Nacional.

Podemos salientar que, com a obra da Princesa Maria Francisca Benedita, Portugal foi o quinto país do mundo (precedido apenas pela Prússia, Rússia, Inglaterra e França) a reconhecer aos seus inválidos militares o justo direito de um descanso merecido.

Foi no ainda Asilo de Inválidos Militares que entraram antigos combatentes da Primeira Grande Guerra Mundial, facto que parte da população de Runa e outras localidades próximas ainda hoje recordam.

1.6. A primeira equipa de colaboradores do Real Hospital dos Militares Inválidos de Runa.

A primeira administração deste Edifício foi nomeada pela fundadora, escolhendo os oficiais do exército de sua confiança para os diferentes cargos, tendo em conta os que tivessem sido identificados no seu percurso militar, com as reconhecidas e maiores distinções.

Como Governador, escolheu o Brigadeiro Fernando Luís Pereira de Miranda Palha, o qual exerceu o respetivo cargo durante 23 anos com pequenas interrupções tendo falecido no dia 26 de Fevereiro de 1849 e sepultado no cemitério particular do Hospital de Runa, o qual ainda é possível confirmar através da lápide existente no mesmo ⁶³. Por «*deliberação da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 11 de Dezembro de 1946, tem o seu nome inscrito numa das ruas da vila*» ⁶⁴.

Os largos anos que esteve a administrar o Hospital permitiu que adquirisse algumas peças que pertencem ao acervo museológico, sendo o órgão de tubos um exemplo que temos conhecimento (vide Doc. 14 e Fig. 11).

Além do Governador, foram nomeados pela Princesa, a entrarem em exercício no dia 25 de Julho de 1827, os seguintes colaboradores ⁶⁵:

- Secretário, um tenente de infantaria - José Ribeiro de Almeida, cargo que ocupou até Novembro 1849;
- Tesoureiro, um tenente de infantaria – José Pereira da Costa, cargo que ocupou até à sua reforma, 20 de Agosto de 1851;
- Primeiro Capelão, o padre Joaquim Manoel de Carvalho, falecido em 26 de Novembro de 1841;

⁶³ Vd. REGO, Rogério de Figueiroa da Associação dos Arqueólogos do Instituto de Arqueologia, História e Etnografia, «*O Brigadeiro Miranda Palha 1º Governados do Asilo dos Inválidos Militares de Runa*», Tip. Silvas, Lda, Lisboa, 1960, p. 5.

⁶⁴ IDEM, *ibidem*, p. 15.

⁶⁵ Vd. ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Sousa, «*Descrição do Real Asylo de Inválidos Militares em Runa*», p. 24.

- Segundo Capelão, padre Diogo Fragozo de Azevedo, falecido em 21 de Outubro de 1829;
- Cirurgião, José Rodrigues Ningão.

1.7. Categoria de Proteção do Edifício.

- **Palácio de Runa**, classificado como Imóvel de Interesse Público, através do Decreto n.º 47 508, DG, 1.ª série, n.º 20, de 24 Janeiro de 1967, conforme excertos do diploma que apresentamos abaixo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto n.º 47 508

Nos termos dos artigos 2.º, 24.º e 30.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, e do n.º 1.º do § 1.º do artigo 19.º do Decreto n.º 46 349, de 22 de Maio de 1965;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São classificados como monumentos nacionais os seguintes imóveis:

Distrito de Coimbra:

Concelho de Condeixa-a-Nova — Conjunto dos restos do aqueduto romano de Conímbriga e do *castellum* de Alcabideque, abrangendo todo o sistema de captação de águas em Alcabideche, Condeixa-a-Velha.

Distrito de Santarém:

Concelho de Torres Novas — Vila lusitano-romana (ruínas) junto de Torres Novas.

Art. 2.º São classificados como imóveis de interesse público os seguintes imóveis:

Distrito de Lisboa:

Concelho de Cascais — Gruta do Poço Velho, em Cascais.

Concelho de Lisboa:

Capela de S. Sebastião, no Paço do Lumiar, em Lisboa.

Capela de Santo Cristo, na cerca do Mosteiro de Belém, em Lisboa.

Palácio Nacional de Belém, em Lisboa.

Palácio do Conde de Vimioso, situado no topo norte do Campo Grande, tornejando para a Alameda das Linhas de Torres, em Lisboa.

Concelho de Torres Vedras:

Ermida de Nossa Senhora da Purificação, em Sirol, Dois Portos.

Capela e Forte de S. Vicente, em Torres Vedras.

Edifício onde está instalado o Asilo de Inválidos Militares, em Runa.

Concelho de Loures — Palácio e Quinta do Correio-Mor, em Loures.

Paços do Governo da República, 24 de Janeiro de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Inocência Galvão Teles*.

- Como **Imóvel de Interesse Público** é um edifício que, apresentando testemunhos com valor de civilização e portador de interesse cultural relevante, obedece a regras, medidas e planos de proteção e pormenor de salvaguarda adequados às suas particularidades, instituídos em diplomas próprios, onde o qual deve ser objeto de especial proteção e valorização, cujas características do mesmo deverão ser integralmente preservadas.
- É igualmente protegido através do artigo 45º da Lei 107/2001 de 8 de setembro no que diz respeito a **Projetos, Obras e Intervenções**.
- **Números IPA Antigos: PT031113120035** (parque e mata), **PT031113120017** (edifício).

CAPITULO 2 - COLEÇÕES

2.1. História de uma coleção.

O historial da origem da constituição do acervo museológico existente no Centro de Apoio Social de Runa foi possível através da leitura do testamento deixado pela Princesa D. Maria Francisca Benedita, conforme decreto de 1 de Fevereiro de 1830, e no qual aquela instituiu como seu universal herdeiro o Hospital de Inválidos Militares de Runa. O *“referido inventário e a execução do testamento seriam dados conclusos no dia 6 de Outubro de 1831 (...) o volume dos bens da princesa, com a notória morosidade decorrente, é forçoso concluir que houve uma dedicação total, tendo em vista levar a bom termo e satisfação as disposições testamentárias”* ⁶⁶.

De salientar, que, ainda que um grande número das peças referenciadas desapareceram, mesmo assim é assaz importante o número das que sobreviveram e que integram o acervo museológico existente, sendo de destacar que todas elas conferem com as discriminadas no inventário do referido testamento.

Ao reservar uma parte do edifício para sua residência, segundo consta de documentação solta a que nos reportamos, existente no edifício, a Princesa recheou os seus aposentos de raras preciosidades, sendo de destacar entre estas a sua importante coleção de pintura e de louças orientais e europeias.

D. Maria Francisca Benedita trouxe, ainda, o seu oratório particular (vide Fig. 10), e dotou a Capela de preciosas alfaias litúrgicas em prata e de um vasto conjunto de paramentos, para as mais diversas cerimónias religiosas.

No entanto, podemos ainda verificar que existem outros bens que, embora não constem no seu testamento, provavelmente serão provenientes de outros locais, de aquisições ou de doações constituídas ao longo dos anos, mas que pela sua singularidade e antiguidade, são igualmente bens de interesse museológico a ter em conta, bens estes que ainda não foi possível investigar a sua origem, por falta

⁶⁶ Cf. LÁZARO, Maria Alice de Oliveira, «O Testamento da Princesa do Brasil: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)», Lisboa, Tribuna, 2008, p.46.

de documentação em termos de arquivo no CAS de Runa, que possivelmente se encontram, caso tenham sido documentados, no Arquivo Histórico Militar.

É um espólio composto por mais de mil e seiscentos itens. O acervo, embora desconhecido do Património Museológico do Estado, inclui um grande número de obras e peças de arte que poderão ser classificadas como “tesouros nacionais”, que engloba obras de referência e já reconhecidas por historiadores nestes últimos dois anos, como sendo um património artístico e histórico de grande relevo.

Atualmente podemos encontrar no acervo museológico as seguintes categorias: escultura, pintura, joalheria, prataria, mobiliário, têxteis, cerâmica, cristal/vidro, instrumentos musicais e livros, onde passaremos a ilustrar algumas que se encontram discriminadas no seu testamento.

2.2. Constituição do espólio.

Este espólio deixado pela Princesa, segundo vários testemunhos de pessoas que trabalharam na Instituição, durante largos anos, as peças de maior valor estiveram concentradas na tribuna real do edifício e em dois pequenos aposentos próximos, com exceção da prataria.

O referido espólio esteve por isso fechado, onde permaneceu durante muitos anos sem qualquer tipo de cuidados e medidas de prevenção e salvaguarda, onde o pó acumulado foi o seu único observador.

As poucas ações de limpeza, de que não se sabe a sua periodicidade, embora bem-intencionadas, não abonaram a favor das peças, nomeadamente no que diz respeito às pinturas e à prataria.

Segundo fontes orais com quem tivemos oportunidade de colocar algumas questões relacionadas, foi-nos comunicado que no que diz respeito à limpeza das pratas as mesmas eram limpas com produtos abrasivos, não tendo em conta a preciosidade que tinham em mãos, tratando-as como se fossem peças normais, não havendo assim, por parte dos responsáveis formação/informação acerca das peças e do correto manuseamento e respetiva limpeza.

O mesmo foi verificado na limpeza com as pinturas, havendo por nós o cuidado de encontrar-se registado o tipo de produto utilizado em documentos de arquivo, para num futuro que se deseja próximo, em que haja alguma medida de intervenção, conservação e restauro por especialistas da área, exista no seu histórico de manuseamento o tipo de produtos utilizado.

Atualmente, o Património Museológico do CASR, integra um valioso acervo de peças, que vão desde o século XVI ao século XIX, onde iremos apresentar em catálogo a escultura, a prataria e a pintura como exemplo demonstrativo do trabalho de investigação / inventariação que deverá ser realizado, de forma a preservar a identidade e valorização do mesmo.

2.3. Catálogo das esculturas.

O catálogo referente às esculturas que vamos apresentar de seguida inclui, em primeiro lugar, as peças que se encontram na galilé do edifício, à esquerda o *Arcanjo Rafael com o Menino Tobias* e à direita *Santa Bárbara*. Ambas, pelo destaque que têm no contexto da decoração palatina, simbolizam as valências fundamentais da Princesa, ligadas à proteção dos mais frágeis, no caso do menino Tobias, e da classe dos militares, no caso da virgem mártir.

Na igreja neoclássica, sobre a cimalha, avistamos o *Grupo da Glória*, obra do escultor Francisco Leal Garcia, um artista do 'laboratório Machado de Castro', segundo assertiva identificação de Ayres de Carvalho⁶⁷. Nos nichos do corpo da igreja, quando entramos, à direita, podemos contemplar *Santo António de Lisboa* e *São José* e, à esquerda, *São Tiago* e a *Santíssima Virgem*.

⁶⁷ Cf. CARVALHO, Ayres de, «Os três arquitectos da Ajuda: do "Rocaille" ao neoclássico; Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761-1817)», p. 96.

CATÁLOGO DAS ESCULTURAS

1.

Denominação: Santa Bárbara

Autor: Desconhecido.

Época: Séc. XIX.

Categoria: Escultura.

Matéria: Pedra – Mármore.

Técnica: Esculpida / entalhada.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: *Limpeza da superfície com solventes adequados ao suporte; revisão de preenchimentos com remoção dos disfuncionais e preenchimento de faltas de suporte pétreo (...).*

Descrição no testamento: Não consta.



Observações: Na proposta de intervenção e restauro, a discriminação foi retirada de um diagnóstico preliminar, identificado pelos técnicos da empresa Arterestauro – Conservação de Bens Culturais, Lda., que gratuitamente, estiveram cinco elementos da sua equipa no CAS de Runa no dia 11 de Outubro de 2016.

2.

Denominação: Arcanjo Rafael com o menino Tobias

Autor: Desconhecido.

Categoria: Escultura.

Época: Séc. XIX.

Matéria: Pedra – Mármore.

Técnica: Esculpida / entalhada.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: *Limpeza da superfície com solventes adequados ao suporte; revisão de preenchimentos com remoção dos disfuncionais e preenchimento de faltas de suporte pétreo (...).*

Descrição no testamento: Não consta.



Observações: Na proposta de intervenção e restauro, a discriminação foi retirada de um diagnóstico preliminar, identificado pelos técnicos da empresa Arterestauro – Conservação de Bens Culturais, Lda., que gratuitamente, estiveram cinco elementos da sua equipa no CAS de Runa no dia 11 de Outubro de 2016.

3.

Denominação: Santo António de Lisboa

Autor: Desconhecido.

Época: Séc. XIX.

Categoria: Escultura.

Matéria: Pedra – Mármore.

Técnica: Esculpida / entalhada.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: *Limpeza da superfície com solventes adequados ao suporte; revisão de preenchimentos com remoção dos disfuncionais e preenchimento de faltas de suporte pétreo (...).*

Descrição no testamento: Não consta.



Observações: Na proposta de intervenção e restauro, a discriminação foi retirada de um diagnóstico preliminar, identificado pelos técnicos da empresa Arterestauro – Conservação de Bens Culturais, Lda., que gratuitamente, estiveram cinco elementos da sua equipa no CAS de Runa no dia 11 de Outubro de 2016.

4.

Denominação: São José

Autor: Desconhecido.

Época: Séc. XIX.

Categoria: Escultura.

Matéria: Pedra – Mármore.

Técnica: Esculpida / entalhada.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: *Limpeza da superfície com solventes adequados ao suporte; revisão de preenchimentos com remoção dos disfuncionais e preenchimento de faltas de suporte pétreo (...).*

Descrição no testamento: Não consta.



Observações: Na proposta de intervenção e restauro, a discriminação foi retirada de um diagnóstico preliminar, identificado pelos técnicos da empresa Arterestauro – Conservação de Bens Culturais, Lda., que gratuitamente, estiveram cinco elementos da sua equipa no CAS de Runa no dia 11 de Outubro de 2016.

5.

Denominação: Santíssima Virgem

Autor: Desconhecido.

Época: Séc. XIX.

Categoria: Escultura.

Matéria: Pedra – Mármore.

Técnica: Esculpida / entalhada.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: *Limpeza da superfície com solventes adequados ao suporte; revisão de preenchimentos com remoção dos disfuncionais e preenchimento de faltas de suporte pétreo (...).*

Descrição no testamento: Não consta.



Observações: Na proposta de intervenção e restauro, a discriminação foi retirada de um diagnóstico preliminar, identificado pelos técnicos da empresa Arterestauro – Conservação de Bens Culturais, Lda., que gratuitamente, estiveram cinco elementos da sua equipa no CAS de Runa no dia 11 de Outubro de 2016.

6.

Denominação: São Tiago

Autor: Desconhecido.

Época: Séc. XIX.

Categoria: Escultura.

Matéria: Pedra – Mármore.

Técnica: Esculpida / entalhada.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: *Limpeza da superfície com solventes adequados ao suporte; revisão de preenchimentos com remoção dos disfuncionais e preenchimento de faltas de suporte pétreo (...).*

Descrição no testamento: Não consta.



Observações: Na proposta de intervenção e restauro, a discriminação foi retirada de um diagnóstico preliminar, identificado pelos técnicos da empresa Arterestauro – Conservação de Bens Culturais, Lda., que gratuitamente, estiveram cinco elementos da sua equipa no CAS de Runa no dia 11 de Outubro de 2016.

7.

Denominação: Grupo da Glória

Autor: escultor Francisco Leal Garcia.

Época: Séc. XIX, 1ª metade.

Categoria: Escultura.

Matéria: Pedra – Mármore.

Técnica: Esculpida / entalhada.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: *Limpeza da superfície com solventes adequados ao suporte; refecimento de juntas abertas ou disfuncionais (...).*

Descrição no testamento: Não consta.



Observações: Na proposta de intervenção e restauro, a discriminação foi retirada de um diagnóstico preliminar, identificado pelos técnicos da empresa Arterestauro – Conservação de Bens Culturais, Lda., que gratuitamente, estiveram cinco elementos da sua equipa no CAS de Runa no dia 11 de Outubro de 2016.

2.4. Catálogo das pinturas.

No catálogo que apresentamos a seguir, dedicado ao acervo pictórico, a discriminação das peças corresponde na íntegra ao que consta num documento dactilografado, anónimo e sem data, guardado no cofre existente no CASR (acervo do antigo Hospital). Este manuscrito tem cinquenta e duas páginas, e tem como título “*O testamento da Princesa do Brasil, Maria Francisca Benedita, fundadora do Hospital Real de Inválidos Militares*”.

Assim, iremos desta forma, atestar através das fotos das peças existentes atualmente, que as mesmas correspondem ao enunciado do testamento, comprovando que estamos perante um espólio de grande valor histórico, artístico e cultural e que deverá ser tratado como tal.

Por considerarmos que a pintura existente, mesmo que desfalcada de muitas espécies deslocadas ou extraviadas, é deveras importante e de um valor respeitável, tanto histórico e artístico como monetário, é importante intervir no sentido da sua preservação e acautelamento. Assim, e por não termos nenhuma informação de até aos dias de hoje ter havido a preocupação de verificar o estado em que as peças se encontram, por prevenção, discriminámos nesta categoria um conjunto de necessidades de conservação e restauro das mesmas. Esse diagnóstico preliminar foi identificado pelos técnicos da empresa Arterestauro – Conservação de Bens Culturais, Lda., que gratuitamente, estiveram cinco elementos da sua equipa no CAS de Runa no dia 11 de Outubro de 2016 a fazerem a análise do estado de conservação de todo o património histórico e cultural do edifício.

Desse trabalho, foi enviado um relatório em que apresentam de forma sucinta e simplificada as ações gerais que devem ser efetuadas para a resolução das degradações observadas aquando do diagnóstico realizado. As propostas de intervenção e respetivos orçamentos foram apresentados parcelarmente, referindo o local de intervenção adequado à espécie artística.

De referir ainda, que o documento respeita os pressupostos previstos e exigidos às intervenções de conservação e restauro de património classificado, de acordo com a Lei nº 55/2001 de 15 de Fevereiro e a Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, assim como pelo Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de Junho.

Realçamos ainda, que a informação constante nas observações do catálogo das pinturas que apresentamos, foram gentilmente identificadas pelo Professor Doutor Vitor Serrão, a quem gratificamos, pois será para nós, e para a instituição, o início de um contributo muito importante, na continuação de trabalhos a serem desenvolvidos futuramente.

CATÁLOGO DAS PINTURAS

1.

Título: Flagelação de Cristo

Autoria: Autor desconhecido / escola nórdica.

Época: Séc. XVII.

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 146,5 x 122 cm.

Dimensões c/ moldura: 164 x 139 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: Limpeza química, remoção de verniz e retoques alterados, preenchimento de lacunas, colocação de camada cromática (...).

Descrição no testamento: *Painel (pintado a óleo) – Senhor preso à coluna.*

Valor no testamento em reais: 72.000.



Observações: Trata-se de pintura tenebrista, flamenga ou holandesa, de autor desconhecido do século XVII, que estava mal atribuída ao século XIX no ficheiro antigo. Inspira-se, segundo o Prof. Vítor Serrão, numa gravura de Hendrick Goltzius.

2.

Título: Cristo na presença de Pilatos

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XIX (cópia de original do séc. XVII?).

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 146,5 x 122 cm.

Dimensões c/ moldura: 164 x 140 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: Limpeza química de sujidade com remoção de verniz, repintes e retoques alterados, fixação da camada cromática, tratamento do suporte de tela dos rasgões, faltas e colocação de bandas, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Senhor na presença de Pilatos (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 72.000.



Observações: Tratar-se-á de pintura nórdica do século XVII, ainda que, dado o seu mau estado, só uma análise permita saber se se trata de peça seiscentista, se cópia académica ordenada pela Princesa, dentro do espírito classicistas.

3.

Título: Assunção de Nossa Senhora dos Anjos

Autoria: Autor desconhecido (Italiano ?).

Época: Séc. XVIII, 1ª metade.

Técnica: Óleo sobre madeira.

Dimensões s/ moldura: 45,5 x 69 cm.

Dimensões c/ moldura: 67,5 x 91,5 cm.

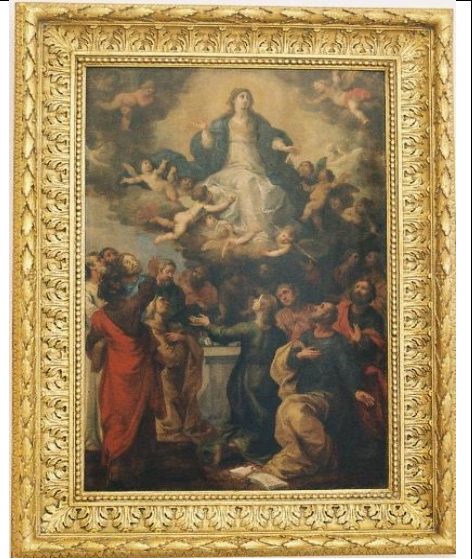
Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: Limpeza de sujidades, tratamento biológico do suporte de madeira, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Assunção de Nossa Senhora (pintado a óleo sobre madeira).*

Valor no testamento em reais: 240.000.



Observações: Pintura barroca romanista de boa qualidade, inspirada em Corrado Giaquinto (1703-1765), parece tratar-se de um *bozzetto*, estudo para pintura de altar.

4.

Título: Repouso da Sagrada Família no Egito

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XVII.

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 44 x 55,5 cm.

Dimensões c/ moldura: 67 x 78,5 cm.

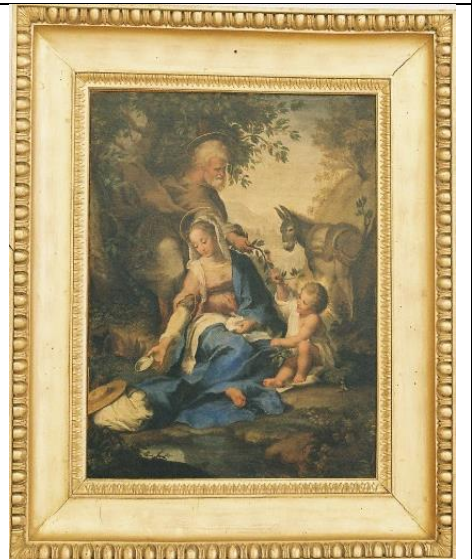
Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: Limpeza de sujidade, fixação da camada cromática com remoção de repintes, manchas de poluição atmosférica e ceras, preenchimento de lacunas, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Nossa Senhora fugindo para o Egito (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 6.000.



Observações: Cópia do célebre quadro *Madonna delle Ciliege* de Federico Barocci (1575), Roma, Pinacoteca Vaticana, realizada por certo através das gravuras de Cornelis Cort (1575) e de Raffaello Schiaminossi (1612), segundo o modelo do urbinense.

5.

Título: A Virgem, o Menino, S. João e S. José

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XVIII/XIX.

Técnica: Pastel.

Dimensões s/ moldura: 66 x 77 cm.

Dimensões c/ moldura: 81,5 x 93 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: Limpezas diversas, consolidação e fixação da policromia, tratamento biológico do suporte madeira, integração cromática, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



Observações: Versão excelente de um modelo clássico, de inspiração rafaelesca, poderá ser de pincel italiano.

6.

Título: Nossa Senhora e o Menino

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XVII.

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 66 x 77 cm.

Dimensões c/ moldura: 81,5 x 93 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: Verificação da fixação da camada cromática, remoção da pintura da placa platex, limpeza química de sujidade, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Nossa Senhora com o menino Jesus ao colo (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 30.000.



Observações: Versão de um modelo de Pieter Paul Rubens, de muito boa qualidade.

7.

Título: Cristo prégando aos discípulos no lago de Tiberíades

Autoria: Autor desconhecido (Antuérpia ?).

Época: Séc. XVII, 1ª metade.

Técnica: Óleo sobre madeira de carvalho.

Dimensões s/ moldura: 33,5 x 47 cm.

Dimensões c/ moldura: 50 x 63,2 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

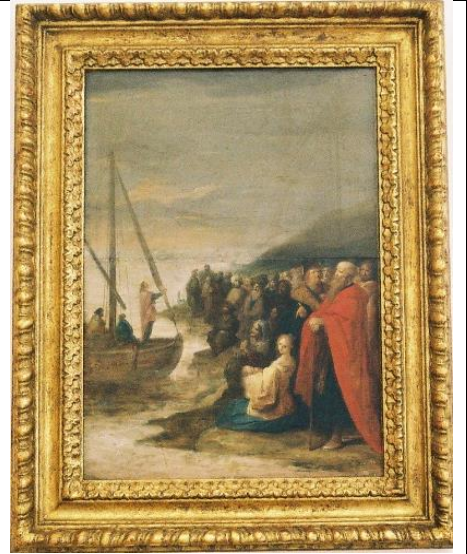
Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta de intervenção e restauro: Fixação da camada cromática, limpeza química de sujidade, remoção da fita craft, remoção de verniz e retoques alterados e remoção de massas, tratamento biológico e colocação de camada proteção (...).

Descrição no testamento: *Nosso Senhor pregando às turbas (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 40.000.

Observações: Este e o par (nº 8) são peças excelentes de pintura nórdica, provavelmente uma oficina de Antuérpia.



8.

Título: Cristo multiplicando o pão e o peixe

Autoria: Autor desconhecido (Antuérpia ?).

Época: Séc. XVII, 1ª metade.

Técnica: Óleo sobre madeira de carvalho.

Dimensões s/ moldura: 33 x 46,5 cm.

Dimensões c/ moldura: 50,1 x 63 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Fixação da camada cromática, limpeza química de sujidade, remoção de verniz e retoques alterados, tratamento biológico e colocação de camada proteção (...).

Descrição no testamento: *Nosso Senhor multiplicando os pães e os peixes (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 40.000.

Observações: Este e o par (nº 7) são peças excelentes, de pintura nórdica, provavelmente uma oficina de Antuérpia.



9.

Título: Menino Jesus dormindo

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XIX (?).

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 30 x 30 cm.

Dimensões c/ moldura: 46 x 46 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Fixação da camada cromática, limpeza de sujidades, remoção parcial de verniz alterado e colocação de camada proteção (...).

Descrição no testamento: *Quadro pequeno com o Menino Jesus dormindo (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 24.000.



Observações: Tema contra-reformista com o Menino meditando sobre a Paixão, rodeado por símbolos do martírio, parece cópia de modelo clássico italiano.

10.

Título: Adoração dos Pastores

Autoria: Autor desconhecido (veneziano ?).

Época: Séc. XVII, 1ª metade.

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 70 x 56 cm.

Dimensões c/ moldura: 82 x 68 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza de sujidade com remoção de verniz e retoques alterados, fixação da camada cromática, tratamento do suporte da tela com remoção do platex, união dos rasgões e faltas e colocação de bandas de tensão, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Nascimento do Menino Jesus (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 50.000.



Observações: Pintura inspirada num conhecido modelo de Jacopo Bassano, provavelmente devido a uma oficina veneziana seguidora dos modelos bassanescos.

11.

Título: Santo António com o Menino Jesus ao colo

Autoria: Francisco Vieira Lusitano (1699-1782).

Assinatura/inscrição: *Vieira Lusitanus Fecit.*

Época: Séc. XVIII, 2ª metade.

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 40 x 48,5 cm.

Dimensões c/ moldura: 57,5 x 66,5 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza de sujidade aderente com remoção de verniz heterogéneo, tratamento biológico do suporte madeira, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Em pano – Santo António com o Menino Jesus (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 36.000.



Observações: Trata-se de uma das boas variantes do tema pintado por Vieira Lusitano, de que se conhecem diversas versões (cf. Julieta FERRÃO, *Vieira Lusitano*, 1955, fig. 21).

12.

Título: São Jerónimo

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XIX (cópia de original seiscentista?).

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 74 x 98,5 cm.

Dimensões c/ moldura: 99 x 123,5 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza de sujidades e remoção de verniz e retoques alterados, fixação da camada cromática, união de rasgões e faltas, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *São Jerónimo (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 48.000.



Observações: Pintura tenebrista ribeiresca, havendo dúvidas sobre se é um original do séc. XVII se uma cópia académica, o que só um exame de pormenor poderá dirimir.

13.

Título: S. Jerónimo e S. João Baptista

Autoria: Atribuído a Gregório Lopes (c. 1490-1550).

Época: Séc. XVI (c. 1530-1535).

Técnica: Óleo sobre madeira de carvalho.

Dimensões s/ moldura: 72 x 43 cm.

Dimensões c/ moldura: 83,5 x 54,7 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza química, fixação camada cromática, preenchimento de lacunas e colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *São Jerónimo e São João Baptista.*

Valor no testamento em reais: 28.800.

Observações: Obra notabilíssima do Renascimento português. Em 1973, este quadro, e os dois outros, integraram a exposição *Mestres do Sardoal e de Abrantes* (Fundação Calouste Gulbenkian e C. M. Abrantes); em 2011, integrou a exposição *Primitivos Portugueses. O Século de Nuno Gonçalves (1450-1550)* no Museu Nacional de Arte Antiga. Trata-se de um conjunto de predelas pertencente a um grande políptico conventual, de que se desconhece o destino. São, sem dúvida, do melhor que o pintor régio de D. João III produziu.



14.

Título: S. Luís Rei da França

Autoria: Atribuído a Gregório Lopes.

Época: Séc. XVI (cerca de 1530-1535).

Técnica: Óleo sobre madeira de carvalho.

Dimensões s/ moldura: 41,5 x 44 cm.

Dimensões c/ moldura: 53,5 x 59,8 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza química, fixação camada cromática, preenchimento de lacunas e colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *São Luis Rei de França (pintado a oleo).*

Valor no testamento em reais: 19.200.

Observações: A representação de São Luís mostra dotes retratísticos que levaram José Alberto Seabra Carvalho a sugerir tratar-se de um retrato idealizado de D. João III. Obra notabilíssima do Renascimento português. Em 1973, este quadro, e os dois outros, integraram a exposição *Mestres do Sardoal e de Abrantes* (Fundação Calouste Gulbenkian e C. M. Abrantes); em 2011, integrou a exposição *Primitivos Portugueses. O Século de Nuno Gonçalves (1450-1550)* no Museu Nacional de Arte Antiga. Trata-se de um conjunto de predelas pertencente a um grande políptico conventual, de que se desconhece o destino. São, sem dúvida, do melhor que o pintor régio de D. João III produziu.



15.

Título: S. Bento e Santo Ambrósio

Autoria: Atribuído a Gregório Lopes.

Época: Séc. XVI (c. 1530-1535).

Técnica: Óleo sobre madeira de carvalho.

Dimensões s/ moldura: 71,5 x 44 cm.

Dimensões c/ moldura: 84 x 56,8 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza química, fixação camada cromática, preenchimento de lacunas e colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Pequeno São Bento e Santo Ambrósio (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 28.800.



Observações: Em 1973, integrou a exposição *Mestres do Sardoal e de Abrantes* (Fundação Calouste Gulbenkian e C. M. Abrantes); em 2011, integrou a exposição *Primitivos Portugueses. O Século de Nuno Gonçalves (1450-1550)* no Museu Nacional de Arte Antiga.

16.

Título: Princesa Maria Francisca Benedita

Autoria: Giuseppe Troni (1739-1810).

Época: Séc. XVIII (c. 1788).

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 50 x 61 cm

Dimensões c/ moldura: 62,5 x 73 cm

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpezas de sujidade, tratamento biológico do suporte madeira, retificação de retoques alterados, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Sua Alteza Real a Sereníssima Fundadora Princesa Benedita (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 20.000.



Observações: Segundo as investigações recentes da Doutora Giuseppina Raggi e da Dra. Michela Degortes, este magnífico retrato áulico data de cerca de 1788: «*la principessa appare com una semplice acconciatura incipriata, vestita alla 'moda inglese', cioè com redingote impreziosita da semplici pizzi bianchi adeguata alla caccia e all'equitazione, attività praticate assiduamente da Francisca Benedita*». Troni pintou a mesma princesa, na mesma época, em tela hoje no museu dos Coches. O mesmo traje ressurgue na miniatura de D. Carlota Joaquina que Troni pintou (Património Nacional de Espanha).

17.

Título: D. José, Príncipe do Brasil

Autoria: Giuseppe Troni (1739-1810).

Época: Séc. XVIII (c. 1788).

Técnica: Óleo sobre tela.

84Dimensões s/ moldura: 50,5 x 61,5 cm

Dimensões c/ moldura: 64 x 75 cm

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpezas diversas, tratamento biológico do suporte madeira, retificação de retoques alterados, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *O Príncipe D. José (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 20.000.



Observações: Segundo Giuseppina Raggi e Michela Degortes, o retrato (que ostenta a cruz da Ordem de Cristo, coberta de diamantes, e o Tosão (Velo) de Ouro, data de cerca de 1788. O pintor realizou mais dois retratos do príncipe que podemos encontrar no (Palácio de Queluz e museu de Évora).

18.

Título: Cenário de caça

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XIX (?).

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 123,5 x 81,5 cm

Dimensões c/ moldura: 145 x 103,5 cm

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza química de sujidade com remoção de verniz e retoques alterados, fixação da camada cromática, tratamento do suporte de tela com aplanação, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



Observações: Não é certo que seja uma cópia académica do século XIX; poderia ser um original seiscentista de 'pintura de género paisagístico'.

19.

Título: Princesa Maria Francisca Benedita de Bragança - Princesa do Brasil (1746-1829)

Autoria: Autor desconhecido (português ?).

Época: Séc. XVIII final.

Técnica: Óleo sobre tela

Dimensões s/ moldura: 93,5 x 119 cm

Dimensões c/ moldura: 117 x 167 cm

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza química, remoção de verniz recente e o antigo oxidado, verificação da estabilidade da grade, preenchimento de lacunas, colocação de camada cromática (...).

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



Observações: A princesa ostenta neste retrato de aparato, além do leque, o projeto de Costa e Silva para a construção do palácio de Runa.

20.

Título: S. Carlos Barromeu dando a comunhão a S. Luís Gonzaga

Autoria: Princesa M^a Francisca Benedita.

Época: Séc. XVIII/XIX.

Técnica: Óleo sobre tela.

Dimensões s/ moldura: 9,8 x 13 cm

Dimensões c/ moldura: 15 x 23,5 cm

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Consolidação e fixação da policromia, tratamento biológico do suporte de madeira, integração cromática, colocação de camada de proteção (...).

Incorporação: Adquirido em 29-10-2008, por determinação do Presidente do Conselho Diretivo do IASFA, I.P., pelo valor de 972,40 € à Cabral Moncada Leilões, conforme CI Nº 111, Pº 01-RP de 2008-10-28.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



21.

Título: Imagem de São José e o Menino

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XVIII, 2ª metade.

Técnica: Óleo sobre cobre.

Dimensões s/ moldura: 17 x 37 cm

Dimensões c/ moldura: 22 x 51 cm

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Limpeza superficial e preenchimento de lacunas e respetiva integração cromática, colocação de camada de proteção (...).

Descrição no testamento: *Pequeno em chapa de latão prateada, Imagem de São João com moldura de cobre dourada de água e alguns ornatos de prata (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 19.200.



Observações: Esta tela, e a seguinte, integram-se na melhor tradição do romanismo neoclássico, e poderão ser de autor italiano...

22.

Título: Imagem de Santa Ana ensinando a Virgem a ler.

Autoria: Autor desconhecido.

Época: Séc. XVIII, 2ª metade.

Técnica: Óleo sobre cobre.

Dimensões s/ moldura: 17 x 37 cm

Dimensões c/ moldura: 22 x 51 cm

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Proposta intervenção e restauro: Precisa de limpeza superficial e preenchimento de lacunas e respetiva integração cromática (...).

Descrição no testamento: *Pequeno em chapa de latão prateada, Imagem de São João com moldura de cobre dourada de água e alguns ornatos de prata (pintado a óleo).*

Valor no testamento em reais: 19.600.



Observações: Esta tela, e a seguinte, integram-se na melhor tradição do romanismo neoclássico, e poderão ser de autor italiano...

2.5. Catálogo da ourivesaria / prataria.

No catálogo da prataria que apresentamos abaixo, para que o mesmo esteja completo de informação, tivemos a cortesia do Dr. Miguel Cabral de Moncada, que no dia 15 de Fevereiro de 2017, deslocou-se ao CAS de Runa, com a sua equipa de colaboradores para fazerem o estudo da contrastaria da prataria existente no acervo museológico, e a quem em nome da Instituição agradecemos.

Tal generosidade permitiu expormos o documento com o máximo de informação, ao qual juntamos também a informação retirada do documento referente ao testamento, referido no ponto anterior, para fazermos a respetiva correspondência, transcrevendo a informação no que diz respeito à discriminação da peça e ao valor da época em reais, conforme consta no testamento da Princesa D. Maria Francisca Benedita.

OURIVESARIA / PRATARIA

1.

Título: Custódia

Ourives: João Paulo da Silva⁶⁸.

Época: Séc. XVIII (1796-1799).

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. Maria I (1777-1816).

Prata dourada, base recortada com cofre “Arca da Aliança com tampa tronco-piramidal e quatro Querubins nos vértices”, parte intermédia com “Agnus Dei, facho com espigas e videiras entrelaçadas com parras e cachos de uvas”, ostensório em forma de “Estrela” tendo uma lúnula sobre crescente eucarístico no interior, totalidade cravejada com diamantes em talhe de brilhante, topázios amarelos, águas-marinhas, ametistas, esmeraldas, ametistas roxas, água-marinha branca, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: Alt. 103 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: (ver no ponto 2.6.).

Valor no testamento em reais: 7.200.000.



⁶⁸ Vd. Biblioteca da Ajuda, cotas: BA-54-X-18, nº221; BA-54-X-18, nº223; BA-54-X-18, nº229 e BA-54-VIII-43, nº211.

2.

Título: Cálice com patena

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. José (1750-1777), decoração relevada, "símbolos eucarísticos", portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 27 cm (cálice); 13,7 (patena).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Cálice prata lei dourado de água feitio moderno.*

Valor no testamento em reais: 36.600.



3.

Título: Píxide pequena

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. José (1750-1777), decoração relevada, "símbolos eucarísticos", portuguesa.

Marcas: Marca de ensaiador de Lisboa (1790-1894), marca de ourives CIS (1770-1822).

Dimensões: 18,8 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Âmbula prata dourada de água lisa.*

Valor no testamento em reais: 11.900.



4.

Título: Píxide

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. José (1750-1777), decoração relevada, "símbolos eucarísticos", portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 29,5 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Âmbula prata dourada de água, lavrada com as suas componentes insígnias.*

Valor no testamento em reais: 27.900.



5.

Título: Chave do sacrário

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada

Descrição: D. José (1750-1777), argola para suspensão com tira em seda bordada a fio de prata dourada e fio de seda com franjas, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 9,3 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Chave do sacrário em prata dourada.*

Valor no testamento em reais: 7.000.



6.

Título: Salva de três pés com recipiente para as âmbulas dos santos óleos

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. Maria (1777-1816), tampas das âmbulas com iniciais O, C (referente ao óleo dos Catecúmenos) e CH (referente ao óleo do Crisma), portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 8,6 x 16,8 cm (salva).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Âmbula para santos óleos com salva de prata de lei feitio liso e dourado de água.*

Valor no testamento em reais: 24.182.



7.

Título: Cálice com patena

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. Maria (1777-1816), portuguesa.

Marcas: sem marcas.

Dimensões: 26,2 cm (cálice); 15,3 cm (patena).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Cálices prata lei, dourados de água, feitio liso com suas patenas.*

Valor no testamento em reais: 61.087 – valor de três cálices.



8.

Título: Par de pregustadores com respectivas tumbuladeiras e conchas eucarísticas

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. Maria (1777-1816), decoração gravada “Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” e iniciais PB (Princesa do Brasil)”, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 7,9 cm (caixa com tampa);
2,7 x 13,2 cm (bases); 9 cm (colheres).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



9.

Título: Tampa de píxide

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. Maria (1777-1816), decoração gravada “Armas de Portugal” e inscrição PB (Princesa do Brasil)”, portuguesa.

Marcas: sem marcas.

Dimensões: 8,4 x 10,8 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



10.

Título: Concha pequena

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. Maria (1777-1816), portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 9,3 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



11.

Título: Base de crucifixo

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. José (1750-1777), decoração relevada “Flores e concheados”, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 24,2 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



12.

Título: Coroa

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata dourada.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), prata dourada filigranada e contas de prata dourada, aplicações de esmaltes azuis e vidros vermelhos “cabochon”, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 16,8 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



13.

Título: Sinete

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: Mão de marfim torneado, cunho em prata gravada “Armas de Portugal e inscrição REAL HOSPITAL D’ENVALIDOS DE RUNA”, português.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 10,2 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



14.

Título: Cálice grande

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gravada “Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” e iniciais PB (Princesa do Brasil), portugueses.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 32 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



15.

Título: Bandeja para galhetas dos santos óleos

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gravada “Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” e iniciais PB (Princesa do Brasil), portugueses.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 32 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Pratinhos de prata de lei para galhetas em forma ouvidos e lisos, dois com armas abertas.*

Valor no testamento em reais: 25.800 - valor de 3 bandejas.



16.

Título: Bandeja com tesoura de morrões

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. José (1750-1777) / D. Maria I (1777-1816), portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 2,7 x 20,5 x 9,8 cm (bandeja); 15,7 cm (tesoura).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



17.

Título: Vaso purificador

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 12,2 cm (caixa com tampa); 11,9 cm (base).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Purificadores prata dourada com purificadores de prata de lei e seus componentes Pires também de prata de lei, feitiço liso.*

Valor no testamento em reais: 14.900 – valor de duas peças iguais.



18.

Título: Campanha de altar

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração vazada, gravada e relevada “Armas de Portugal”, iniciais PB (Princesa do Brasil) e IMI (Jesus, Maria, José) e símbolos eucarísticos”, interior da pança e badalo em bronze, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 29 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Guarnição de uma campanha forrada de ramagem de prata de lei, feitiço moderno e transformada.*

Valor no testamento em reais: 16.200.



19.

Título: Turíbulo com respetivas correntes

Época: Séc. XVIII

Matéria: Prata.

Descrição: D. José (1750-1777), decoração relevada e vazada “Concheados”, português.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 20,7 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Turíbulo.*

Valor no testamento em reais: 52.800 – valor atribuído ao turíbulo e à naveta.



20.

Título: Naveta

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata.

Descrição: D. José (1750-1777), decoração relevada “Querubim e Concheados”, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 15,4 x 20 x 7,2 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Naveta prata de lei, lavrado.*

Valor no testamento em reais: 52.800 – valor atribuído ao turíbulo e à naveta



21.

Título: Caixa de hóstias

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gravada “Escudo duplo encimado por coroa real – Armas de Portugal” e monograma DMFB (Dona Maria Francisca Benedita), portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 1,2 x 9,5 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Caixa prata de lei para hóstias de feitio liso com armas abertas.*

Valor no testamento em reais: 3.100.



22.

Título: Bandeja com galhetas de altar

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gravada “Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” e iniciais PB (Princesa do Brasil), acrescento de depósitos gomados para galhetas em vidro com tampas de prata, portuguesas.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 12 x 21,2 x 14,8 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



23.

Título: Concha batismal

Época: Séc. XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: Decoração relevada.

Marcas: Ensaiador do Porto (1877-1881), marca de ourives não identificável, marca de reconhecimento de Lisboa de 1887.

NOTA: vd. ALMEIDA, Fernando Moitinho de – Marcas de Pratas Portuguesas e Brasileiras (Século XV a 1887)”. Lisboa: IN-CM, 1995, P-81.

Dimensões: 2 x 15 x 14,5 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



24.

Título: Concha

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata.

Descrição: Decoração relevada.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 14,6 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



25.

Título: Conjunto de quatro relicários

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata.

Descrição: D. José (1750-1777), decoração vazada e relevada “Flores e concheados”, portugueses.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 56,5 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Relicários grandes de prata de lei para altar todos lavrados.*

Valor no testamento em reais: 108.800 (conjunto).



26.

Título: Vara

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gravada “Flores e pinhas”, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 172 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Vara prata lei, feitio liso.*

Valor no testamento em reais: 17.600.



27.

Título: Lavanda e Gomit

Época: Séc. XIX.

Matéria: Prata

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gomada e relevada, pega do jarro esculpida “Golfinho”, portugueses.

Marcas: Ensaiador do Porto (1810-1818), marca de ourives atribuível a Henrique José dos Santos (1810-1853).

Dimensões: 6,6 x 49 x 33,5 cm (lavanda);
29,6 cm (gomil).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Bacia com seu jarro, prata lei de feitio moderno liso em gomos e cercaduras lavradas em ramagem.*

Valor no testamento em reais: 89.200.



28.

Título: Par de castiçais de saia

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata

Descrição: D. José (1750-1777), decoração gravada e relevada, portugueses.

Marcas: Ensaiador do Porto (1768-1784), marca de ourives atribuível a José Bernardes Meireles (1768-1784).

Dimensões: 18,4 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



29.

Título: Par de castiçais

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração com frisos gomados, amolgadelas.

Marcas: Ensaiador do Porto (1810-1818), marca de ourives atribuível a José Ferreira Guimarães (1810-1853).

Dimensões: 17,8 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



30.

Título: Caldeira com hissope

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gravada “Armas de Portugal” “Escudo partido com iniciais IMI (Jesus, Maria e José) e PB (Princesa do Brasil)”, portugueses.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 28 cm (caldeira); 25,5 cm (hissope).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Caldeirinha para água benta com hissope de prata de lei, feitio antigo lavrado.*

Valor no testamento em reais: 33.500.



31.

Título: Caixa

Época: Séc. XVIII.

Matéria: Prata.

Descrição: D. José (1750-1777), decoração gravada e relevada “Armas de Portugal”, iniciais PB (Princesa do Brasil) e IMI (Jesus, Maria, José) e “Símbolos eucarísticos”, portugueses.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 14,5 x 20 x 13,5 cm.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não consta.

Valor no testamento em reais: Não consta.



32.

Título: Cruz e par de tocheiros de procissão

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gravada “Armas de Portugal” “Escudo partido com iniciais IMI (Jesus, Maria e José) e PB (Princesa do Brasil)”, portugueses.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 231 cm (cruz); 184 cm (tocheiros).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Serials e uma cruz tudo de prata de lei de feitio moderno e lavrado com armas abertas.*

Valor no testamento em reais: 239.800.



33.

Título: Banqueta de altar – crucifixo e seis castiçais

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração relevada e gravada, aplicações com “Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, iniciais IMI (Jesus, Maria e José), PB (Princesa do Brasil) e “Símbolos da Paixão de Cristo”, interior com estrutura de madeira, portuguesa.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: 123 cm (crucifixo); 84 cm (castiçais).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Banqueta com 6 castiçais é uma cruz com seu pé, tudo prata de lei, feitio moderno e lisos, tendo várias insígnias dos martírios do Senhor e diferentes letras e coroas também de prata, tudo lavrado e apertado.*

Valor no testamento em reais: 577.800.



34.

Título: Lampadário

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), decoração gravada “Armas de Portugal” “Escudo partido com iniciais IMI (Jesus, Maria e José) e PB (Princesa do Brasil)”, portugueses.

Marcas: Sem marcas.

Dimensões: Por estar pendurada e alta, não foi possível fazer as medições.

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: *Lâmpada grande de prata de lei, feitio moderno toda lavrada com três coroas e várias peças reportadas.*

Valor no testamento em reais: 665.200.



35.

Título: Faqueiro para seis pessoas

Época: Séc. XVIII/XIX.

Matéria: Prata.

Descrição: D. Maria I (1777-1816), composto por colheres, português, facas e garfos de carne.

Marcas: Ensaiador de Lisboa (1843-1870) e marca de ourives atribuível a Francisco António de Almeida (1809-1879), uma colher com marca de ensaiador ALC (1822-1879); três facas e quatro garfos com marca de ensaiador do Porto (1877-1881) e marca de ourives atribuível a José de Oliveira e Costa (1877-1881), outras três facas e dois garfos com contraste Javali do Porto (1887-1937).

Dimensões: 26,2 cm (faca).

Proprietário: IASFA, I.P. / MDN.

Nº Inventário: Por atribuir.

Descrição no testamento: Não Consta.

Valor no testamento em reais: Não Consta.



2.6. Descrição da custódia conforme consta no testamento da Princesa D. Maria Francisca Benedita.

“Custódia grande de prata dourada, guarnecida de brilhantes, topázios amarelos e águas marinhas; está a mesma sustentada em cima de dois troncos de parras, também de prata dourada, tendo pendentes nos mesmos, quatro cachos de brilhantes e quatro ditos de ametistas roxas, tendo entre os mesmos seus ramos de espigas de topázios amarelos fingindo serem de trigo tendo no centro um cordeiro, em cima de um livro guarnecido de águas marinhas sendo duas grandes que estão entre os ditos troncos e em baixo a Arca da Aliança com quatro anjos em cima da mesma a qual é guarnecida com nove topázios amarelos lavrados em rosa e dez águas marinhas, sendo duas pequenas e as mais de diferentes tamanhos e grandes, duas das mesmas são brancas e sendo a base lisa com meias canas e de seis pés, é guarnecido o círculo da custódia e a meia-lua com cento e trinta brilhantes de diferentes tamanhos e claros, sendo quarenta e três de círculo grandes e lavrados a toda a obra, os quais serão uns por outros do peso de um quilate, tendo em baixo uma ametista grande amarela entre as duas filas de águas marinhas e tudo o mais de topázios amarelos e os quatro cachos são guarnecidos com cento e sessenta e oito brilhantes, alguma coisa sobre o grande e claros, lavrados a toda a obra, sendo as parras dos mesmos de esmeraldas pequenas e os outros cachos são guarnecidos com setenta e oito ametistas roxas lavradas em liso e as parras dos mesmos são também de prata dourada, o corpo do cordeiro é formado de uma água marinha grande e branca e mais um ostensório de prata lavrada dourada pertencente à mesma, sendo tudo de um risco muito superior e perfeição de mão-de-obra, pesando todas as peças declaradas, sessenta e dois marcos, sete onças e quatro oitavas, no valor ao presente atendendo a estar quase nova de sete contos e duzentos mil reis” ⁶⁹.

⁶⁹ Descrição constante no manuscrito descrito no ponto 2.6., «O testamento da Princesa do Brasil, Maria Francisca Benedita, fundadora do Hospital Real de Inválidos Militares», p. 12.

2.7. Ressalva quanto à medida da custódia de Runa.

Ressalva-se, que foi por nós verificado que relativamente à descrição da custódia de Runa, na maior parte dos documentos / livros / revistas / jornais / artigos publicados acerca da mesma, existe normalmente uma lacuna no que diz respeito à sua medida, onde podemos ler que a mesma mede 130 cm, na realidade a sua medida correta é de 103 cm.

2.8. Fases de musealização.

Segundo fontes orais, o acervo museológico foi reunido sob a orientação do Senhor Arquitecto Manuel Carlos Ferrão de Oliveira, que com a colaboração e ajuda de funcionários e de militares a desempenhar funções na instituição de Runa, entre 198[?] e 1992 reuniu no espaço que atualmente está designado de museu, o acervo que se encontrava fechado e escondido do público em geral.

Os vários locais escolhidos para a exposição das peças assim como as estantes, foram meticulosamente pensadas para se expor o acervo existente e estarem reunidos num espaço que permite ser visitado por todos os cidadãos. Na entrada sul do referido espaço, encontramos uma placa com a seguinte descrição:

“Ao Arquitecto Manuel Carlos Ferrão de Oliveira e a todos os militares e funcionários em serviço nesta casa, que, de forma tão dedicada e generosa, trabalharam para tornar realidade este Museu.

A Homenagem do Lar de Veteranos Militares

25JUL92”

Deste trabalho foram feitas 406 fichas, (vide Doc. 12) cujo registo fotográfico foi concluído em 28 de Outubro de 2006, embora este registo só tivesse sido concluído catorze anos após a inauguração do referido museu, apenas existe uma fotografia por peça / ficha. Neste documento podemos verificar que consta pouca informação sobre o objeto, não tendo sido feito um inventário segundo as normas museológicas e o respetivo trabalho de investigação, não correspondendo por isso às fichas de

inventário padronizadas e ajustadas às categorias de um acervo museológico, em que damos como exemplo uma ficha de inventário, (vide Doc. 13).

De salientar que o respetivo Museu fez este ano, no dia 25 de Julho de 2017, as suas bodas de prata (25 anos) onde as peças permanecem no mesmo local desde essa data, não tendo havido qualquer tipo de preocupação ao nível da prevenção e salvaguarda, assim como de intervenções de conservação e restauro.

2.9. Funções museológicas.

A responsabilidade e preservação do património cultural é uma consciência de cidadania que será necessária para a estruturação e prossecução da memória dos patrimónios, a qual deverá fazer parte da missão dos responsáveis por este tipo de património.

Assim, torna-se imperativo que o responsável por esta área, seja um técnico com formação na área da museologia ou gestão museológica e deverá a instituição dotá-lo de meios técnicos e humanos que permita iniciar todo um trabalho de raiz com um carácter técnico, pormenorizado e profissional, tendo em conta o conhecimento de um património cultural, a sua proteção e a respetiva valorização. Organizar, catalogar, inventariar, descrever, fotografar e documentar, são atos de preservação de memória. Deste modo, os museus/coleções visitáveis são repositórios de informação não só sobre eles mesmos mas também sobre a história geral e cultural.

O estudo e a investigação do seu património museológico é um dever de um profissional desta área, o que é fundamental para este acervo, pois irá permitir que o resultado da mesma possa ser documentado, enriquecendo e valorizando as suas obras/peças, facto que ainda não foi feito até aos dias de hoje.

Convém ainda referir que, toda a informação divulgada por um museu, nomeadamente através de exposições, de edições, da ação educativa e das tecnologias de informação, deve ter fundamentação científica ⁷⁰.

Deverá também promover e desenvolver mecanismos de cooperações com outros estabelecimentos de investigação e os estabelecimentos de ensino que ministrem cursos nas áreas da museologia, da conservação e restauro de bens culturais.

Em termos de recursos humanos, um museu / coleção visitável deverá ter um diretor, que o represente tecnicamente, sem prejuízo dos poderes da entidade pública ou privada de que o museu dependa, e ao qual compete também, dirigir os serviços, assegurar o cumprimento das funções museológicas, propor e coordenar a execução do plano anual de atividades ⁷¹.

Tendo em conta a proteção e a salvaguarda do riquíssimo património histórico e artístico existente no CASR, é impreterível salientar as suas necessidades de gestão tendo como prioridade as seguintes ações:

1. Inventário e documentação.
2. Estudo e investigação.
3. Informatização do inventário museológico.
4. Condições e normas de conservação.
5. Intervenções de conservação e restauro.
6. Conservação e reservas.
7. Condições de segurança, com os respetivos planos, restrições, vigilância e cooperação com as forças de segurança.
8. Desenvolver a interpretação e exposição.
9. Fomentar a colaboração com as estruturas associativas e de voluntariado, estimulando a associação de amigos do museu, de voluntariado e de outras formas de colaboração.

⁷⁰ Vd. Lei nº 47/2004 de 19 de agosto.

⁷¹ Vd. Lei nº 47/2004 de 19 de agosto.

10. Nas obras ou intervenções feitas ao edifício, dever-se-á ter em conta o constante na legislação própria, de forma a não afetar a integridade e impedir a sua fragmentação, desfiguração, perda física ou de autenticidade⁷².
11. A responsabilidade plena de que, dever-se-á garantir previamente e ter em conta a metódica ponderação das intervenções e dos atos suscetíveis de afetar a integridade ou circulação lícita de elementos integrantes do património ⁷³.
12. Conceber o estudo e acompanhamento de candidaturas a projetos de investigação, tanto a nível nacional como europeu, que se adaptem às necessidades do património museológico existente.

⁷² Vd. Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de junho.

⁷³ Vd. Lei nº 107/2001 de 8 de setembro.

CAPITULO 3 - PROGRAMA DE MUSEALIZAÇÃO

3.1. Alteração da estrutura orgânica.

Nos termos da Lei de Bases do Património Cultural, o património cultural é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.

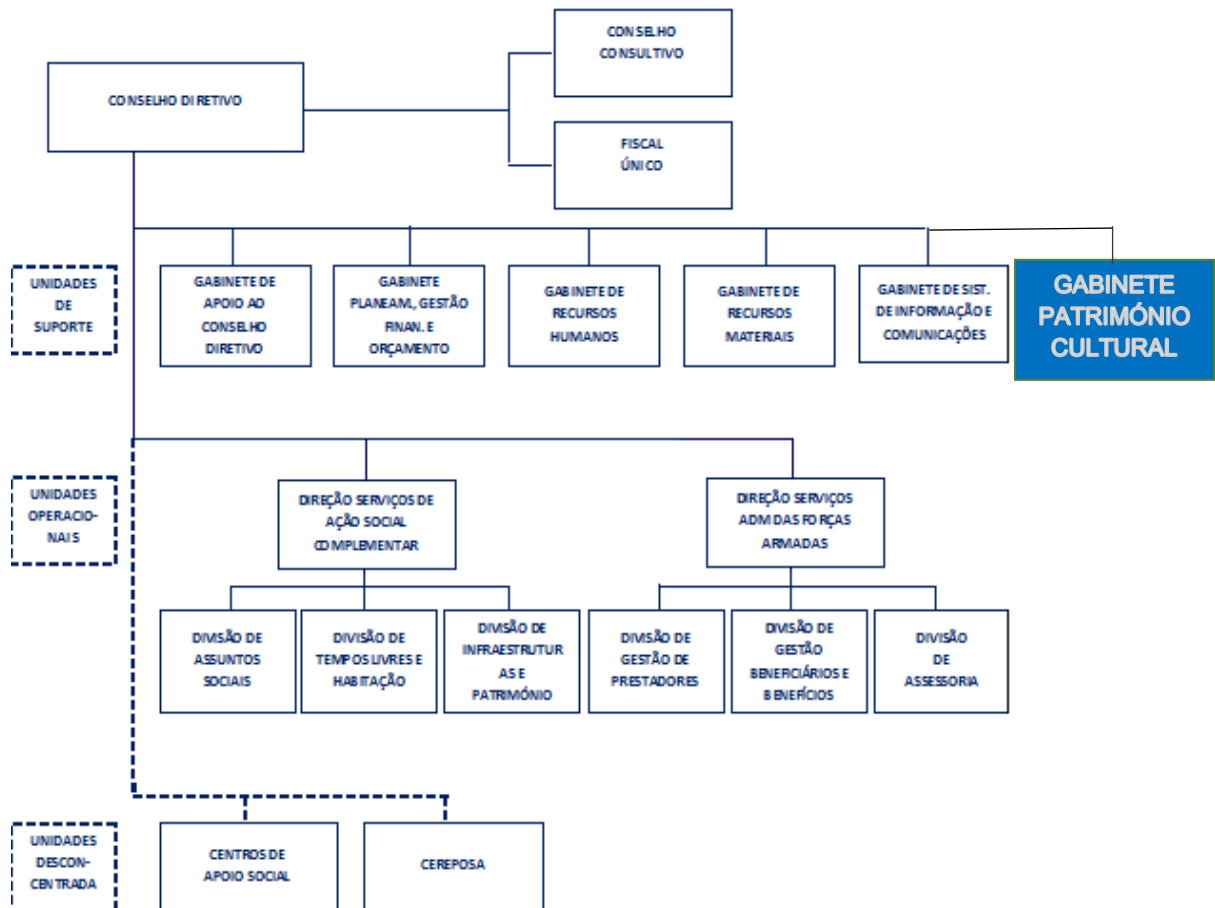
O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, que assim assegura a transmissão de uma herança nacional, cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

O IASFA, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, prossegue atribuições do MDN, sob superintendência e tutela do respetivo ministro, e que tem por missão garantir e promover a ação social complementar dos seus beneficiários e gerir o sistema de assistência na doença aos militares das Forças Armadas.

O Monumental Edifício de Runa, classificado como Imóvel de Interesse Público, antigo Hospital de Inválidos Militares de Runa, hoje Centro de Apoio Social de Runa do IASFA, I.P., é detentor de um património histórico, artístico e cultural que foi deixado em testamento pela fundadora, a Princesa D. Maria Francisca Benedita.

Na estrutura orgânica do IASFA, I.P., não existe um gabinete que garanta as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural inerentes ao edifício de Runa e ao seu património histórico, artístico e documental. Desta forma, propomo-nos a apresentar um estudo/modelo/projeto que possa permitir à instituição, desenvolver as suas atividades organizacionais que visem criar e fixar metodologias e competências para o funcionamento adequado ao património existente no CASR/IASFA, I.P., dando a respetiva promoção ao que de histórico e cultural tem na sua casa.

Assim, conforme o organograma abaixo do IASFA, I.P., propomos a criação de um **Gabinete do Património Cultural**.



Este Gabinete deveria ter como missão a criação de condições de acesso para todos os públicos, numa ótica de incremento da sensibilidade, do gosto e da capacidade crítica, sabendo que as coleções recolhem experiências e significados humanos diversificados e enriquecedores.

Deveria também fazer parte da sua missão, promover a investigação das coleções e o conhecimento que delas deriva, criando materiais interpretativos, que possibilitem o desenvolvimento de atividades culturais, educativas e lúdicas, enquanto instrumentos para o desenvolvimento integral do Homem, assim como a identificação e hierarquização dos bens culturais, através do inventário e classificação.

Desta forma, o Gabinete do Património Cultural deverá ainda centralizar e possuir as seguintes atribuições:

1. A gestão e monitorização do património móvel e imóvel afeto ao IASFA, I.P., incluindo ações de reabilitação, conservação e restauro nos edifícios classificados e do acervo museológico.
2. Emissão de pareceres, propostas e autorizações no âmbito da elaboração de intervenções ou obras em dependências administrativas do património cultural (bens classificados e património natural).
3. Acompanhamento de ações de conservação e restauro em bens culturais móveis.
4. Apoio técnico para intervenções e obras em bens culturais.

Atualmente o IASFA, I.P., tem os seguintes imóveis classificados:

- Palácio de Runa (vide Fig. 7);
- Palácio do Conde de Magalhães (vide Fig. 8);
- Palácio da Ordem Soberana de Malta (vide Fig. 8);
- Forte de São João das Maias (vide Fig. 9).

3.2. Programa organizacional de musealização.

A implementação de um programa organizacional para a gestão da área museológica referente ao Edifício de Runa dependendo este dos serviços centrais do IASFA, I.P., e não havendo na sua estrutura orgânica um gabinete que tenha como missão este tipo de gestão, é por nós proposto que deva começar pela reestruturação do seu organograma institucional.

Neste sentido, deverá incluir na sua Lei Orgânica, atividades no domínio do património artístico, histórico e da cultura, designadamente de preservação e divulgação desse seu património, criando estatutos que visem estabelecer normas para que a instituição tenha como objetivos a promoção da educação, da cultura e da qualidade de vida, sobretudo dos mais desprotegidos.

Um dos mais importantes símbolos do seu património cultural é o Museu do Monumental Edifício de Runa, local onde se desenvolve a atividade social designado de CASR, que possui uma riquíssima coleção museológica, agregando o acervo da coleção da Capela do Santíssimo Sacramento.

Consequentemente poderá promover iniciativas culturais e criar sinergias com entidades locais e centrais, criando dessa forma uma agenda semestral ou anual das atividades a serem divulgadas, de forma a promover os seus bens históricos e culturais e os espaços que tem disponíveis, criando sustentabilidade financeira. Gerir administrativamente os bens doados, os obtidos através de heranças e os incorporados.

Desenvolver uma atividade editorial da qual resultem diversas publicações nas áreas temáticas da Ação Social, Saúde, Cultura e Educação. Este **Centro Editorial** deverá promover, coordenar e executar o plano editorial do IASFA, I.P., através da publicação de edições que desvendam a história secular, a atividade diversificada e o património singular de uma instituição com 190 anos.

Para além de executar as propostas editoriais oriundas dos diversos departamentos e serviços, este setor poderia criar um conjunto de coleções, destinadas ao público em geral, nomeadamente livros que poderão dar a conhecer o passado e o presente da Instituição.

Através destas publicações, o Centro Editorial promoveria a divulgação de conhecimentos técnico-científicos produzidos no âmbito das áreas de intervenção do IASFA, I.P., dando a conhecer a todos a sua missão.

Criação de um Arquivo Histórico onde deveria coordenar e garantir o funcionamento e a guarda dos arquivos definitivo e intermédio do IASFA, I.P., que são constituídos, essencialmente, por documentos produzidos e recebidos pela Instituição e dos documentos históricos existentes.

Deveria assim reunir, organizar, descrever, conservar, divulgar e disponibilizar o acervo documental do IASFA, I.P., e constituir documentos em suporte de papel, fotografias e registos sonoros.

Criação de uma Biblioteca onde reunisse todas as coleções existentes nas unidades desconcentradas do IASFA, I.P., criando um inventário e o registo dos mesmos.

Criação de um serviço único ou linha de apoio, que preste informações gerais tendo como missão a criação de diretrizes, orientações e prestação de informações uniformizadas, podendo ou não haver um local aberto ao público.

3.3. Criação de um Gabinete de Museologia no CAS de Runa.

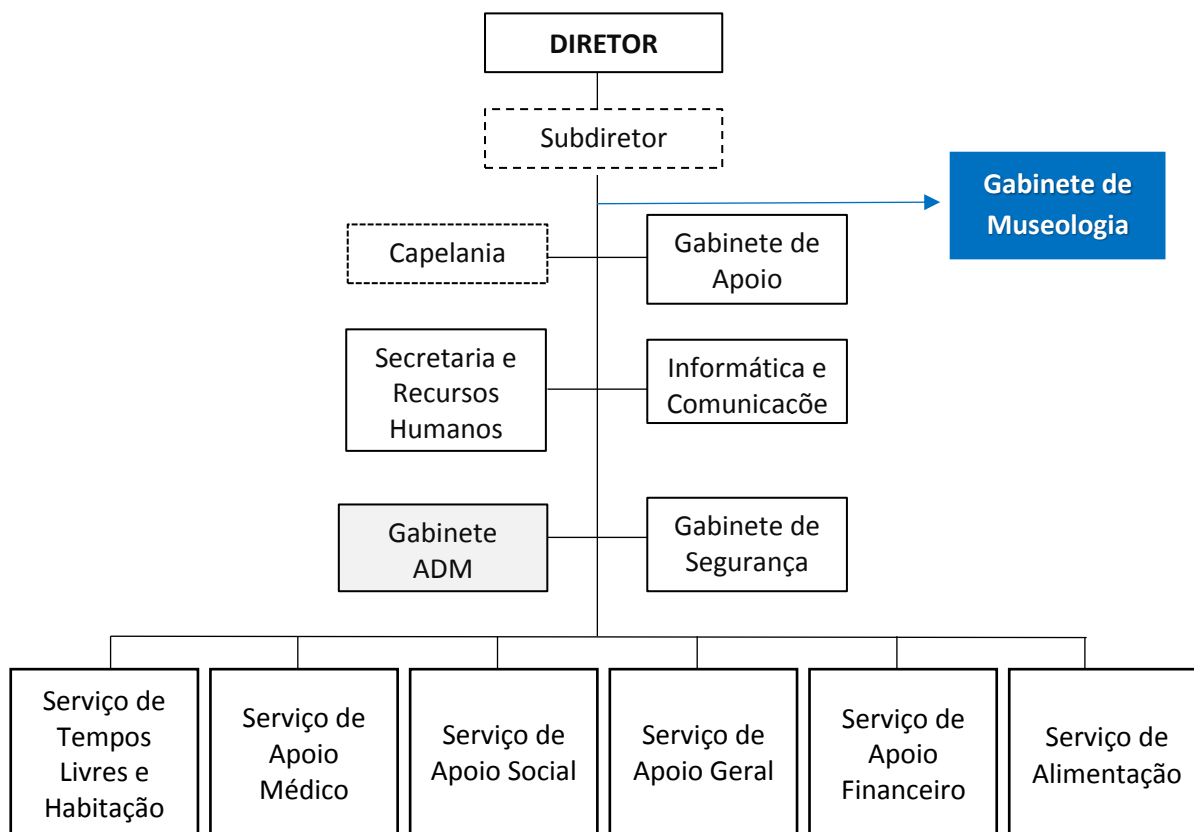
Apresentamos à semelhança do organograma da Instituição com a inclusão de um Gabinete do Património Cultural, no organograma do Centro de Apoio Social de Runa que está há alguns anos para ser reestruturado face às mudanças institucionais, a criação de um Gabinete de Museologia, conforme o esquema ilustrado no organograma apresentado na página seguinte.

A criação deste gabinete no organograma do CASR (conforme a alteração a cinzento na figura que mostramos abaixo) deverá ter por missão a gestão de toda a área relacionada com o museu e respetivo acervo museológico, nomeadamente nas categorias: da escultura, pintura, ourivesaria, prataria, mobiliário, têxteis, cerâmica, cristal/vidro, instrumentos musicais e os livros, assim como o controlo e garantir a gestão do inventário, investigação, salvaguarda, conservação e restauro e a respetiva valorização dos bens que integram o património cultural imóvel, móvel e imaterial.

Deverá também prestar o apoio técnico na definição de normativos e procedimentos institucionais, o controlo patrimonial e gestão da utilização das infraestruturas afetas, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional.

Estes gabinetes poderão fazer a diferença para a prossecução e imperativo trabalho a ser desenvolvido nesta área em questão, para que não passem mais 190 anos sem o conhecimento técnico e científico do tesouro que temos em mãos.

Alteração do organograma do CAS de Runa (criação de um Gabinete de Museologia)



Desta forma, destacaremos as principais medidas a implementar:

- Para uma gestão do património cultural do material móvel do CAS de Runa /IASFA, I.P., deverá o mesmo ser equipado de uma Base de Dados com os critérios usados pela museologia atual, nomeadamente quanto aos seus procedimentos, estrutura de dados, terminologia e divulgação, onde fosse carregado todo o processo de inventariação e simultaneamente acessível ao público em geral;
- Elaborar normativos e instrumentos que disciplinem, e sistematizem os procedimentos a desenvolver no âmbito da gestão do inventário dos bens museológicos;
- Preparar procedimentos aquando da inventariação, incorporação, desincorporação, circulação e preservação (controlo do risco de

alienação/destruição de bens com interesse museológico) dos bens museológicos;

- d) Prosseguir o desenvolvimento do inventário histórico, artístico e cultural, (vide exemplo de ficha de inventário no Doc. 13), com recurso a ferramentas informáticas (Base de Dados), bem como à elaboração de procedimentos conducentes à sua efetiva compatibilização com o inventário geral do património do IASFA, I.P., concretizando a formalização da existência dos bens que o constituem, sendo um passo indispensável ao seu controlo, gestão e valorização continuada através do desenvolvimento desse mesmo inventário;
- e) Iniciar e organizar um registo fotográfico segundo as normas museológicas, incluindo nas respetivas fichas de inventário, salvaguardando essa informação em suporte informático seguro;
- f) Elaboração de regulamento interno e normativos específicos;
- g) Avaliação do atual estado de conservação do acervo;
- h) Verificação e avaliação do sistema de segurança das instalações onde os bens se encontram guardados;
- i) Desenvolver diligências no sentido da reparação das infraestruturas referente ao espaço expositivo.
- j) Disponibilizar um espaço único para colocação de todos os bens em reserva que se encontram dispersos, acautelando a preservação dos mesmos, assim como a sua inventariação;
- k) Fomentar a interação e cooperação com entidades externas, militares ou civis, visando a participação em eventos culturais e a realização de estágios na área da museologia e da história por forma a favorecer a imagem da Instituição e concomitantemente auxiliar o desenvolvimento de trabalhos, no CAS de Runa, no âmbito da temática em apreço;
- l) Solicitar o apoio a especialistas da área da segurança (militares ou outros) por forma a avaliarem as condições de segurança do espaço museológico, e proceder aos normativos de segurança adequados e à melhoria das instalações e equipamentos conforme considerado necessário.

3.4. Recursos humanos.

Para podermos desenvolver os trabalhos segundo o que foi proposto anteriormente, é necessário a criação de uma equipa de trabalho.

Atualmente existe apenas uma pessoa qualificada para a área em questão, existindo por isso, insuficiência de recursos humanos, qualificados ou não, que garantam o desenvolvimento do trabalho que é necessário desenvolver, para isso, é imprescindível a existência de trabalhadores em número considerável (equipa de três elementos) com as qualificações técnicas adequadas, para assegurar a qualidade das atividades a serem desenvolvidas.

Em termos de **Museu (funcional)**, devemos ter em conta as áreas ilustradas no esquema abaixo.



3.5. O que o Palácio de Runa tem para oferecer.

O Palácio de Runa pela sua imponência e localização sobressai e desperta curiosidades a todos os que por ali passam, quer pela população local, quer por estrangeiros ou grupos que procuram no país locais culturais com história, nomeadamente os que possuem as suas características e especificidades.

Podemos destacar a Igreja para a celebração de batizados e casamentos, a qual é muito solicitada, o Museu (coleção visitável) onde se pode admirar o espólio museológico e nos Aposentos da Princesa podemos observar e contemplar a zona palaciana do edifício que se caracteriza pelas pinturas murais e as suas artes decorativas.

A mata é um espaço que se encontra dentro do muro que circunda o edifício, onde a raridade da sua flora ainda se pode observar, criando um ambiente calmo e acolhedor, propicio a festas ao ar livre e a piqueniques, que todos os anos é solicitado para o efeito.

Fica apenas a sete quilómetros da cidade de Torres Vedras e a quarenta e cinco quilómetros da cidade de Lisboa.

3.6. Como promover e divulgar o Palácio de Runa.

Tendo em conta que o Centro de Apoio Social de Runa / IASFA, I.P., não contempla na sua estrutura orgânica uma Área referente ao Património Histórico, Artístico e Cultural / Área Museológica, igualmente não é contemplado anualmente, no seu plano de atividades, em termos orçamentais, verbas para a área do património museológico ou relacionado com o mesmo, sendo unicamente pensado para alcançar um conjunto de Objetivos Estratégicos e Operacionais que estejam dentro do seu objetivo central que é a Ação Social.

Nesse sentido, para conseguirmos dar início a uma promoção deste património, podemos numa fase inicial, criar documentos e formas de divulgação com os meios

disponíveis e que são os utilizados por todos os organismos do Estado a custo zero, tendo em conta a ordem de prioridades o seguinte:

- Criação de um logotipo Institucional;
- Página no Facebook;
- Criação de panfletos;
- Criação de programas de visitas;
- Criação de um mailing list;
- Protocolos com empresas de eventos culturais;
- Protocolos com agências de viagens;
- Protocolos com as áreas da Cultura das Câmaras de Torres Vedras, Lourinhã, Mafra, Óbidos, Caldas da Rainha e Lisboa;
- Criação de visitas guiadas temáticas para grupos pequenos com valores diferenciados;
- Mecenatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos clara consciência de que o trabalho apresentado mais não será do que uma primeira contribuição para o conhecimento de um *problema patrimonial* até hoje indevidamente estudado. A importância dos acervos do Palácio de Runa impõe, sem dúvida, medidas de estudo, inventário, proteção, salvaguarda e valorização do património histórico-artístico aí existente. Será necessário, em fase ulterior, cumprir estudos sectoriais de análise, mais completos e aprofundados, dos acervos do CAS de Runa, dado a sua dimensão e riqueza.

Na realidade, tal como se deduz do esboço de inventário que faz parte do capítulo segundo, este acervo inclui obras de arte de primeira ordem em termos de pronunciada qualidade estética, desde a Custódia de João Paulo da Silva, às tábuas renascentistas de Gregório Lopes, às esculturas de Francisco Leal Garcia, às louças de Cantão e da Companhia das Índias, Japão, Inglesa e Francesa, a um valioso órgão quinto-joanino da autoria do organeiro João da Cunha, a múltiplas peças de ourivesaria sacra e civil, a algum mobiliário do século XVII, a quadros seiscentistas de origem flamenga e holandesa, a um retrato magnífico da fundadora por Giuseppe Troni, e a outras preciosidades que urge analisar, conservar e dar a conhecer.

Assim, antes de tudo, pretendemos chamar a atenção para a necessidade urgente de um rigoroso registo de inventariação, não descurando da respetiva investigação e medidas ao nível da conservação e restauro.

Para o trabalho que se considera urgente se possa realizar num curto espaço de tempo, tendo em conta o número de peças de arte existente no acervo museológico, é necessário que o IASFA, I.P., disponibilize meios humanos que permitam a criação de uma equipa interdisciplinar. Só assim haverá forma de fazer face à concretização do trabalho, que é imperativo terminar, para se poder iniciar e dar continuidade a outras tarefas, igualmente importantes, função que se torna muito difícil e demorada apenas com um único funcionário, tal como sucede na atualidade.

Será também imperativo e vantajoso para a instituição que se deva procurar e submeter candidaturas a projetos existentes para este fim, quer a nível nacional como europeu, a fim de obter o respetivo financiamento para o efeito, tendo igualmente como benefício, que os elementos que se possam integrar nos projetos sejam uma mais-valia em termos de investigação do espólio, contribuindo para que o mesmo possa vir a ser mais valorizado.

Será igualmente vantajoso para a instituição aprovar uma política interna, que permita a criação de uma bolsa de voluntários e amigos do Museu, potencializando devidamente os seus múltiplos valores artísticos, pois só assim serão tidos com um benefício, não só por todos os responsáveis de instituições com as mesmas particularidades, como também e sobretudo para a comunidade.

Tendo em conta que o acervo nunca foi sujeito a nenhuma ação de intervenção respeitante à conservação e restauro, deveriam ainda, os responsáveis pelo mesmo, incluir no seu orçamento anual, verbas para esse fim, sem no entanto descurar, que antes das intervenções, as mesmas, devam sempre serem sujeitas a pareceres técnicos de profissionais das respetivas áreas.

Acreditamos ter contribuído para despertar interesses, quer a nível Institucional quer por parte dos historiadores / investigadores, para que num futuro próximo, se possa dar início a um trabalho fundamental e inadiável, onde o Estado tem o dever de intervir, proteger e dar a conhecer.

Um património escondido é um património desprotegido, como já afirmava Alexandre Herculano, e é nessa perspetiva que se deve iniciar um plano de promoção e divulgação do acervo museológico com o intuito de despertar sentimentos e suscitar interesses, quer pelos seus representantes, quer pela população em geral.

LISTA DE SIGLAS

AHM	- Arquivo Histórico Militar.
ASC	- Ação Social Complementar.
CASR	- Centro de Apoio Social de Runa.
DGPC	- Direção-Geral do Património Cultural.
DHCM	- Direção de História e Cultura Militar.
HIMR	- Hospital de Inválidos Militares de Runa.
IASFA, I.P.	- Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P.
MDN	- Ministério da Defesa Nacional.
PB	- Princesa do Brasil (Princesa Maria Francisca Benedita).
SIPA	- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/DIV/3/16/02/08/1, 1790.

Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/DIV/3/16/02/09/08, 1 livro com 11fls, 1 caderno com 21 fls,1827.

Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/DIV/3/16/02/09/18, 1833.

Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/DIV/3/16/02/10/72, 1851, Inventários; Arsenal do Exército; Runa, 10 fls. manuscritas.

Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/DIV/3/16/02/11/132, 1895, Regulamentos; Runa, Estatutos, 1 caderno com 19 fls. manuscritas.

Arquivo Histórico Militar, PT/TT/GAV/7/16/3/10, 1831, Auto do testamento da Princesa Benedita.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo Salazar, FI-17A, cx. 224, pt. 15.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-39, nº 1b.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-39, nº 4t.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-39, nº 16v.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-39, nº 17h.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-39, nº 17n.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-42, nº 2a.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-43, nº 21l.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-48 nº 7d.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-VIII-50 nº 303.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-X-18, nº 221.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-X-18, nº 223.

Biblioteca da Ajuda, Lisboa, B.A., 54-X-18, nº 229.

Braga, Paulo Drumond, *A Princesa na Sombra: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*, Lisboa, Colibri, 2007.

Carvalho, Ayres, *Os Três Arquitectos da Ajuda: do "Rocaille" ao neoclássico; Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), José da Costa e Silva (1747-1819), Francisco Xavier Fabri (1761-1817)*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.

Carvalho, José Alberto Seabra, Gregório Lopes, Edições INAPA, Lisboa, 1999.

Decreto nº 19/2006, de 18 de julho. Procede à classificação como bens de interesse nacional de um conjunto de bens culturais móveis integrados nos museus dependentes do Instituto Português de Museus.

Decreto nº 140/2009, de 15 de Junho. Estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

Decreto-Lei nº 193/2012, de 23 de agosto. Aprova a Lei Orgânica do IASFA, I.P.

Escrivanis, Augusto Carlos de Sousa, *Descrição do Real Asylo de Inválidos Militares em Runa*, Lisboa, Lallement Frères.

Herculano, Alexandre, "Asilos da Primeira Infância", *O Panorama*, Lisboa, vol. II, nº 62, 1838.

Herculano, Alexandre, "Hospital Militar de Runa", *O Panorama*, Lisboa, vol. II, nº 72, 1838.

Herculano, Alexandre, *Hospital Militar de Runa*, com introdução do Dr. Jorge Raimundo Custódio, III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural, Câmara Municipal e A.D.D.P.C. de Torres Vedras, 1982.

Lázaro, Maria Alice de Oliveira, *O Testamento da Princesa do Brasil: D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)*, Lisboa, Tribuna, 2008.

Lei nº 47/2004, de 19 de agosto. Aprova a Lei do Quadro dos Museus Portugueses.

Lei nº 107/2001, de 8 de setembro. Lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

Lobo, Roque Ferreira – “*Panegyrico em louvor da Serenissima Princesa do Brasil a Senhora D. Maria Francisca Benedita pela sua fundação de hum Hospital para Militares Invalidos*”, na sua Quinta do Lugar de Runa, termo de Torres Vedras. Lisboa: regia Tipografia Silviana, 1826.

Luna, Isabel de, “Investigação arqueológica em Runa”, *Badaladas*, nº 2284, suplemento *Freguesias*, 13., Torres Vedras, Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e S. Tiago, 15.10.1999.

Memória das Comemorações do Bi-Centenário do Nascimento da Princesa D. Maria Francisca Benedita e Catálogo da Exposição Biblio-Iconográfica na Biblioteca Municipal de Torres Vedras, Torres Vedras, Biblioteca Municipal, 1947.

Oeste Cultural nº 1 de 2002, Dr. Moedas Duarte.

Palha, Fernando Pereira de Miranda, *Breve narração acerca do Real Asylo de Inválidos Militares, estabelecido em Runa*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propaganda dos Conhecimentos Úteis, 1842.

Portaria nº 1238/2010 de 14 de dezembro. Regulamento interno do IASFA, I.P.

Portaria nº 189/2013, de 22 de maio. Estatutos do IASFA, I.P.

Raggi, Giuseppina, Degortes, Michela, *Giuseppe Trono in Portogallo: un pittore di ritratti torinese tra monarchia e rivoluzione (1785-1810)*, in SPANTIGATI, C. Enrica, MOTA, Isabel Ferreira de (coord), *Rapporti culturali tra Torino e Lisbona tra secondo Settecento e primo Ottocento*, Roma, Carrocci Editore, 2017 (no prelo).

Rego, Rogério de Figueiroa, *O Brigadeiro Miranda Palha, 1º Governador do Asilo dos Inválidos Militares de Runa*, Associação dos Arqueólogos do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, Lisboa 1960.

Revista O Panorama, Nº 72 de 15 de setembro de 1838, revista dirigida por Alexandre Herculano onde redigiu um interessante texto, sobre o então denominado Asilo de Runa.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume VI, O Despotismo Iluminado (1750-1807), Editorial Verbo, 1992.

Serviços Sociais das Forças Armadas – Lar de Veteranos Militares. Runa: Presidência do Conselho Secretariado-Geral da Defesa Nacional, 1970. s/ISBN.

Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e - Exuberância e cromatismo: Portugal e Brasil na joalheria de Setecentos. Revista Mvsev, IV SÉRIE, N.º 20 (2013).

Teixeira, José de Monterroso (2012), *José da Costa Silva (1747-1819) e a receção do neoclassicismo em Portugal: a clivagem de discurso e a prática arquitectónica*, Tese de Doutoramento em História, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.

Wilcken, Patrick, *Império à Deriva, A corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Lisboa, Civilização Editora, 2004.

Fontes eletrónicas:

http://vedrografias2.blogspot.pt/2009_05_01_archive.html

<http://www.patrimoniocultural.pt/>

<http://www.artnet.com>

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6339

<http://www.iasfa.pt/public.html>

<http://www.cml.pt/>

<http://www.monumentos.pt> <http://genealogia.netopia.pt>

<http://www.matriznet.pt>

<http://books.google.pt>

<http://digitalq.dgarq.gov.pt>

<http://www.apha.pt/boletim/boletim4/artigos/AnaLuisaBarao.pdf>

<http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC3/GISELEGOMES.pdf>

<http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/serial?id=blackwoods>

<http://montalvoeascienciasdonossotempo.blogspot.pt/2012/10/edificio-do-asilo-de-invalidos.html>

<http://catalogo.bn.pt/ipac20>

<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptions&uri=full=3100024~!1382709~!2&ri=1&aspect=subtab13&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=lus%C3%83%C2%ADadas&index=.TW&uindex=&aspect=subtab13&menu=search&ri=1>

<http://www.parquesdesintra.pt/pontos-de-atracao/d-maria-francisca-benedita/>

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=148274>

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=1000554>

http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=40155

http://biblioteca.cmtvedras.pt/Opac/Pages/Document/DocumentCitation.aspx?UID=b61bf4a0-2449-44d5-91bf-9b60bf425b67&DataBase=10170_BIBLIO

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon685322/icon685322.jpg

<https://www.cml.pt/pdfs/2012/flipbook/leilao144/CMLleilao144/index.html>

<http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3888496> - PT/TT/AOS/D-E/17/2/15, cota atual Arquivo Salazar, FI-17^a, cx. 224, capilha 15.

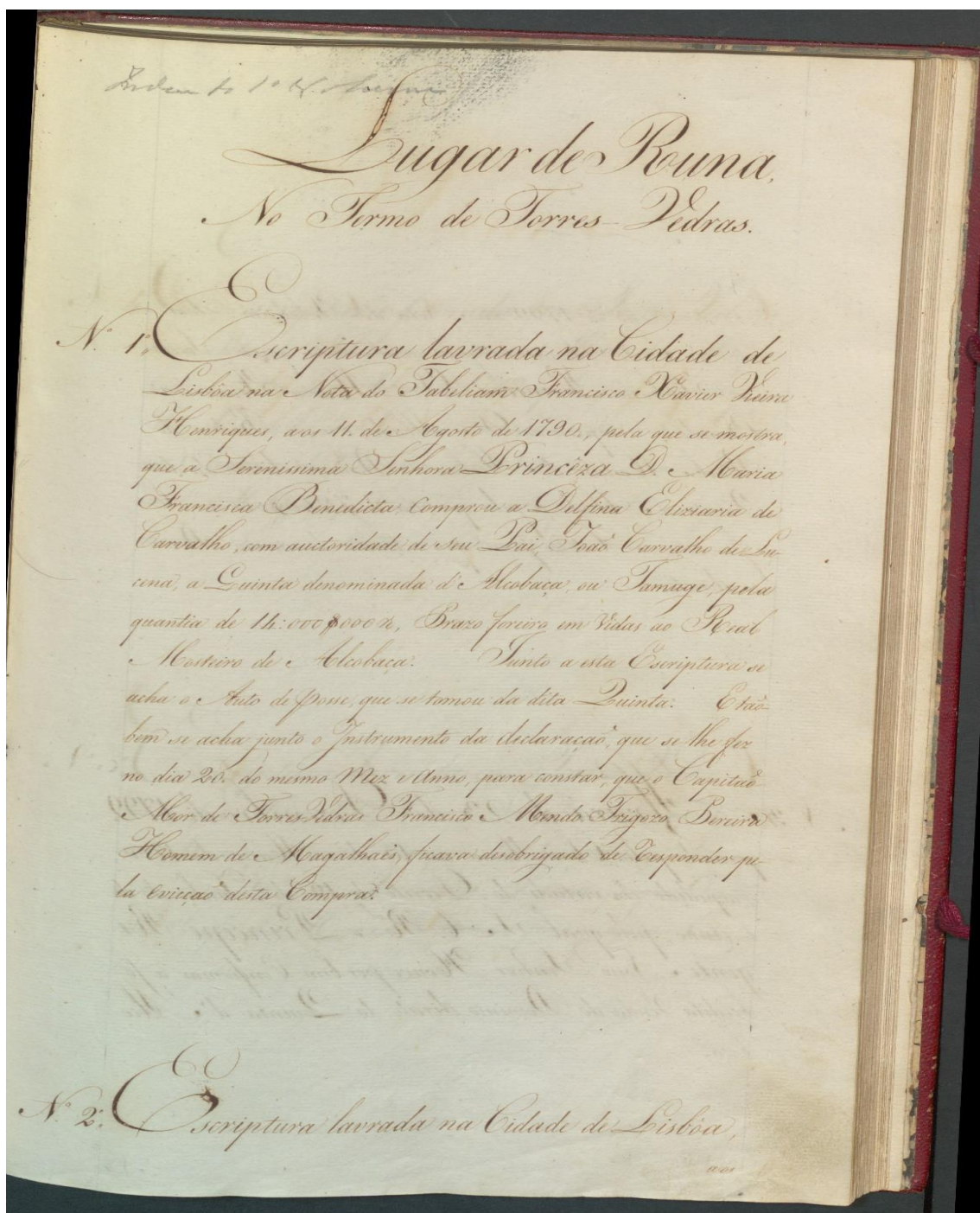
ÍNDICE DOCUMENTAL

- Doc. 1 Escritura da compra do terreno onde foi contruído o HIMR, retirado do AHM, cota PT AHM-DIV-3-16-16-1_m0001.
- Doc. 2 Continuação do documento anterior, onde consta o valor da escritura, retirado do AHM, cota PT AHM-DIV-3-16-16-1_m0002.
- Doc. 3 Relação da prata e preciosidades pertencentes ao HIMR, que por ordem do duque do Cadaval foram mandados retirar em direção a Óbidos, retirado do AHM, cota PT AHM-3-16.2-9-18_m0001.
- Doc. 4 Relação da prata e preciosidades pertencentes ao HIMR, que por ordem do duque do Cadaval foram mandados retirar em direção a Óbidos, retirado do AHM, cota PT AHM-3-16.2-9-18_m0002.
- Doc. 5 Inventário e avaliação dos objetos de culto religioso pertencente ao HIMR, retirados do AHM, cota PT AHM-3-16.2-10-72_m0010.
- Doc. 6 Notícia sobre o HIMR do jornal o Panorama.
- Doc. 7 Apontamentos com despesas referentes à custódia, Grupo e Estátuas.
- Doc. 8 Apontamentos com despesas referentes a encomendas provenientes de Macau e a pinturas, em 1793.
- Doc. 9 Folha com apontamento de dívida a José Ferreira Duarte da empreitada do Hospital de Inválidos.
- Doc. 10 Ficha existente no HIMR referente ao espólio museológico elaborado aquando da edificação do museu do CAS de Runa.
- Doc. 11 Exemplo de ficha de inventário a ser utilizada no CAS de Runa.
- Doc. 12 Publicação em 27-7-1966, no Jornal Badaladas, de Torres Vedras, notícia sobre o órgão de tubos existente no HIMR.

ÍNDICE DE FIGURAS

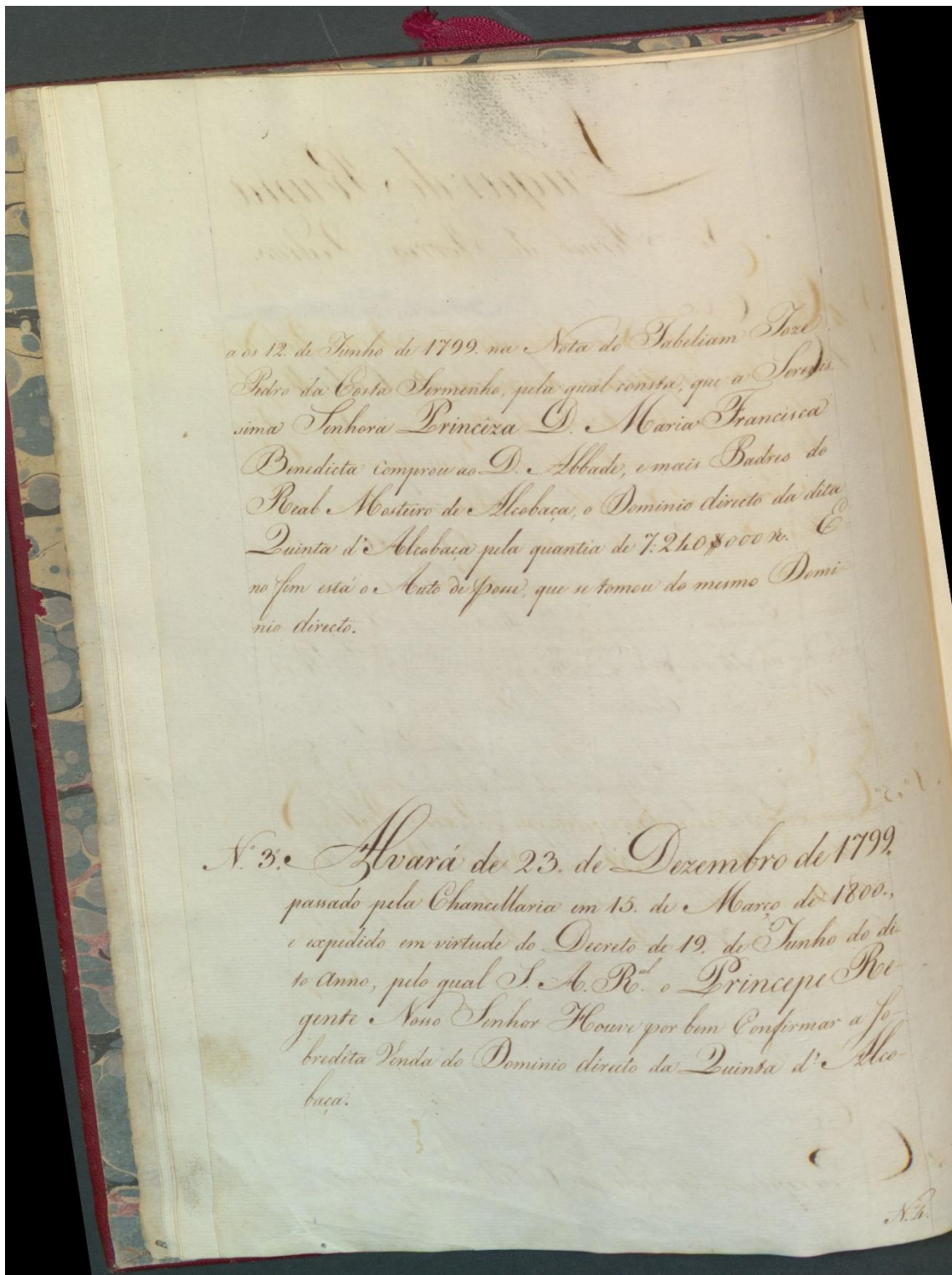
- Fig. 1 Retrato a óleo sobre tela representando D. Maria Francisca Benedita, Princesa do Brasil.
- Fig. 2 Retrato da Princesa D. Maria Francisca Benedita, de autor desconhecido, existente no Museu dos Biscainhos.
- Fig. 3 Pintura da Princesa D. Maria Francisca Benedita, por Giuseppe Troni, c. 1788, existente no Museu dos Coches.
- Fig. 4 Arquiteto José da Costa e Silva (1747-1819), retirado do site da wikipedia. MASCARENHAS-MATEUS, João, VARGAS, Carlos (2014). "São Carlos: um teatro de ópera para Lisboa - Património e arquitectura do Teatro Nacional de São Carlos". Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Teatro Nacional de S. Carlos. Lisboa: 1ª ed. [ISBN 978-972-27-2263-6](#). p. 93.
- Fig. 5 «*Prespecto do hospital para invalidos que sua alteza serenissima senhora princeza do Brasil dona Maria Francisca Benedicta manda edificar no sitio de Runa, icon685321*» retirado do site da Biblioteca Nacional do Brasil.
- Fig. 6 «*Planta baixa pertencente ao edifício do Asilo de Inválidos Militares em Runa, Portugal, ARC.35.1.5b - Iconografia*» retirado do site da Biblioteca Nacional do Brasil.
- Fig. 7 Hospital de Inválidos Militares de Runa, imagens retiradas do SIPA, IPA.00006339.
- Fig. 8 Palácio Conde de Magalhães e Ordem Soberana de Malta Rua de São José em Lisboa.
- Fig. 9 Forte São João das Maias «(1644-1653) - *edificação do forte, pelo capitão de Álvaro de Sousa - IPA.00006075*».
- Fig. 10 Oratório particular da Princesa D. Maria Francisca Benedita existente no CAS de Runa.
- Fig. 11 Órgão de Tubos de 1745, proveniente do Convento da Graça, que existiu em Penafirme.

ANEXO DOCUMENTAL



Doc. 1

Escritura da compra do terreno onde foi contruído o HIMR, retirado do AHM, cota PT AHM-DIV-3-16-16-1_m0001.



a os 12. de Junho de 1799. na Nota de Tabeliam Torre
Pedro da Costa Serrenho, pela qual consta, que a Serenissi-
sima Senhora Princesa D. Maria Francisca
Benedicta comprou ao D. Abade, e mais Padres do
Real Mosteiro de Alcobaça, o Dominio directo da dita
Quinta d' Alcobaça, pela quantia de 7.240.000 r. E
no fim está o Auto de venda, que se tomou do mesmo Domi-
nio directo.

N. 3. Alvará de 23. de Dezembro de 1799
passado pela Chancellaria em 15. de Março de 1800.,
e expedido em virtude do Decreto de 19. de Junho do di-
to Anno, pelo qual S. A. R. o Principe Rei-
gente Nosso Senhor Houve por bem Confirmar a so-
breditada Venda do Dominio directo da Quinta d' Al-
cobaça.

Doc. 2

Continuação do documento anterior, onde consta o valor da escritura, retirado do AHM, cota PT AHM-DIV-3-16-16-1_m0002.

1.ª R. N.º 00
1.ª S.

Mms. Ex. Srs.

Participo a V. Ex.^{ta} que no dia 26 do Mês proximo pasado, pelas dez horas da noite, chegou a este Estabelecimento o Alferes José Rodrigues do Regimento N.º 7 de Cavalhariá a companhia de hum Sargento, e vinte soldados dum outro Regimento com officio do Duque de Cadaval em quem se determinava mandasse transportar para Óbidos a Prata, e Preciosidades pertencentes a este Palacio, a acompanhadas por pessoa Capaz, e de confiança, ou acompanhadas por mim mesmo, o que executei, mandando o Capitão Theouzeiro José Pereira da Costa, por ver que as Tropas da Urupacão se achavao em Torres Vedras, perto deste Estabelecimento, muito insubordinadas, com mettendo toda a Carta de violencias, e desordens, não tendo em forças para me oppor, e lembrar-me que poderiao talvez causar maiores estragos, e prejuizos a este Palacio se eu mostrasse qual quer opposição, ou dezanparasse o mesmo Palacio.

Pela Relação inclusa verá V. Ex.^{ta} os artigos que se virão, que segundo a avaliação que se acha no Inventario montão na quantia de novecentos, duzentos, setenta e hum mil, e noventa, e quatro reis.

Deo guarda a V. Ex.^{ta} Real Arizlo Militar d' Invalidez
em Parna 1.º d' Agosto de 1823.

Mms. Ex. Srs. Agostinho José Freire

Rafael de Torres Vaz Freire
1.º C.º de Informaç. 2.º Sub.º

Doc. 3

Relação da prata e preciosidades pertencentes ao HIMR, que por ordem do duque do Cadaval foram mandados retirar em direção a Óbidos, retirado do AHM, cota PT AHM-3-16.2-9-18_m0001.

Real Asylo Militar d'Invalidos

Relação da Prata, e Preciosidades pertencentes ao dito Real Asylo que por ordem do Duque de Cadaval foram mandadas retirar com direção a Óbidos.

1. Custodia com pedras grandes, e luneta cravada de Diamantes . . .	Humã
1. Cruz com pé para Sahir com o Santissimo Viatico . . .	Humã
2. Corões com pé para onzeimo-fim . . .	Dois
1. Vara para o Teuir . . .	Humã
1. Trambulo . . .	Humã
1. Naveta . . .	Humã
1. Colher da dita . . .	Humã
1. Calyx dourado, e lavrado . . .	Humã
2. Ditos dourados leros . . .	Dois
3. Palmas douradas . . .	Trez
3. Colherinhas dos ditos . . .	Trez
2. Pratos para Gathetas . . .	Dois
1. Campainha grande, e lavrada . . .	Humã
1. Pycede grande, dourada, e lavrada . . .	Humã
1. Dita pequena lera . . .	Humã
1. Pé dourado para a Custodia . . .	Humã
1. Caldeirinha com seu aspersorio . . .	Humã
2. Purificadores dourados com seus pratinhos . . .	Dois
2. Ditos brancos com ditos . . .	Dois
1. Varo grande para a Communhão . . .	Humã
1. Jarro grande . . .	Humã
1. Bacia grande . . .	Humã
1. Cruz com pé, e o Senhor crucificado para a Banqueta . . .	Humã
6. Castiças de mass . . .	Seis
4. Reliquarios para a mesma Banqueta . . .	Quatro
1. Alampada grande . . .	Humã
1. Amboia dourada para os Pintos Olhos com dois varos . . .	Humã

Real Asylo Militar d'Invalidos em Rua d. 1.º d'Agosto de 1833.

Rafael de Torres M. S. J. S.
T. Col. Reformado G. V. J. S.

Doc. 4

Relação da prata e preciosidades pertencentes ao HIMR, que por ordem do duque do Cadaval foram mandados retirar em direção a Óbidos, retirado do AHM, cota PT AHM-3-16.2-9-18_m0002.

ha tambem uma sociedade para o melhoramento da agricultura e industria.

O GEYSER,

Ou o repuxo de agua quente.

A ILHA de Islandia situada na parte mais septentrional da America, no oceano atlantico boreal, e mais visinha do norte da Europa, a que alguns geographos a fizeram pertencer, é uma das regiões mais curiosas, não só pelas suas antiguidades historicas, como tambem pelas maravilhas naturaes que encerra. Destas uma das mais notaveis são as fontes de agua quente, entre as quaes tem a primasia a chamada *Geysir*, que rebenta nas cercanias de Skalholt, e que está rodeada de muitas outras menos importantes. O bocal tem desenove pés de diametro, e a caldeira, no fundo da qual está o orificio, tem trinta e nove. Esta caldeira está no alto de um tesou ou outeiro extenso, redondo e pedregoso. Quem chega á borda da cova vê o abysmo, por onde jorra a fonte, a dezeseite pés de distancia, ficando para um dos lados. As vezes a caldeira está cheia, e ve-se uma pequena fervura no olho da agua, e por cima um leve fumo: dahi a pouco ouve-se um ruido soturno debaixo do chão que pára e torna a começar, assemelhando-se a tiros de artilharia, ouvidos ao longe, e acompanhado de um abalho de terra cada vez que se ouve: passado o tremor a fervura da agua augmenta, e o vapor torna-se mais denso, e o chão treme com mais violencia. A agua começa, então, a trasbordar, pouco a pouco, e immediatamente sobe do meio do lago um repuxo de pouca altura. Quando Hooker observou este phenomeno, a agua subiu, neste primeiro impulso, a dez ou doze pes de altura, e na queda fez apenas extravasar mais o lago; mas ouviu-se uma explosão estrepitosa, e passados alguns segundos jorrou de novo a fonte. Durante o resto do dia ficou tudo no seu estado ordinario; porém na manhã seguinte pouco antes do meio-dia começou novamente o ruido subterraneo, e os abalos da terra annunciaram uma erupção: o fragor repetiu-se muitas vezes com intervallos deseguaes, mas curtos, e parecia-se com as salvas de uma nau em dia de gala. “Eu estava [diz Hooker] na borda da caldeira, que se tinha alargado, e fui ainda obrigado a recuar alguns passos, porque a agua começou a subir no centro, e vinha crescendo e trasbordando como ás golfadas. Passados alguns minutos saiu o primeiro jorro: veio logo outro depois d'elle; emfim veio o terceiro, que subiu, pouco mais ou menos á altura de noventa pés: a grossura da columna da agua era quasi igual á largura da caldeira: embaixo não havia senão escuma que fazia uma linda vista; mas um pedaço mais acima, no meio de turbilhões de vapor, que saíra daquella especie de fojo, por onde rebentava a torrente, enxergava-se a espagoa uma columna compacta de agua que chegando a maior altura se partia em infinito numero de delgados repuxos, dos quaes alguns subiam perpendicularmente muitissimo mais acima, e outros espadavam diagonalmente indo cair a espantosa distancia. Acabado este jorro, saiu outro mais frouxo, e immediatamente a agua diminuiu na caldeira, e se tornou a sumir no fojo.” — Hooker desceu depois á caldeira, e chegou-se á borda do abysmo, o qual é á maneira de um funil, e vê-se que desce talvez até a profundidade de sessenta pés. O chão estava fervente, e só passada quasi meia hora, é que elle pôde assentar-se sem se escaillar.

O *Strok* ou novo *Geysir* que fica perto deste, é talvez ainda mais admiravel: o mesmo auctor já ci-

tado affirma ter nelle visto um repuxo subir á altura de obra de 150 pés, durante hora e meia, sendo o diametro da columna de agua, talvez, de dezeseite pés. Atirando-se-lhe uma pedra, a agua a arrojava pelos ares ainda a altura maior do que era a do repuxo.

O HOSPITAL MILITAR DE RUNA.

AINDA ha pouco tempo tivemos occasião de fallar de um instituto de caridade, e mais ainda de patriotismo puro e generoso: hoje se nos offerece a de mencionar outro, não menos digno de publicas bençãos. Foi aquelle o dos asylos de primeira infancia; é este o do hospital, ou antes hospicio militar de invalidos situado em Runa. Como ácerca daquelle houvesmos de louvar a piedade femiñil; assim ácerca deste nos cumpre louva-la tambem. Parece que em Portugal ha um certo fado de que tudo o que tem um caracter religioso e ao mesmo tempo philantropico seja obra mulheril. A rainha D. Leonor devemos o hospital de Lisboa; a conservação dos asylos de primeira infancia a uma associação de senhoras: o hospicio de Runa á princeza D. Maria Benedicta. Era vergonhoso para nós não só como portuguezes, mas como homens, que fossem condemnados a morrer á mingua, ou a viverem no meio da vil mendicidade, homens benemeritos da patria, e que por ella tinham derramado seu sangue. Occorreu a tal falta aquella excellente princeza mandando edificar á sua custa o hospicio de Runa, e dotando-o liberalmente.

Este estabelecimento, ainda sem attender-mos aos fins para que foi destinado é um dos melhoes de Portugal. O edificio tem 450 palmos de frente com 25 janellas: o seu fundo é de 280 palmos com 13 janellas: tem 4 faces regulares e tres andares, além das aguas-furtadas, nas quaes, sómente, se poderiam accommodar 300 pessoas. A construcção deste bello edificio começou em 1792 e acabou em 1827 — A piedosa fundadora regulou excellentemente a economia e ordenança do hospicio. Os invalidos que alli se recolhem são tractados tão bem ou por ventura melhor do que nos estabelecimentos da mesma especie, em França e Inglaterra. Os alimentos que recebem são abundantes, saudaveis, e até delicados, não tendo que invejar a mesa ainda de familias abastadas. Mas o que é mais de notar é que o tracto do hospital mais dá mostras da convivencia de uma familia, do que de uma reunião de homens entre si estranhos. Os officiaes que dirigem aquelle estabelecimento offerecem um documento perenne da sublimidade desse sentimento, de que a philantropia é apenas uma sombra — a caridade evangelica — Elles servem á mesa com o carinho de irmãos os pobres soldados, ou cegos, ou por outra qualquer maneira impossibilitados de a si proprios se servirem: e emfim á boa ordem e o acio que se conserva neste hospicio militar é o mais bello elogio do seu director.

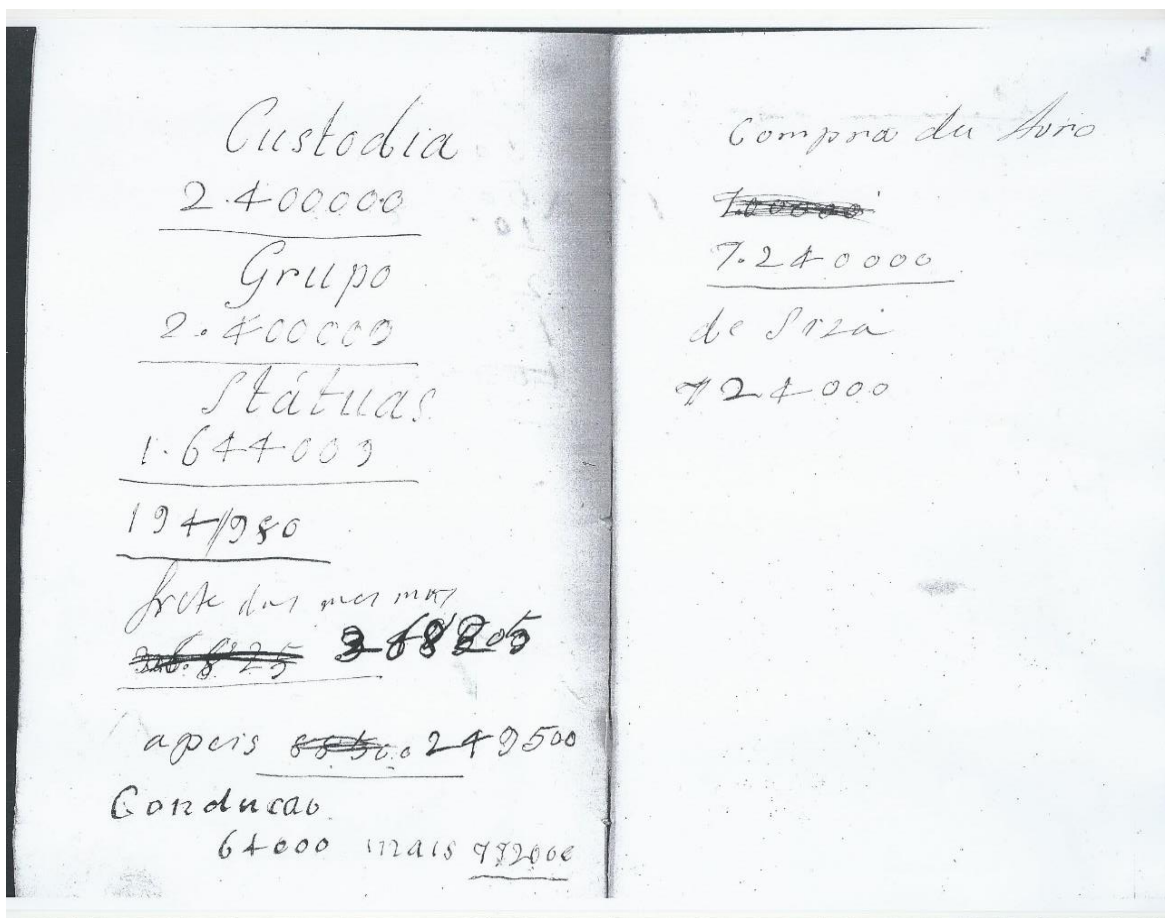
A situação do edificio, posto que em logar solitario, é picturesca, e offerece formosos passeios nos arredores, sendo permittido áquelles cujo porte é decente e comedido, o saírem a espaiar pelas cercanias do hospital.

As rendas que a fundadora legou para a sustentação desta casa eram de sobejo para nella poderem residir mais de cem individuos: mas estas rendas escassamente chegarão hoje para pagar aos empregados, e sustentar 29 invalidos, que alli existem, faltando os meios necessarios para atalhar alguma ruina que vai soffrendo o edificio, principalmente nos telhados.

O principal redito do estabelecimento consistia em uma commenda comprada pela princeza, com a ces-

Doc. 6

Noticia sobre o HIMR do jornal o Panorama.



Doc. 7

Apontamentos com despesas referentes à custódia, Grupo e Estátuas.

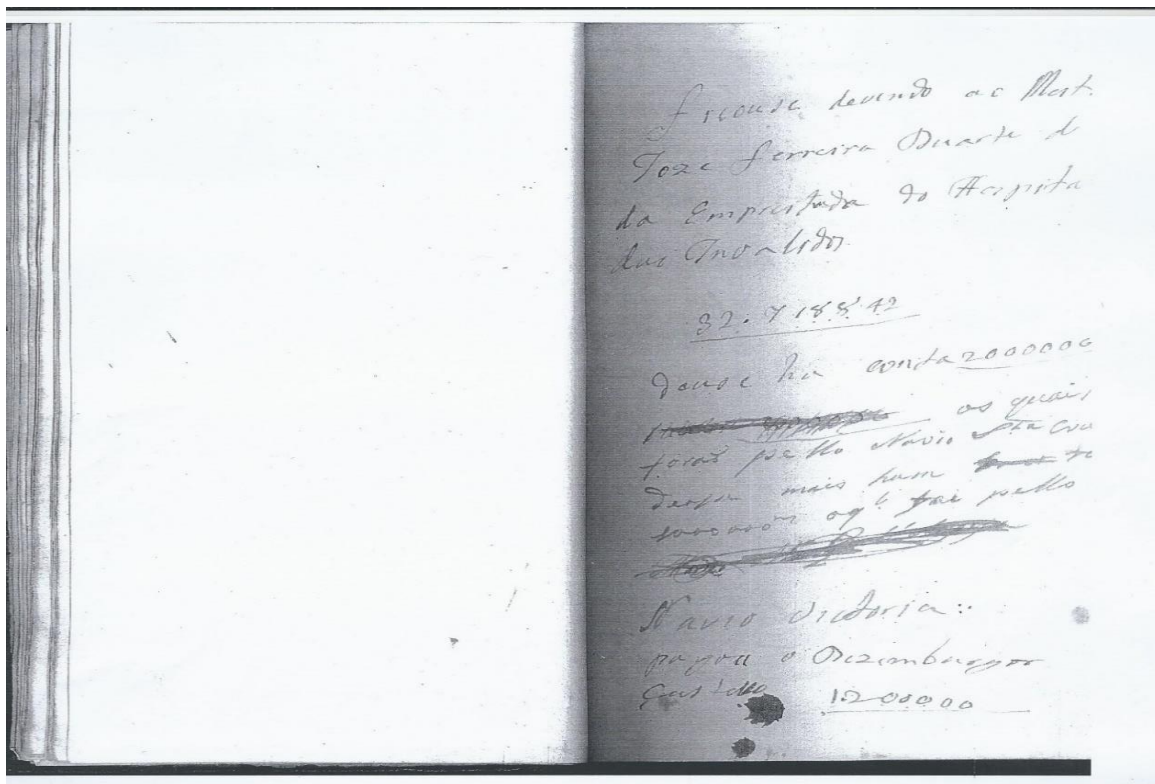
Cópia retirada de um livro existente no CASR (acervo do antigo Hospital) que tem como título "Lembranças" e que são pequenas memórias escritas à mão referentes a despesas da Princesa D. Maria Francisca Benedita, supostamente, escritas pela própria.

1793		Pinturas Primitas	
Encomendas			
Macau		12800	91200
480000		38400	31200
438640		35200	21600
533915	164900	28800	15200
61580	124680		11960
18475	51459		12000
613990	675893		40000
2680080	4800		25200
	165502		342000
	21600		33600
	309500		44000
	65400		38400
	14360		19190
	200000		32000
	200000		71567
	43200		86400
			92000
			80000
			11500
			22000
			190000

Doc. 8

Apontamentos com despesas referentes a encomendas provenientes de Macau e a pinturas, em 1793.



Cópia retirada de um livro existente no CASR (acervo do antigo Hospital) que tem como título "Lembranças" e que são pequenas memórias escritas à mão referentes a despesas da Princesa D. Maria Francisca Benedita, supostamente, escritas pela própria.



Doc. 9


Folha com apontamento de dívida a José Ferreira Duarte da empreitada do Hospital de Inválidos.

Cópia retirada de um livro existente no CASR (acervo do antigo Hospital) que tem como título “Lembranças” e que são pequenas memórias escritas à mão referentes a despesas da Princesa D. Maria Francisca Benedita, supostamente, escritas pela própria.

 CENTRO APOIO SOCIAL DE RUNA		ESPÓLIO MUSEOLÓGICO	
		FICHA Nº	102
NATUREZA DA PEÇA	CAFETEIRA, BULE, LEITEIRA E AÇUCAREIRO - PORCELANA EUROPEIA - LEBON HALLEY		
ASSUNTO OU TEMA	PAISAGEM E FIGURAÇÃO EM VARIAS CORES. FILETE, ASAS BICOS EM DOURADO		
ÉPOCA	SEC. XIX		
DIMENSÕES	CAFETEIRA ALT. 0,27	BULE ALT. 0,20	
	LEITEIRA ALT. 0,21	AÇUCAREIRO ALT. 0,19	
MATERIAIS	PORCELANA		
PEÇA ISOLADA		CONJUNTO	X
			Nº DE PEÇAS 4
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	BOM		
LOCALIZAÇÃO DA PEÇA	NO MUSEU "100"		
			

Doc. 10

Ficha existente no HIMR referente ao espólio museológico, elaborado aquando da edificação do museu do CAS de Runa.

FICHA DE INVENTÁRIO		
Museu:	CASR - Palácio de Runa	
Nº de Inventário:	HIMR 1/1	
Supercategoria:	Arte	
Categoria:	Ourivesaria	
Denominação:	Cálice com patena	
Autor:		
Estilo:	D. José (1750-1777)	
Marcas:	sem marcas	
Origem:	Portuguesas	
Datação:	Século XVIII	
Matéria:	Prata dourada	
Dimensões (cm):	27	
Descrição:	Decoração relevada, "símbolos eucarísticos"	
Incorporação:		
Historial:	Estudo da contrastaria efetuado pelo Dr. Miguel Cabral Moncada em 15FEV2017	

Doc. 11

Exemplo de ficha de inventário a ser utilizada no CAS de Runa.

**Tribunal Judicial da
Comarca de Torres Vedras**
Anúncio

1.ª Publicação

Pelo Juízo de Direito desta comarca, nos autos de justificação para arreito pendentes na Segunda Secção da Secretaria, em que são: Requerente — Garage Atlântica, Limitada, sociedade por quotas, com sede nesta vila, na Rua Santos Bernardes, devidamente representada por António Maria de Sousa e António José dos Reis Trigueiros, casados, desta vila de Torres Vedras e Requerido — António Lázaro Miranda, separado de pessoas e bens, proprietário, residente em parte incerta com último domicílio conhecido no lugar e freguesia de Runa, deste concelho e comarca, é este NOTIFICADO de que, por despacho de 6 de Julho corrente, proferido no fis. 14 dos ditos autos, foi decretado arreito, já realizado no mesmo dia, na funçõeta marca «Volkswagen» com a matrícula F E — 39 — 33, pertencente ao dito requerido, que foi entregue ao depositário judicial nomeado Sr. António José dos Reis Trigueiros, casado, gerente comercial, residente na Rua Capitão Figueirôa Rego, Letras A, O, 3.ª, E, desta vila de Torres Vedras, que é pessoa de abonação suficiente; e de que pode deduzir embargos e agravar do referido despacho dentro de OITO DIAS, que começam a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contada da data da segunda publicação deste anúncio. Na Segunda Secção da Secretaria Judicial desta comarca, encontra-se, à disposição do requerido, a cópia do aludido despacho e o duplicado da petição inicial respectiva.

Torres Vedras, 15 de Julho de 1966.

O Escrivão de Direito,
José de Almeida Ferreira da Silva
Vertiquei

O Juiz de Direito,
António Cerqueira Vahia

Chapêus de Senhora

Alugam-se, assim como Véus, Luvas, etc., a preços módicos R. António Batalha Reis, 12-1.ª-E. (Frente ao Quartel dos Bombeiros) — Telef. 591 — Torres Vedras —

**vedações rurais
soprem**

COM POSTES CREOSOTADOS

**Gesto digno de louvor**

Um júri, a examinar na Escola Primária, masculina, desta vila, teve conhecimento que um aluno não estava à chamada para prestar a prova oral da 4.ª classe por se encontrar doente; num gesto digno de louvor mandou informar se o doente estava em condições de ser examinado e se os pais o queriam.

Como as respostas foram afirmativas, deslocaram-se até junto do doente e assim o menino José Paulo dos Santos Duarte, teve a alegria, apesar de doente, de vencer o ano pelo qual trabalhou durante o período lectivo.

Reabilitação Profissional

O Serviço de Reabilitação Profissional, tem por finalidade promover a reinserção social, dos diminuídos físicos, nos quadros normais do trabalho pela sua orientação.

É a primeira vez que se inicia, no nosso País uma acção de reabilitação em termos sistemáticos. Dada a vastidão das tarefas a cumprir só com um espírito de equipa de todas as entidades competentes poderá ter a relevância que o mesmo Serviço pretende.

Feijão — Milho

Poupará mão de obra e evitará prejuízos na recolha se utilizar uma debulhadora SOAGE, que também debulha milho com camisa, arroz e centeio.

Consultar **SOAGE**

ÉVORA LISBOA
Apartado 18 Apartado 2136

TRESPASSA-SE

Pensão Marques — Bombarral
Falar c/ proprietária
Telef. 62 122

Creme Propel

Se quer estimular a beleza da sua pele e defender a saúde dos seus pés, use o CREME «PROPEL DE BELEZA» e verá como se sente feliz.

À venda em todas as casas apropriadas.

O ÓRGÃO O PRIMÁRIO
da Capela do Lar de Veteranos Militares

Depois de restaurado, vai tocar na Missa Solene que se realiza no próximo dia 25, pelas 11,30, celebrando-se festivamente o 139.º aniversário da Fundação do Hospital Real de Inválidos Militares de Runa e o aniversário Natalício da Princesa Fundadora, D. Maria Francisca Benedita.

Quando o Hospital Real se inaugurou não havia órgão na Capela; no entanto era desejo da Princesa que fosse adquirido um para tocar nas missas solenes, evitando assim terem que transportar de fora sempre que havia festividades.

Havia no Convento da Graça, em Penafirme, a 3 léguas de Runa, convento que tinha sido suprimido, um órgão portátil cujos acordes corriam fama, como dos mais harmoniosos.

O primeiro Governador do Hospital, Brigadeiro Fernando Palha, que governou ainda dois anos sob a direcção superior da Princesa, pois esta faleceu em 18 de Agosto de 1829, diligenciou para que o órgão fosse oferecido à Capela, mas só o conseguiu em Maio de 1835.

Foi colocado na Tribuna Real, como era costume da época e mais tarde transitou para a Sacristia, tendo sido dado incapaz e desmontado em época que se ignora.

Em 1943, um médico que fazia serviço no Lar, propôs ao seu Comandante a sua restauração, que não chegou a realizar-se.

Há dois anos, um veterano internado, pessoa muito interessada na valorização do Património Artístico do Lar, sem conhecer uma nota de música, deitou mãos à obra para pôr o órgão a tocar.

Limpou-o, reparou a caixa, consertou os foles, colocou imensos arames a ligarem os teclados aos tubos e conseguiu que o órgão tocasse.

O seu prestimoso tra-

balho, sem remuneração alguma, mereceu de Sua Ex.ª o General Presidente da Comissão Directiva dos Serviços Sociais das Forças Armadas, que superintende no Lar, um merecido louvor.

A Direcção dos Serviços dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo conhecimento do alto valor musical e das primorosas decorações que o órgão continha restituiu-se a mandá-lo restaurar convenientemente, adaptando-lhe um insuflador eléctrico de ar, substituindo assim o antigo processo de enchimento do fole que era feito com os pés.

Ao desmonstar-se o fole encontrou-se a seguinte inscrição:

JOÃO DA CUNHA O FEZ EM LISBOA NO PRIMEIRO DIA DE NOVEMBRO DO ANO 1745.

PEDE PELO AMOR DE DEUS UM PADRE NOSSO E UMA AVE MARIA PELA ALMA DE SEU PAI FILIPE DA CUNHA QUE TAMBÉM ERA DA MESMA ARTE.
E.

Mulher-polícia

Segundo nos consta, é pela primeira vez, em Portugal, que uma mulher foi nomeada cabo de Polícia.

Maria Subtil, de 55 anos, é do distrito de Bragança, onde reside, e desempenhará as funções de cabo de polícia, na freguesia da Refega.

VENDE-SE**ESPIGARDA**

FN automática, c/ fits, (3 tiros), em estado nova.

Nesta Redacção se informa

Maria Lucilla**Miranda Santos**

Advogado
Escritório

Rua Paiva do Andrada, 44-1.º Esq.
Torres Vedras
TELEFONE 567

Anunciar em «Badaladas»

BRINDES

Vidros para construção — Vidro aramado
 Telhas e Tijolos de Vidro — Água Destilada
 Espelhos — Molduras — Estampas — Artigos de Borracha

Carlitos, um 7 anos, era dos cinco irmãos, simples trabalhavam para ganhar de pão para a casa.

Em plena tó quente Carlos nos outros na aldeia agremiada neantes que as férias do gozando os do mar.

Vadeava prata olhar curiosidade com os seu nho e que e suira. Adm podiam aqui passar tan trabalhar, passavam a lhar no ca estranho c senhoras e passavam de banho.

Carlitos, gência fresca compreende de um mt do seu e q como uns e

Ele fora v barraca im ceder, por a a sua pobre destes senh

Um ven apreçoando litos jamais rear uma c

Um epapé seu filho u litos, estáti na boca. Q ele gozar gelado f...

Aquele b dirige-se-lh —Olá! t um? A med ponde—Sim

— Obriga pague! Carlitos, c corre ao enc irmãos para partilhar o gelado.

Doc. 12

Publicação em 23-7-1966, no Jornal Badaladas, de Torres Vedras, notícia sobre o órgão de tubos existente no HIMR.

ANEXO DE IMAGENS



Fig. 1

Retrato a óleo sobre tela representando D. Maria Francisca Benedita, Princesa do Brasil.

(Retirado do Catálogo de Antiguidades e Obras de Arte, Dezembro de 2012, leilão 144, lote 154, Cabral Moncada Leilões.

«Infanta Dona Maria Francisca Benedita de Bragança – Princesa do Brasil (1746-1829) – Séc. XVII (2ª metade)».



Fig. 2

Museu dos Biscainhos

Autor desconhecido

Retrato da Princesa D. Maria Francisca Benedita



Fig. 3

Museu Nacional dos Coches

Giuseppe Troni (Turim, 1739 Lisboa 1810)

Retrato da Princesa D. Maria Francisca Benedita



Fig. 4

Arquiteto José da Costa e Silva (1747-1819)

(Retirado do site da wikipedia)

MASCARENHAS-MATEUS, João, VARGAS. Carlos (2014). "São Carlos: um teatro de ópera para Lisboa - Património e arquitectura do Teatro Nacional de São Carlos". Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Teatro Nacional de S. Carlos. Lisboa: 1ª ed. ISBN 978-972-27-2263-6, p. 93.

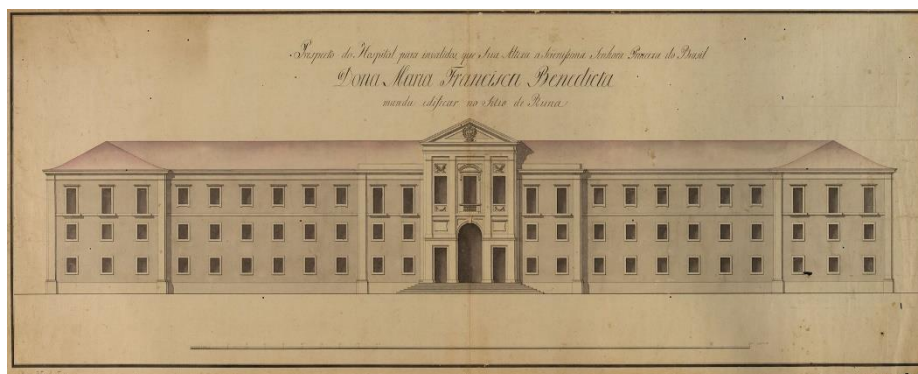


Fig. 5

«Prespecto do hospital para invalidos que sua alteza serenissima senhora princeza do Brasil dona Maria Francisca Benedicta manda edificar no sitio de Runa, icon685321» retirado do site da Biblioteca Nacional do Brasil.



Fig. 6

«Planta baixa pertencente ao edifício do Asilo de Inválidos Militares em Runa, Portugal, ARC.35.1.5b - Iconografia» retirado do site da Biblioteca Nacional do Brasil.

SIPA FOTO.00513530

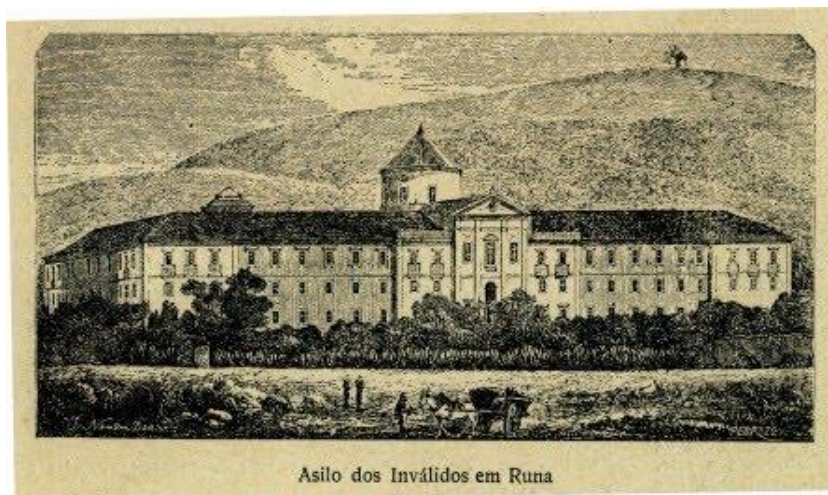


Fig. 7

Hospital de Inválidos Militares de Runa, imagens retiradas do SIPA, IPA.00006339.



Fig. 8

Palácio Conde de Magalhães e Ordem Soberana de Malta, sito na Rua de São José em Lisboa.



Fig. 9

Forte São João das Maias «(1644-1653) - edificação do forte, pelo capitão de Álvaro de Sousa - IPA.00006075».

Implantado no extremo E. da enseada da Praia de Santo Amaro de Oeiras. Em posição fronteira ao alçado principal, a SE., reconhece-se construção de planta retangular (edifício da colónia de férias). Informação retirada do SIPA.



Fig. 10

Oratório particular da Princesa D. Maria Francisca Benedita existente no Museu do CAS de Runa.



Fig. 11

Órgão de tubos de 1745, proveniente do Convento da Graça, que existiu em Penafirme.

A Direção dos Serviços dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo conhecimento do alto valor musical e das primorosas decorações que o órgão continha, prontificou-se a mandá-lo restaurar convenientemente, adaptando-lhe um insuflador elétrico de ar, substituindo assim o antigo processo de enchimento do fole que era feito com o pé.

Depois de restaurado, voltou a tocar na Missa Solene do dia 25 de Julho de 1966, pelas 11H30, celebrando festivamente o 139º aniversário da Fundação do Hospital Real de Inválidos Militares de Runa e o aniversário Natalício da Princesa Fundadora, D. Maria Francisca Benedita.

Aquando da desmontagem do fole, foi encontrado a seguinte descrição:

“João da Cunha o fez em lisboa no primeiro dia de novembro do ano de 1745. Pede pelo amor de deus um padre nosso e uma avé maria pela alma de seu pai, Filipe da Cunha que também era da mesma arte”.

O Construtor deste instrumento pertencia a uma família de mestres organeiros portugueses, oriundos do norte de Portugal, João da Cunha (1712-1762), filho de Filipe da Cunha (1680-1744), também mestre organeiro. «*Publicação de 23-7-1966, no Jornal Badaladas, do Concelho de Torres Vedras*». (vide doc. 12).